



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDERSON GALVÃO

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO ROMANCE O CORTIÇO

FORTALEZA

2015

ANDERSON GALVÃO

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO ROMANCE O CORTIÇO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Dra. Irenísia Torres de Oliveira

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal do Ceará

Biblioteca de Ciências Humanas

G171r Galvão, Anderson.

A representação do negro no romance O cortiço / Anderson
Galvão. –2015. 158 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de
História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: História social:
cultura e poder. Orientação: Profa. Dra.
Irenísia Torres de Oliveira.

1.Azevedo,Aluísio,1857-1913.O cortiço – Crítica e interpretação. 2.Azevedo,Aluísio,1857-1913 –
Personagens – Negros. 3.Literatura e história – Brasil. 4.Relações raciais na literatura. 5.Cultura afro-
brasileira. I. Título.

CDD B869.33

ANDERSON GALVÃO

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO ROMANCE O CORTIÇO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Irenísia Torres de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ana Amélia
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Sueli da Silva Saraiva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Maria Luiza e Daniela, meus amores!

AGRADECIMENTOS

À Agência CAPES pelo financiamento da pesquisa e manutenção da bolsa.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Irenísia Torres de Oliveira pela possibilidade do trabalho, pelas orientações, pela amizade e colaboração ímpar na minha formação acadêmica desde o primeiro semestre de Graduação.

Aos professores da banca examinadora Prof.^a Dr.^a Ana Amélia de Moura Cavalcante Melo, pelas colocações na qualificação e por ter aceito o convite. Aos professores Dr.^a Sueli da Silva Saraiva e Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira por terem aceito o convite.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social pela acolhida.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social, em especial ao Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira pelo encaminhamento metodológico, sugestões e empréstimos de livros de grande valia.

Ao Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira pela amizade, pela oportunidade da realização do estágio de docência em sua disciplina e pelas excelentes colocações e sugestões oferecidas na ocasião da banca de qualificação.

Aos amigos e amigas que fiz no programa e serão eternos no meu coração, não somente pela amizade, mas também pela ajuda e sugestões críticas. Renato, Anderson, Igor, Aterlane, Neto Almeida, Eylo, Hamilton, Jocélio, Camila, Paula, Adriana, Sueli, Jamyle, Cristina e Ana Carolina.

Agradecimento especial para o amigo Renato Mesquita Rodolfo pelos favores impossíveis e para os colegas do curso de Letras Rodrigo de Agrela e Nathan Matos que também me fizeram favores inimagináveis.

Aos colegas do grupo de estudos, pelas discussões profícuas e pela de troca de conhecimentos que tivemos por todos esses anos!

Aos colegas da xerox do Gil, Roberto Xavier, Gilberto Xavier e Cristiano Oliveira que sempre me atenderam de pronto e colaboraram nos meus momentos de desespero.

À minha querida filha Maria Luiza pelos momentos felizes!

Enfim à minha esposa Daniela pelo apoio, compreensão, ajuda, paciência, companheirismo, e mais uma infinidade de palavras de gratidão que não cabem aqui...Te amo !!

A visão que o Brasil teve (e ainda tem) do negro foi dada por escritores brancos. O branco vive com naturalidade sua identidade. O negro não. A identidade do negro foi perdida ao ser encravada num mundo ocidental, onde as regras do belo foram ditadas pela Grécia, por Roma, pela Bíblia, pela religião católica e etc.

OSWALDO DE CAMARGO

RESUMO

O presente trabalho analisa as representações do negro no romance *O Cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo. *O Cortiço* é o primeiro romance publicado no Brasil, após a abolição, com diversas personagens negras, disso advém a indagação sobre como foram representadas essas personagens no contexto da nova ordem social que se estabelecia. Diversas pesquisas feitas sobre o romance, seja no campo da História, seja no campo da Literatura, abordam a questão do negro como parte das pesquisas, mas não contemplam todas as personagens. As personagens do romance foram criadas com base na observação de sujeitos históricos e o autor procurou representá-las seguindo a estética naturalista. Nesse sentido, a obra é um importante documento histórico, e figura como projeto de nação e alegoria de país. A partir de diferentes estudos feitos sobre as visões do negro no Brasil e na literatura, analisamos o romance de Aluísio Azevedo, relacionando as caracterizações das personagens presentes na trama às questões ideológicas, às visões cientificistas e às práticas culturais vigentes no momento de sua produção. Trabalhamos as personagens negras e suas trajetórias na trama, recuperando a história de negros e negras que viveram no período da abolição, confrontando-a com os assuntos que pautavam as discussões das elites e dos intelectuais no período. As questões de interesse são: a Abolição, o destino dos ex-escravos, a mestiçagem, o imigrantismo, o branqueamento da sociedade, entre outras. Ao inter cruzar os assuntos abordados no romance com notícias de jornais, publicações de cunho científico e pesquisa histórica, descortinamos a ideologia do autor, mostrando que a obra possui papel significativo na veiculação de ideias. O romance, lido de modo crítico, traz vários elementos da cultura afro-brasileira o que revela resistência às formas de dominação e contribui para a afirmação e conscientização da população negra brasileira.

Palavras-chaves: História. Literatura. Teorias raciais. Cultura afro-brasileira

RESUMÉ

Ce document analyse les représentations de noir sur le roman *O Cortiço* (1890) d'Aluísio Azevedo. Il est le premier roman publié au Brésil après l'abolition, avec plusieurs caractères noirs, il se pose la question de la façon dont ces personnages sont représentés sous le nouvel ordre social qui est établi. Plusieurs recherches sur le roman, que ce soit dans le domaine de l'histoire, que ce soit dans le domaine de la littérature, abordent la question de noir dans le cadre de la recherche, mais ne comprennent pas tous les personnages. Les personnages du roman ont été créés en se basant sur l'observation de sujets historiques et l'auteur a cherché à les représenter suivant l'esthétique naturaliste. En ce sens, le travail est un document historique important, et apparaît comme projet de la nation et l'allégorie de pays. Il y a des différentes études sur les noirs au Brésil et dans la littérature, nous analysons le roman d'Aluísio Azevedo, concernant les caractérisations des personnages présents dans la trame à des questions idéologiques, les vues scientismes et les pratiques culturelles en vigueur au moment de sa production. Nous travaillons les caractères noirs et leurs trajectoires dans la trame, la récupération de l'histoire des hommes et des femmes noirs qui vivaient dans la période de l'abolition, en concernant les sujets qui ont marqué les discussions des élites et des intellectuels de la période. Les questions d'intérêt sont : l'abolition, le sort des anciens esclaves, le métissage, l'imigrantismo, blanchiment de la société, entre autres. Pour croiser les questions abordées dans le roman avec des journaux, des publications et de la nature scientifique de la recherche historique, nous divulguons l'idéologie de l'auteur, qui montre que le travail a un rôle stratégique dans la diffusion des idées. Le roman, lu de façon critique, apporte différents éléments de la culture afro-brésilienne qui révèle la résistance aux formes de domination et contribue à l'affirmation et à la sensibilisation de la population noire.

Mots-clés : Histoire. Littérature. Théories raciales. La culture afro-brésilienne.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- quitandeiras.....	102
Figura 2 - A Redenção de Cam, de 1895, do pintor Modesto Brocos y Gómez.....	122
Figura 3 - Capoeiras jogando	130
Figura 4 - capoeiras sendo pego	140
Figura 5 - Roda de capoeira hoje	146

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:	12
1.1 História e literatura: questões metodológicas	13
1.2 Os estudos sobre o negro na literatura brasileira: uma dinâmica de fora para dentro	17
2. ALUÍSIO AZEVEDO: OS PROJETOS DO ESCRITOR	30
2.1 A inserção na Geração de 1870: cientificismo, teorias raciais e a questão nacional	30
2.2 O projeto literário de Aluísio Azevedo: uma análise social do Império brasileiro	45
2.3 O cortiço: dimensões nacional e urbana	48
2.3.1 O romance, sua recepção e a estética Naturalista.....	48
2.3.2 “Adequação nacional e originalidade crítica”	58
2.3.3 O cortiço e a cidade.....	61
3. A PERSONAGEM NEGRA BERTOLEZA: O DESAPARECIMENTO DE UMA RAÇA COMO DESTINO	72
3.1 As visões do negro em tempos de abolicionismo	84
3.2 Bertoleza e sua incongruência: sujeito histórico, personagem fictícia... 98	
4. AS PERSONAGENS MESTIÇAS: DESAPARECIMENTO, ANOMIA E BRANQUEAMENTO	103
4.1 Rita Baiana e Florinda, as mulatas jovens do cortiço.	103
4.2 Paula e Marciana: as mestiças idosas do Cortiço.....	112
4.3 Mestiçagem e branqueamento: uma questão de gênero	119
4.4 Alexandre, Firmo e Porfiro: os mulatos jovens do cortiço.....	128
4.4.1 Os mulatos capoeiras no cortiço.....	130
4.5 A capoeiragem no Rio de Janeiro no final do século XIX: algumas contribuições do romance de Aluísio Azevedo	139
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	152
FONTES	158

1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho analisa as personagens negras¹ no romance *O Cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo. *O Cortiço* é considerado o melhor livro do escritor e é o primeiro romance publicado no Brasil, após a abolição, com personagens negros em sua maioria. A obra teve boa recepção crítica e foi muito elogiada nos jornais pela capacidade de observação do escritor e pela descrição considerada fidedigna das classes populares.

O Cortiço possui 23 capítulos que relatam a vida dos moradores de uma habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. A personagem central do romance é o taverneiro João Romão em seu processo de ascensão e de enriquecimento a qualquer preço. João Romão era um português empregado em uma taverna, a qual ele depois recebe de herança, juntamente com alguns contos de réis decorrentes de ordenados vencidos. Sempre com a ambição de acumular dinheiro, João Romão amiga-se com a escrava de ganho Bertoleza, falsifica sua alforria para ficar com o pecúlio guardado por ela e ainda a explora como máquina de trabalho. Com a ajuda da companheira, João Romão constrói o grande cortiço, nomeado primeiramente São Romão. Ali, o taverneiro aluga não somente as casinhas do cortiço, mas também tinhas para as lavadeiras, além de possuir um empório onde vende de tudo, desde refeições até sabonetes para seus moradores. Aos poucos, João Romão vai aumentando seu patrimônio. Ao final do romance, seu cortiço, agora denominado Avenida São Romão, está mudado, suas casas são mais amplas e limpas e seus moradores possuem nível social mais elevado. A escrava Bertoleza, num processo inverso ao de João Romão, restringe-se ao trabalho, degrada-se, não progride como seu companheiro e, ao final, suicida-se ao ver que tentavam restituí-la

¹ Para a análise, consideramos negras todas as personagens não-brancas. Guerreiro Ramos (1957) teve a ideia pioneira de estender a classificação de negro para mulatos e pardos caracterizando-os como o verdadeiro povo brasileiro. Importante ressaltar que termos como mestiço, mulato, pardo, ou ainda moreno, escurinho, etc., são provindos da miscigenação entre negros e brancos e somente encontram espaço para sua ativação no Brasil. Para mais informações ver: Antônio Sérgio Guimarães 2009: Racismo e antirracismo no Brasil.

à escravidão. O taverneiro João Romão consegue realizar o seu sonho, fica rico e, de casamento marcado com uma moça branca almeja um título de Visconde ou Conde.

Ao longo do romance, também são descritos os moradores do cortiço, seus hábitos e formas de vida. São pessoas pobres e de nacionalidades e etnias variadas, portugueses, italianos e brasileiros. Vale ressaltar que o próprio cortiço é descrito com características de um ser vivo, como se tivesse vida e desenvolvimento próprios. O romance é peculiar, nesse momento, porque traz para o centro de enredo uma personagem negra (Bertoleza) e uma mulata (Rita Baiana), além de outras personagens secundárias negras e mulatas com função de relevância na composição da trama, como as lavadeiras, os capoeiras, as curandeiras entre outras.

Todas as personagens do romance foram baseadas em tipos sociais que viveram naquele período e tiveram papéis importantes na construção da identidade nacional. Além disso, suas práticas culturais revelam não somente heranças e tradições de seus ancestrais, mas também resistência ao processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro. Ao descortinar a ideologia do autor, mostraremos quais os tipos sociais que serviram de modelo ao romancista, quais eram seus anseios, suas angústias, inquietações e alegrias.

Para entrar no universo das relações proposto no romance *O cortiço*, numa abordagem interdisciplinar entre História e Literatura, discutiremos inicialmente algumas questões metodológicas, que nos servirão de pressuposto e orientação neste trabalho, e a seguir traçaremos um panorama dos estudos sobre o negro na literatura, lugar em que se situa nossa pesquisa².

1.1 História e literatura: questões metodológicas

Trabalharemos o romance *O cortiço* como fonte e objeto de pesquisa. Na escrita de seu romance, Aluísio Azevedo procurou ser fiel ao contexto que escolheu para a composição de sua trama e escreveu com base na observação, característica

² Iniciamos nossos estudos sobre o negro na literatura ainda na Graduação, no curso de Letras da Universidade Federal do Ceará, quando tivemos a oportunidade de publicar artigos sobre as personagens negras nos romances de Lima Barreto. No projeto PIBIC, trabalhamos com questões teóricas sobre literatura, denúncia social e engajamento. Além disso, participamos do grupo de estudos do Núcleo Antonio Candido de Estudos de Literatura e Sociedade desde o ano 2007. Com a junção do grupo ao de estudos históricos, formando um grupo interdisciplinar chamado Grupo de Estudos História e Literatura, vimos a importância que teriam a pesquisa e a perspectiva historiográfica para nosso objeto de estudo e ingressamos no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará.

intrínseca da estética naturalista, por isso é necessário atentar, no estudo em questão, para as diferenças e as necessárias mediações entre ficção e realidade.

O autor Michel de Certeau (2012) considera a “literatura como o discurso teórico dos processos históricos, ela cria o não lugar em que as operações efetivas de uma sociedade têm acesso a uma formalização”. A literatura não é a “expressão” de um referencial, e sim, um discurso “lógico” da história, ou seja, a “ficção” é uma das maneiras de se pensar a história. (CERTEAU, 2012. P. 92).

Em seguida, Certeau aborda literatura, história e os estudos freudianos. O autor dialoga com o teórico Imbert (1980) e nos esclarece que:

A obra literária é uma “mina” em que é possível compilar as táticas históricas relativas às circunstâncias e caracterizadas pelas “deformações” que elas operam em um sistema social e/ou linguístico. Como o jogo – com suas disposições regras e “golpes” – é um espaço, de algum modo, teórico em que as formalidades das estratégias sociais podem explicitar-se em um terreno protegido contra as urgências da ação contra as complexidades opacas das lutas cotidianas, o texto literário, que é também um jogo, constitui um espaço igualmente teórico e protegido à maneira de um laboratório em que se formulam, se distinguem, se combinam e se experimentam as práticas astuciosas da relação com outrem. É um campo em que se exerce uma lógica do outro, aliás, aquela que havia sido rejeitada pela ciência na medida em que elas praticavam uma lógica do mesmo. (IMBERT, 1980 *apud* CERTEAU, 2012 p. 100).

A partir da formulação acima, Certeau (2012) ainda aponta que Freud em seus estudos, faz do texto literário um desencadeamento das ações formais que organizam uma efetividade histórica; devolvendo-lhe o estatuto de ser uma ficção teórica na qual se pode reconhecer e a partir da qual se pode produzir modelos lógicos indispensáveis a qualquer “explicação” histórica. (CERTEAU, 2012. p. 100). Nesse sentido, podemos considerar o romance *O cortiço* como um modelo lógico, uma teoria do processo histórico eivada por um pensamento ideológico dominante no período em que ele foi escrito.

A noção de representação será abordada no romance levando-se em conta as importantes ponderações de Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso essas investigações sobre as representações supõem-nas como estando sempre colocadas num campo de

concordâncias e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17).

O excerto acima nos leva a considerar o estudo das representações do negro no romance *O Cortiço*, tendo sempre no horizonte a questão dele ter sido escrito por um autor branco que justifica no romance a desigualdade social brasileira por meio da teoria das raças. Assim, o escritor passa a seus leitores justamente a visão de um grupo dominante no Brasil, tentando impor seus valores ao mundo dos dominados.

A autora Sandra Pesavento (2008) também faz considerações fundadas no diálogo entre os dois campos do saber envolvidos na nossa pesquisa. Ela considera que na parceria entre História e Literatura não deve haver hierarquias. Deve-se entender que as palavras sempre dizem além de sua função nominativa. Isso nos leva ao mundo dos significados verbais e às figuras de linguagem. Logo, as fontes históricas literárias são portadoras de metáforas, que se referem a significados de um outro tempo, e é na busca da decifração desses códigos que o historiador se empenha. (PESAVENTO, 2008, p. 110-111).

Pesavento (2008) continua suas colocações sobre o tema e explica que no cruzamento que se estabelece entre História e Literatura, o historiador se utiliza do texto literário como um dado a mais para compor uma paisagem dada que os documentos comumente usados pela história não fornecem. É justamente aquela fonte privilegiada que pode acessar elementos do passado que outros documentos não proporcionam. A autora também afirma que os códigos e regras de representação, usuais em uma determinada temporalidade, ou o conhecimento dos traços que individualizam um determinado estilo são fundamentais. Mas, mais uma vez, as questões são dadas pela análise dos significados impressos no tempo da elaboração da obra de arte, podendo-se lê-la não como um reflexo de sua época, mas como um acesso a formas de sentir e expressar o mundo, implicando não *mímesis*, mas muitas vezes distorção, transformação ou mesmo oposição frente ao real. (PESAVENTO, 2008, p. 112-113).

As distorções entre as formas do mundo e as formas de dizer do mundo apontadas por Pesavento (2008) estão implicadas no romance e serão trabalhadas por nós. Entendemos que as relações entre os conceitos que norteiam uma visão de mundo e as escolhas sobre o que dizer desse mundo implicam formas de dizer

marcadas por posições ideológicas. Mais especificamente, em nossa análise deslocamos o lugar de onde se olha para o mundo histórico, na medida em que trabalharmos as personagens do romance a partir de uma visão do negro como sujeito histórico, e não como objeto de descrição, como acontece na narrativa de Aluísio Azevedo.

Vimos que a literatura, no tocante à sua contribuição como fonte de trabalho histórico, nos fornece uma gama de interpretações possíveis, as quais pretendemos ligar às múltiplas “redes” e conexões sociais feitas pelos seus autores na construção de suas obras. Como expôs Michel de Certeau (2012), evidenciaremos também o lugar do escritor na sociedade e suas relações com o tema de seu romance. Dessa forma, mostraremos Aluísio Azevedo também como sujeito histórico e pretendemos então buscar as redes de diálogo a partir das quais foi construída sua obra e como ele pretendia interferir (e interferiu) nas questões da sociedade de seu tempo. Pensar a realidade por meio da ficção será um árduo trabalho que requer demasiado cuidado, já que, na visão de Michel de Certeau (1995), vamos manipular um conteúdo cultural, transformando produções sociais em objeto de história.

Antonio Candido (1970) avalia que o romance de tipo realista, naturalista mostra sempre uma certa visão da sociedade, traduzindo seu aspecto e significado em termos de arte. Para o autor, esse tipo de romance não passa uma visão informativa, tendo em vista que para avaliar a fidelidade do texto ao contexto por meio de comparações é necessário lançarmos mão de documentos de outro tipo. (CANDIDO, 1970, p. 3).

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber, neste caso, qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra -, isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou redução estrutural dos dados externos. (CANDIDO, 1970, p. 4).

A partir das formulações dos autores citados acima, sobre Literatura e História, em termos metodológicos, faremos uma análise crítica da narrativa construída pelo escritor, selecionaremos os fatos de interesse histórico e confrontaremos a narrativa com os estudos sobre os sujeitos históricos nos quais se

inspirou o autor. Mostraremos, passo a passo, a narrativa ficcional relacionando-a com os elementos externos à obra.

1.2 Os estudos sobre o negro na literatura brasileira: uma dinâmica de fora para dentro

Os estudos sobre o negro na literatura brasileira têm aumentado significativamente desde os anos mil novecentos e oitenta no Brasil. Nos anos dois mil, devido à aprovação da Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de ensino Fundamental e Médio, os temas ligados aos afrodescendentes se tornaram pauta em muitas universidades brasileiras. Dialogaremos com autores que se propuseram a realizar tais estudos, dando enfoque aos seus métodos e abordagens.

O primeiro pesquisador que inseriu a temática negra na literatura brasileira no âmbito acadêmico foi o antropólogo francês Roger Bastide em 1943. *A poesia Afro-brasileira* é o primeiro livro a tratar sobre o negro na literatura brasileira. O autor analisa vários poemas escritos por afro-brasileiros a partir de traços africanos como a religião e outros costumes presentes internamente nos textos. Bastide inicia seu trabalho fazendo uma comparação entre a poesia afro-brasileira e a poesia negra norte americana:

Aos cantos religiosos e aos cantos do trabalho dos negros norte-americanos sucedeu uma poesia culta que encarna, esplendidamente, o gênio da raça. E ninguém contesta que teria sido impossível essa poesia, sem a existência de uma linha de cor, afastando sistematicamente o africano do convívio dos brancos, e à qual ela deve seu extraordinário poder de sedução. É inteiramente diferente a situação no Brasil, onde não existem barreiras legais entre cidadãos desta ou daquela cor. Este fato, por isso mesmo justo e louvável, impede conflitos de que resultariam valores novos, e poderia ser apontado como um dos principais empecilhos à eclosão de uma poesia original afro-brasileira. (BASTIDE, 1943, p. 17).

Para o autor, pelo fato de não existir uma barreira legal de cor no Brasil, a poesia afro-brasileira se confunde com a poesia do homem branco e sua originalidade é questionada pela miscigenação. Bastide (1943) ainda afirma que a miscigenação no Brasil possui um aspecto de apagamento das práticas culturais negras e os mestiços que ascendem socialmente transpondo a linha de cor, tendem a exprimir a cultura dos brancos. Devido a tal processo, a literatura afro-brasileira também está marcada pelo estigma da imitação. (BASTIDE, 1943. P. 19).

Em uma simples análise do que foi dito por Bastide, percebemos que o pesquisador tinha total consciência do que era ser negro no Brasil no momento em

que ele escreve seu livro. Além disso, seu trabalho trata do negro como sujeito de sua escrita e não como objeto. O autor também diferencia muito bem os aspectos culturais ocidentais cristãos dos aspectos culturais africanos. Tendo ele residido no Brasil e participado dos cultos afros, seu pensamento sobre a questão racial era avançado e sua análise ultrapassava a linha da poética ocidental, trazendo elementos religiosos e filosóficos para o seu estudo. Questões como curandeirismo, mestiçagem, preconceito racial são considerados em seu trabalho. Essas questões também são tratadas em nossa pesquisa e as colocações de Roger Bastide (1943) elucidam alguns pontos do nosso trabalho.

O Negro na Literatura Brasileira foi escrito por um estadunidense, Raymond S. Sayers, em 1955 e publicado no Brasil em 1958. O autor faz um ótimo panorama do negro na literatura que compreende a literatura da península ibérica e a literatura brasileira. O período histórico estudado por ele vai desde os tempos coloniais até a Abolição da escravatura em 1888.

Sua perspectiva é a análise das personagens negras em todos os escritos literários que vão desde sermões de padres, como Antonio Vieira, passando por poemas, novelas e romances. Seu maior interesse é sobretudo a relação dos escritores e as personagens negras e mulatas com a instituição escravidão, tanto no ambiente urbano, como no rural. Ele aponta o problema da escravidão na literatura juntamente com autores que atacaram e defenderam o negro na sociedade escravocrata. Os poetas e escritores negros também são analisados por ele, assim como as correntes literárias barroco, arcadismo, romantismo, realismo, simbolismo e parnasianismo. O autor também evidencia a literatura abolicionista, peculiaridade brasileira na qual vários tipos de negros foram representados.

Atentamos para a sua análise do romance *O Cortiço* (1890), na qual ele afirma que o livro apresenta um quadro mais otimista das relações raciais no Brasil e o considera o símbolo de uma solução do problema. Interessante é que o autor concorda com as teorias do embranquecimento e posteriormente com a assimilação. Sayers parte do ponto de vista do negro como objeto de estudo e as influências de Gilberto Freyre são recorrentes em suas análises. Ele pinta um quadro do Brasil como um país sem preconceito ou ainda sem embate entre as raças. Considerando-se a época em que foi escrito e as influências do mito da democracia racial no Brasil, o estudo se torna referência relevante para nossa pesquisa, pois mostra o ponto de vista

de um autor estadunidense, no momento em que existia grande conflito racial com forte segregação em sua nação.

O negro na ficção brasileira (1965), do norte americano Gregory Rabassa, dá continuação ao estudo de Raymond S. Sayers (1958). O período estudado por Rabassa é após 1888 até os anos 1950. A obra é resultado de sua tese de doutorado na Universidade de Columbia. Rabassa inicia seu estudo com a trajetória do negro na história e na literatura mundial. Em seguida, ele adentra os estudos sobre o negro na literatura espanhola, mas seu foco principal é o estudo de escritores e personagens negros que estão nas colônias das Américas. Ele analisa a poesia hispano-americana e as personagens negras que aparecem em toda a América latina.

Ao analisar o negro na ficção brasileira, ele segue os parâmetros norte-americanos de critérios raciais, ou seja, qualquer um que tenha uma proporção de sangue africano basta para caracterizar uma pessoa como negra. Tais parâmetros serão seguidos porque seus estudos foram realizados nos Estados Unidos. No estudo, o autor se balizou pelos três grupos: negros, mulatos e brancos. Ele reconhece a diferença existente no Brasil entre negros e mulatos, no entanto ele trata o mulato como negro.

Rabassa (1965) analisou a relação das personagens negras com as personagens brancas nos romances e poemas das décadas de trinta e quarenta de todo o Brasil. Seus principais autores foram: Rachel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Jorge Amado, entre outros. Rabassa fez uma exceção no seu estudo e analisou a obra de Lima Barreto por considerá-la de grande valia, apesar de estar fora do seu recorte temporal. A análise de Lima Barreto é detalhada e suas considerações são bem aprofundadas.

No geral, Rabassa tira algumas conclusões que estão muitas vezes de acordo com a política de Estado vigente no Brasil³, dando ênfase à democracia racial. Ele também trabalha o negro como objeto e, na maioria das vezes, ele apenas descreve as personagens negras dos romances sem aprofundamentos psicológicos, históricos e sociais. Suas considerações mais profundas aparecem na temática das religiões africanas nos romances brasileiros. Fato interessante é que Rabassa, assim como Bastide, também enfatizou em suas análises as religiões africanas presentes

³ Ver Antonio Sérgio Alfredo Guimarães: Racismo e Antirracismo no Brasil.

no Brasil e descritas em nossa literatura, o que mostra a importância dessa como registro de culturas.

Houve um intervalo de tempo de aproximadamente vinte anos para aparecer outra publicação em livro sobre o negro na literatura brasileira, tal intervalo coincide com o período do regime militar no Brasil, mesmo assim, o livro também foi escrito por um brasilianista. A obra intitulada *Raça e cor na literatura brasileira* (1983) de David Brookshaw é o terceiro livro publicado no Brasil sobre o negro na literatura. Brookshaw é professor de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade de Bristol, Reino Unido, com um interesse especial em literaturas pós-coloniais. Ele também trabalha com literatura Comparada e tradução literária.

Brookshaw, em seu livro, analisa várias obras literárias que possuem a temática negra desde a literatura abolicionista que se inicia em 1850 até os anos 1970. O livro também contempla estudos históricos de autores brasileiros e brasilianistas trazendo também a relação entre Literatura e História como pano de fundo. O autor trabalha com a caracterização do negro pelo homem branco por meio da literatura, abordando as fases pré e pós-abolição, e, em seguida, ele trata da literatura do século XX até a contemporaneidade. Brookshaw utiliza o conceito de estereótipos como ponto de partida de sua análise e diz que os mesmos não são necessariamente étnicos, eles são uma camisa de força, uma forma de controle social. Brookshaw (1983) afirma que a caracterização do negro na literatura pré-abolicionista, a partir da segunda metade do século XIX, se deu de acordo com as superstições do homem branco que, em sua posição social dominante, encontrou certa duplicidade que lhe interessou em sua atitude para com o seu subalterno negro, no caso o escravo, tanto no contexto social como no contexto cultural. Foram atribuídos ao negro estereótipos positivos e negativos como, o negro infantilizado, o escravo submisso, resignado, o escravo demônio e o negro pervertido⁴. (BROOKSHAW, 1983, p.16).

Outro ponto importante é que o autor trabalha com a ideia de rivalidade entre as culturas europeia e africana e ameríndia no Brasil. Essa rivalidade estava atrelada à adoção de uma identidade latina ou helênica por parte dos intelectuais e

⁴ O termo “estereótipo” é derivado das artes gráficas como a fixação, por caracteres móveis, de uma página a ser reproduzida, outro ponto relevante é que a partir de tal noção, “ O substantivo derivado começa a aparecer nas ciências sociais a partir do século XX, por ocasião de uma experiência de Lippmann (1992), para quem os estereótipos são imagens prontas, que medeiam a relação do indivíduo com a realidade. Em seguida a psicologia social e a sociologia viram neles representações coletivas cristalizadas, crenças pré-concebidas frequentemente nocivas a grupos ou indivíduos.” (CHARADEAU: MAINGUENEAU, 2004, p. 213, *apud* CUTI, 2010, p. 66).

literatos como um mecanismo de defesa das elites que desprezavam e abominavam aquelas que consideravam sub-raças do Brasil juntamente com suas heranças culturais africanas e ameríndias. Uma identidade clássica era o certificado virtual da cor branca e o termo mulato era um insulto. (BROOKSHAW, 1983, p.56).

O autor também aponta outra questão importante para melhor entendimento de nossa pesquisa: o negro era muito pouco representado na literatura brasileira anterior a 1850 e, à época da escravização no Brasil, não existia uma classe média isenta de interesses na escravidão como ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos. No momento em que essa classe surge no Brasil, com força para formar um grupo que poderia ter levantado vozes em oposição à escravatura, os mesmos preferiram se alinhar aos discípulos de Darwin e às ideologias raciais dos imperialistas liberais europeus em detrimento do humanitarismo de homens como Victor Hugo. (BROOKSHAW, 1983, p. 26- 27). O autor segue sua análise mostrando que os estereótipos sobre o negro foram sendo reproduzidos em toda a literatura brasileira até a contemporaneidade.

Este é um dos trabalhos mais relevantes produzido no Brasil em relação ao negro na literatura. Brookshaw denuncia o preconceito racial no Brasil mostrando que a literatura colabora para tal. Ao analisar os poucos autores negros, ele adentra na perspectiva do negro sujeito, mas infelizmente o número de obras produzidas neste sentido é restrito. Ele mostra o racismo literário lado a lado com o racismo científico que permeou a intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do século XX. O autor não mede esforços e nem palavras para mostrar esse lado perverso do racismo em forma de literatura traçando um paralelo entre os acontecimentos históricos brasileiros e a literatura desses momentos, o que facilita a compreensão do seu pensamento. Seu trabalho é de extrema relevância para nossa pesquisa, pois aponta uma série de preconceitos na literatura brasileira em relação ao negro. Brookshaw dialoga com os autores chamados “revisionistas”⁵ dos estudos sobre o negro no Brasil e sua inserção na sociedade. Os “revisionistas” foram os contestadores do “mito da democracia racial”. Suas conclusões são de extrema

⁵ Ver Emília Viotti da Costa 1998: Da monarquia à república: momentos decisivos.

importância para nossos estudos, principalmente sobre o romance *O Cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo.

Trabalharemos na mesma linha de Brookshaw, com a diferença de que analisaremos o romance e suas personagens negras num estudo mais detalhado, observando também as teorias raciais vigentes na época da publicação do romance e suas implicações na nova sociedade que se formava após a ruptura com a escravidão.

Esses livros publicados sobre o negro no Brasil possuem características e peculiaridades que não são encontradas em estudos de autores brasileiros e merecem algumas reflexões: primeiramente, é de se estranhar que o estudo do negro na literatura brasileira tenha se iniciado a partir de pesquisadores estrangeiros, o que caracteriza uma falta de interesse dos intelectuais brasileiros pelo tema. Em segundo lugar, note-se o silêncio do cânone brasileiro durante anos sobre tais estudos, que só foram resgatados por pesquisadores negros contemporâneos. Os autores estrangeiros estudam as relações entre os personagens negros e brancos na sociedade e o papel do negro nos romances. Eles concluem que tais personagens quase sempre são subalternos e também são moldados a partir de concepções e caracterizações estereotipadas. A religião afro-brasileira nos romances é vista por esses pesquisadores como verdadeiras manifestações culturais negras, sendo consideradas por eles uma das poucas características positivas dos negros, nos romances e poesias analisados. Os estudiosos identificam também na lírica brasileira as relações paternalistas, a inferiorização e sexualização do negro. Poucos autores brasileiros escapam a essa regra. Tais obras poderão ser também objetos de estudos para futuros trabalhos dentro dessa temática.

Os autores estadunidenses trabalham muito com a temática mestiça, citando sempre Gilberto Freyre e a assimilação cultural do negro na sociedade brasileira. Fato interessante é que esses autores antagonizam a questão racial no Brasil entre o mulato e o negro e não entre brancos e não-brancos como nos Estados Unidos. Ao considerar o período em que foram escritos, percebemos como o mito da democracia racial brasileira, disseminado na época, influencia esses autores, pois o Brasil era considerado um paraíso racial e muitos intelectuais europeus e americanos

estudaram essas relações raciais no Brasil. Roger Bastide não era influenciado por tal ideologia.

David Brookshaw depois de muitos anos retoma o assunto. Ele critica de forma mais contundente os autores brasileiros brancos, pela maneira como representaram personagens negros em seus romances. Percebemos uma reviravolta no modo de análise do tema, pois a questão do preconceito de cor no Brasil agora é tratada de outra forma. O interessante é que essa reviravolta também foi feita por um estrangeiro.

A questão do negro na literatura ganhou maior espaço a partir geração surgida ao final dos anos 1970. Os escritores negros começaram a se articular e a atuar de forma coletiva. A publicação dos *Cadernos Negros*⁶ é o marco inicial dessa luta. Os *Cadernos Negros* surgiram em São Paulo em 1978. Essas publicações são anuais e reúnem produções artísticas dos afro-brasileiros. De autoria variada, com escritoras e escritores oriundos dos diversos estados brasileiros, essa antologia poética possui, até o momento, mais de trinta volumes publicados, sendo os números ímpares dedicados aos poemas e os números pares, aos contos. Por compreender a memória como importante para a construção da identidade dos afro-brasileiros, as escritoras e os escritores da literatura negra tematizam a memória dos afrodescendentes em suas produções, trazendo à tona uma memória coletiva tornada invisível, negada e apagada pela história oficial brasileira. Uma das imagens recorrentes nos poemas, contos e romances da literatura afro-brasileira é a ideia de que os negros brasileiros compartilham uma origem comum.

A partir da união desses autores, outras publicações sobre o negro na literatura foram aparecendo, como o livro *O Negro escrito – apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira* (1987), de Oswaldo de Camargo. Este é o primeiro livro escrito por um brasileiro (negro) que trata sobre o assunto.

Camargo nos dá a visão do pesquisador negro sobre o negro na literatura e trabalha com a ideia de que somente o negro pode falar por ele. Aqui o negro é sujeito de suas ações. Por isso, não basta ser escritor negro ou mulato, é necessário que o autor trabalhe a temática negra em suas obras para ser “Negro escrito”. O livro traz os negros que escreveram sobre o negro na antiguidade, na Europa, Portugal até a chegada ao Brasil. Camargo dialoga com Sayers e Brookshaw no seu trabalho e

⁶ Ver PALMEIRA, Francineide Santos: *Identidade étnica e literatura afro-brasileira* e SOUZA, Ricardo Silva Ramos de: *Negras substâncias de conscientização: a literatura negro-brasileira*.

analisa os escritores negros e mulatos na literatura brasileira apontando que o primeiro negro a escrever um texto no Brasil foi Henrique Dias em 1650, já o primeiro poeta mulato foi Manuel da Silva Alvarenga nascido em 1759. Os outros autores considerados por ele com escrita negra são: Domingos Caldas Barbosa (1738? - 1800), Evaristo da Veiga (1799-1847), José da Natividade Saldanha (1795-1830), Trajano Galvão de Carvalho (1830-1864), Antônio Gonçalves Teixeira e Souza (1812-1861), Francisco Paula Brito (1809-1861), Luís Gama (1830-1882), Antônio de Castro Alves (1847-1871), José Carlos do Patrocínio (1853-1905), Antônio Candido Gonçalves Crespo (1846-1883), Bernardino da Costa Lopes (1859-1916) Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922), Lino Guedes (1897-1951), entre outros.

Oswaldo de Camargo trabalha com a visão de resistência negra na literatura, mostra o olhar de um negro sobre o negro. Ele não trata de preconceitos ou racismo, apenas os assuntos relevantes do ponto de vista dos interesses dos negros, ou seja, a literatura produzida por negro falando de negros e suas questões, seu estar no mundo, etc.

A partir de Camargo, percebemos um embate entre os pesquisadores nacionais contemporâneos em relação ao negro na literatura brasileira. Há uma disputa ideológica nessa questão que apontaremos adiante. O livro é de suma importância para o nosso estudo, pois nos ajuda a situar nosso trabalho no âmbito acadêmico.

O artigo intitulado *A trajetória do negro na literatura* (2004) de Domício Proença Filho mostra o embate ideológico contemporâneo sobre o assunto. O autor faz um panorama geral da presença do negro na ficção brasileira e segundo ele, tal presença não foge à regra da marginalização do negro desde o início da nossa sociedade.

Evidenciam-se, na sua trajetória no discurso literário nacional, dois posicionamentos: a condição negra como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada. Tem-se, desse modo, literatura sobre o negro, de um lado, e literatura do negro, de outro. (PROENÇA FILHO, 2004, p. 168).

O autor destaca, como outros autores citados, as personagens Isaura (do romance *A escrava Isaura*, 1875) de Bernardo Guimarães e Raimundo (do romance *O Mulato*, 1881) de Aluísio Azevedo do mesmo ponto de vista já analisados pelos

pesquisadores citados acima, em seguida ele analisa o poema de Castro Alves *O navio negreiro*, e *Mauro, o escravo* de Fagundes Varela. Ele mostra o negro tratado como objeto na literatura brasileira e utiliza os estereótipos do negro apontados por David Brookshaw em suas análises: o negro infantilizado, o escravo submisso, resignado, o escravo demônio e o negro pervertido.

De acordo com Proença Filho, a visão do negro estereotipado prevalece na literatura brasileira contemporânea pelo menos até os anos de 1960, quando começam a surgir, paralelamente, textos mais preocupados com a etnia. Ele analisa estes textos que estão em vários gêneros como poesia, romance e teatro e inicia o procedimento de mostrar o engajamento literário dos escritores negros e seu comprometimento com a etnia.

O autor conclui seu trabalho se apoiando no conceito de literatura universal fazendo contraponto a termos utilizados por pesquisadores negros como *literatura negra* ou *afrodescendente*. Proença Filho afirma que tal conceito é perigoso, pois, ao adotar o cunho literatura negra, esta se oporia a uma literatura branca e como consequência ficaria à margem, ou ainda, seria considerada menor. O autor justifica sua posição retomando o pensamento de Bastide (1943) ao afirmar que os poetas negros não conseguiram romper com o conceito de literatura vigente até hoje. Por isso, ele defende a ideia de que, mesmo com a finalidade de afirmação da etnia, “em lugar de *literatura negra* deve-se referenciar a presença *do negro* ou *da condição negra na literatura brasileira*. ” Proença Filho ainda afirma que literatura não tem cor mas admite que os espaços literários são ocupados de forma tímida pelos afrodescendentes brasileiros. Seu trabalho é importante para a nossa pesquisa pois possui uma gama de romances e poemas que tratam do negro na literatura brasileira, escritos por escritores negros e não negros. Por outro lado, o modo como Proença Filho defende a literatura universal contestando os conceitos de literatura negra sugeridos pelos pesquisadores negros mostra o embate contemporâneo em relação ao tema.

Bayer e Girola (2009), em artigo intitulado, *Figuras institucionalizadas pelo cânone brasileiro: o negro como persona na literatura nacional* também contribuem para o nosso trabalho na medida que conceituam o termo *persona* e o relacionam com

o cânone literário brasileiro mostrando que o negro/a e o/a mulato/a, são figuras institucionalizadas.

As personagens analisadas a partir dessa premissa são: as personagens Raimundo e Rita Baiana dos romances de Aluísio Azevedo, *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), Arminda, do conto *Pai contra mãe* (1906), de Machado de Assis, o negro Bonifácio e Sargento Caldeira das obras *Contos Gauchescos* (1912), de Simões Lopes Neto, e *Netto perde sua alma* (2001), de Tabajara Ruas. A cor da pele dessas personagens (persona) é que baliza seus trabalhos. As autoras também fazem considerações sobre a estética Naturalista e contestam a percepção de alguns críticos, que dizem que a estética naturalista viabilizou a entrada de outros tipos sociais (como gays, lésbicas, negros, pobres, mulatos, capoeiristas, desocupados etc.) na literatura brasileira. Tal afirmação é tida como equivocada ou ainda conservadora pelas autoras, já que todas essas personagens vêm com estigmas que se revigoram constantemente no cânone brasileiro.

Ao longo do artigo, Bayer e Girola dialogam com muitos pesquisadores que trabalharam a questão do negro no Brasil, como John Norvell, Sandra Jatáhy Pesavento, Kabengele Munanga e Abdias Nascimento. Esses autores rebatem os supostos padrões comportamentais do negro na sociedade brasileira e também contestam pretensas heranças deterministas que foram utilizadas na caracterização das mulheres negras e mulatas nos romances brasileiros.

Elas concluem que as figuras do mulato e do negro na pena dos escritores brasileiros foram institucionalizadas como negativas. O trabalho das autoras mostra algo peculiar, pois ao falar em institucionalização das personagens negras e mulatas, homens e mulheres, de forma negativa pelo cânone, nos faz refletir sobre a maneira como é difundido o preconceito racial no Brasil por meio da literatura. Tal afirmação contribui para o nosso trabalho, pois no momento em que a sociedade brasileira rompe com a escravidão pela Abolição percebemos que o primeiro romance publicado, após tal ruptura, não atende às expectativas. Em nosso trabalho mostraremos que essa institucionalização negativa das personagens negras e mulatas já está presente no romance *O Cortiço* (1890) e as teses raciais colaboraram muito para a consolidação dessa institucionalização.

O livro *Literatura negro-brasileira* (2010), do autor Cuti, também trata da temática negra na literatura brasileira. O pesquisador analisa a participação do negro – como personagem, autor e leitor mostrando que o negro somente despontou como

protagonista relevante nas obras escritas já no final do século XX. Isso se deu como consequência dos avanços das lutas contra o racismo no Brasil, travadas de forma mais incisiva nesse período. Ele aponta a relevância de intelectuais negros nesse processo e faz duras críticas ao academicismo brasileiro, voltado para a cultura europeia.

Segundo ele, a literatura brasileira de brancos, desde o período escravocrata, reforçava os estereótipos da vida cotidiana, e possuía função de impedir a autoestima do africano escravizado e de sua descendência. O autor ressalta que essa função não era fruto de maldade ou maquiavelismo, e sim, fruto da crença da superioridade congênita da raça branca. As características dessa literatura branca era, em geral, promover a ideia de inferioridade racial, mostrar o desajustamento psíquico e moral dos negros e mulatos, caracterizar as personagens negras de forma avessa à beleza, mostrar sexualidade desenfreadas e, ao mesmo tempo, ingenuidade e passividade da personagem negra. (CUTI, 2010, p. 64).

Trata-se de uma construção imagética para o consumo e apaziguamento do leitor branco, levando-o a justificar para si mesmo a situação social de miserabilidade da população negra, experimentando o reforço de ideias de hierarquia racial, ao mesmo tempo o sentimento de aversão, e, em certos casos, de comiseração, pois quando o leitor tem pena da personagem sente-se superior a ela. (CUTI, 2010, p. 64).

Cuti também aponta e denuncia a ausência de personagens negras na literatura brasileira e afirma que:

Quando se estudam as questões atinentes à presença do negro na literatura brasileira, vamos encontrar, na maior parte da produção de autores brancos, as personagens negras como verdadeiras caricaturas, isso porque não só esses autores se negam a abandonar sua brancura no ato da criação literária, por motivos de convicções ideológicas racistas, mas também porque assim acabam não tendo acesso à subjetividade negra. (CUTI, 2010, p. 88).

Cuti (2010) também mostra que esses personagens negros criados por autores brancos são geralmente mero adereço das personagens brancas ou apetrecho de cenário natural. Elas aparecem, mas não possuem função, não mudam nada, e se o fazem é por um acaso. Logo, tais personagens não têm história, não têm parentes, surgem como se tivessem origem no nada. (CUTI, 2010, p. 89). Partindo

dessas colocações, podemos dizer que ao analisar o romance *O cortiço* e sua historicidade, percebemos o pensamento de Cuti (2010) em vários aspectos da obra.

Cuti (2010) ainda defende o termo “negro brasileiro” em lugar de “afro-brasileiro”, pois a “afro-brasilidade” pode sobreviver sem o negro, uma vez que um afro-brasileiro pode ser um não negro, ou seja, não ser vítima da discriminação racial, ou ainda, ser um discriminador. Ao defender essa ideia, o autor rebate também a ideia antropológica de Gilberto Freyre que se refere à noção de hierarquia cultural, em que as manifestações de origem africana seriam consideradas estágios inferiores e o cruzamento biológico no Brasil apontaria para o que chamou de “metarraça”, que seria a renomeação do “tipo novo” de Silvio Romero, porém, essa população morena de Freyre, no futuro, apagaria toda e qualquer tensão racial. Cuti também rebate os argumentos de Domício Proença Filho (2004) reafirmando a disputa acadêmica contemporânea nas questões culturais e literárias que envolvem os negros brasileiros.

Existem outros trabalhos contemporâneos que tratam do negro na literatura brasileira. Em sua maioria, trabalham o negro como sujeito e propõem uma literatura negra voltada para um público negro. Tais trabalhos se inserem no campo da resistência e reafirmação do negro na sociedade brasileira. A literatura negro-brasileira também é o espaço para reflexão da discriminação racial, na medida em que ressignifica os padrões hegemônicos e contribui para mudanças culturais e ideológicas. Essa literatura é mais uma ferramenta na luta antirracista. Enfatizamos aqui apenas aqueles que, de uma ou outra forma, nos ajudam a situar nossa pesquisa em meio a esse vasto tema.

Como parte, portanto, de um grande esforço coletivo de mapeamento das visões construídas sobre o negro no Brasil, no terreno da cultura, analisaremos o romance de Aluísio Azevedo, relacionando as caracterizações das personagens presentes na trama às questões ideológicas, às visões cientificistas e às práticas culturais vigentes no momento de sua produção.

Investigaremos, na organização do romance, a visão hegemônica da elite intelectual brasileira (que se considerava branca) sobre o negro e mostraremos como, apesar de toda a carga ideológica nele enraizada, o livro registra vários aspectos dos costumes e práticas culturais dos afro-brasileiros e mestiços daquela época. Partiremos assim do negro escrito como objeto, a partir de estereótipos já definidos, e o mostraremos como sujeito de suas ações. Os costumes e as práticas culturais que o romance condena podem ser recuperados positivamente, mediante uma análise

crítica da narrativa, o que contribui para a afirmação e conscientização da população negra brasileira.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, mostramos o escritor Aluísio Azevedo no seu tempo, seus projetos literários e seus ideários de país. Analisamos a Geração de 1870 e como as teorias raciais influenciaram o pensamento do escritor e de seus pares. Evidenciamos o projeto literário de Aluísio Azevedo e sua crítica à sociedade da época do império. Atentamos também para as dimensões nacional e urbana do romance e a sua recepção crítica em sua época, enfatizando a estética naturalista que foi abordada pelos pares jornalistas do escritor. Por fim, fizemos um paralelo entre o romance *O cortiço*, os cortiços cariocas e sua relação com a cidade.

No segundo capítulo, analisamos a personagem negra Bertoleza e a ideia do desaparecimento do negro como destino. Trabalhamos a personagem e sua trajetória na trama, relacionando-a com os assuntos que pautavam as discussões dos abolicionistas e das classes dominantes, como a iminência do fim da instituição escravidão e o destino dos ex-escravos (com perspectiva de extinção dos negros) na sociedade brasileira, apoiada nas teorias da desigualdade racial. Mostramos também a incongruência da personagem tanto na trama como no modelo que o autor adotou.

No terceiro capítulo, analisamos as personagens mulatas e mestiças dando ênfase às suas culturas e suas funções na trama. Questões históricas e ideológicas e assuntos como mestiçagem, curandeirismo, loucura, festas populares, música, dança e capoeiragem estão ligados ao desenvolvimento dessas personagens na obra.

Ao inter cruzar os assuntos abordados no romance com notícias de jornais, publicações de cunho científico e pesquisa histórica, percebe-se que o romance possui função estratégica na veiculação de ideias e ideologias.

2. ALUÍSIO AZEVEDO: OS PROJETOS DO ESCRITOR

2.1 A inserção na Geração de 1870: cientificismo, teorias raciais e a questão nacional.

As relações entre Literatura e História no Brasil também estão ligadas às questões identitárias. A literatura passou a ter ligações com os projetos de identidade nacional no período do Romantismo e tais projetos começaram a se esboçar após a independência em 1822. A ideia de nação ganhou contornos mais nítidos e foi tematizada a partir da natureza do território e da pátria, do povo e da língua. Houve realmente um processo de “recriação” da identidade nacional, e tal processo de “recriação” resolveria os problemas dos males de origem, como dizia Manuel Bonfim, pois o Brasil estava atrelado a uma situação de subordinação à Europa. O romantismo compôs uma versão idealizada de um mito fundador para o país, pois não havia um passado clássico. Nesse período, a literatura era “a expressão dos Estados nacionais” e estava comprometida com o projeto de construção da nacionalidade. Por isso a literatura foi dotada de caráter militante e até mesmo documental. (SANTOS e MADEIRA, 1999, p. 71) e (PESAVENTO, 2002, p. 160).

A partir da segunda metade do mesmo século, com o advento das denominadas “questões sociais”, que vieram à tona com a Abolição e a República, a ideia de nação ganha contornos científicos e os termos raça e meio geográfico, também presentes nos debates europeus, são pautas de discussões aqui (no Brasil) onde tais discussões poderiam ser tratadas de forma empírica. As ideias de nação passaram do nativismo romântico para o cientificismo dominante e os intelectuais brasileiros estavam obcecados pelo pensamento da nação. Gerações de intelectuais, escritores e artistas empenharam-se em criar narrativas e imagens que pudessem contribuir para delimitar uma fisionomia cultural singular, definidora de uma identidade nacional brasileira. (SANTOS e MADEIRA, 1999, p. 38 a 48).

Já no final do século XIX, a geração de 1870, composta por Tobias Barreto, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Benjamin Constant entre outros, foi a responsável por romper com as “brumas do romantismo” e articular os debates em torno das “questões sociais”, o Abolicionismo e a República. Tal geração com toda a sua carga de realismo cientificista lançava sobre os nacionais uma espécie de “pecado original” que se perpetuava na mestiçagem. Que fazer com um país caboclo, mestiço, atrasado? Se fosse possível, nascer de novo, do “lado certo” do universo, e alinhar-se junto às

nações de primeira linha que formavam o que se consagrava chamar a “civilização ocidental cristã”, branca, tecnificada, culta... (PESAVENTO,2002, p. 160).

Também entram em voga no Brasil, nesse período, as ideias que marcaram a cultura histórica moderna, como o positivismo de Comte, o evolucionismo de Darwin e Spencer, o intelectualismo de Taine e Renan, ou seja, um conjunto de “ideias novas”, no dizer de Silvio Romero. Tais ideias se estenderam no pensamento intelectual brasileiro e somente entraram em declínio nos anos 1922 com os modernistas que as questionaram de forma mais incisiva. (SANTOS e MADEIRA,1999, p. 76).

Santos e Madeira (1999) apontam que, pelo lado político, a Abolição e a República colocaram desafios ao reordenamento social e político nos planos externos e internos. Coube então aos intelectuais do período superar resistências localizadas em determinados grupos, para que pudessem convencer a comunidade internacional de que se tratava de implantar uma República legítima no Brasil. A literatura também se torna importante aliada na empreitada:

A literatura nesse período tornara-se um instrumento de ação política, o meio de difundir os ideais laicos, progressistas e liberais, função social que exerciam abertamente, rompendo com o que restava de Romantismo subjetivista, lírico e idealizado, que deveria ser substituído pela retórica da ciência, ou pela dos salões literários e políticos. (SANTOS e MADEIRA,1999, p. 77).

Com relação ao escritor Aluísio Azevedo e a geração de escritores de seu tempo, Nicolau Sevcenko (1995), ao abordar uma crônica escrita pelo autor no jornal *O pensador* em 1880, o situa na geração de 1870.

Escreve Sevcenko:

Nota-se a mesma tônica em Aluísio Azevedo, tido como o introdutor do Naturalismo no Brasil: ‘Porque dizes elegantemente que nos desejávamos condenar o Brasil a uma externa imitação – diz ele sobre a sua geração – jungindo-o ao carro triunfal da França, quando o que nós dissemos foi que éramos, à força das circunstâncias, arrebatados, malgrado nosso patriotismo e nossa dignidade nacional, pela corrente elétrica de ideias que jorra na França. (SEVCENKO,1994, p.79-80).

Tal crônica aborda as artes no Brasil, em especial, a pintura. Mais adiante, na mesma crônica, Aluísio Azevedo fala em progresso, em ciência e em literatura:

Só depois de constituirmos boa constituição política, bom governo, boa família, boa sociedade, boa ciência, boa indústria, bons costumes e bom caráter é que teremos boa literatura, porque a literatura de qualquer país nunca foi outra coisa senão a consequência de tudo isso...” (Azevedo. A. Antonio pacífico da Cunha. **O Pensador**, Maranhão, 30 out. 1880).

Salientamos que Aluísio Azevedo estava no limiar de duas gerações: a de 1870 (Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, entre outros.) e a geração boêmia do início do século XX (Olavo Bilac, Raul Pompéia, Valentin Magalhães, Pardal Malhet, José do Patrocínio, Coelho Neto, Filinto de Almeida, Émile Rouède, entre outros.). O escritor conviveu com os escritores e intelectuais dos dois períodos e suas ideias estão mais próximas dos escritores da geração de 1870, mas vale lembrar que, de acordo com seus biógrafos e outros artigos publicados, o seu círculo de amizades era maior entre os boêmios⁷.

O pensamento dos intelectuais brasileiros dessas gerações, em especial, da geração de 1870, e suas “soluções” para o país, seguindo os preceitos de civilização europeia, pode ser melhor entendido a partir de Nicolau Sevcenko (1995). De acordo com o pesquisador, os intelectuais do período achavam que o Brasil somente se libertaria de um passado obscuro e vazio de possibilidades, se se voltasse para o fluxo cultural europeu. Essa seria também a única condição de se abrir para um mundo novo, liberal, democrático e progressista. O engajamento se tornara o preceito ético dos homens de letras. Tais homens se intitulavam “os mosqueteiros intelectuais” e suas principais bandeiras eram: a modernização da sociedade com o modo de vida baseado no europeu, a renovação das estruturas da nação, com a sua devida agregação internacional e a ascensão material e cultural da população. Tais objetivos seriam alcançados a partir da agilização da atividade nacional, a dissipação das iniciativas e a democratização, pressupondo uma maior participação política. (SEVCENKO, 1994, p.79).

Sevcenko (1994) afirma que a vanguarda científica que varreu a Europa nas décadas de 1870, não somente revolucionou o velho mundo, como também definiu os três saltos que mudaram o destino de quase toda a humanidade nos anos seguintes. Os três saltos foram: primeiramente a teoria darwinista, que ofereceu uma nova explicação para o surgimento, a condição e a existência da espécie humana; Em seguida, a revolução sanitária que permitiu os avanços na área de microbiologia, o que resultou na explosão demográfica e na urbanização de forma contínua e maciça;

⁷ Ver Leonardo Affonso de Miranda Pereira, 1994: “Literatura e História Social: A ‘Geração Boêmia’ no Rio de Janeiro do fim do Império”. *História Social*, nº 1, Unicamp, 1994. Páginas 29-64. Raimundo de Menezes, 1958: *Aluísio Azevedo: uma vida de romance*. Jean Ives Mérian, 2013: *Aluísio Azevedo: vida e obra*.

em terceiro lugar, os avanços nas pesquisas tanto no campo da física como no da química, que possibilitaram o advento da II revolução industrial ou tecnológica. Os sucessos dos dois últimos reforçaram a autenticidade da teoria darwinista. (SEVCENKO,1994, p. 81).

Continuando com a explicação, Sevcenko (1994) aponta que uma das maiores consequências desses fenômenos foi o surgimento dos Estados-nação modernos que estimularam de forma grandiosa o nascimento das Ciências Humanas:

Logo, a história, a filosofia, a antropologia, a geografia, a arqueologia, etc. foram desenvolvidas como formas de conhecimento financiadas pelo Estado, como justificativa na organização uniforme de uma ampla área geográfica com seu respectivo agrupamento humano, legitimados por suas características específicas (raça, história, tradição, meio físico, língua religião, cultura, caráter psicológico geral); afirmando, aliás, como superiores às de outros grupos concorrentes. Essa agitação nacionalista constituiria a base ideológica de formação dos Estados nação. Elas buscariam nas teorias raciais, que passaram então a dominar a área cultural, a sua justificação, e encontraria no militarismo o seu meio de autoafirmação. (SEVCENKO, 1994, p. 82).

O desdobramento da cultura europeia mundialmente acabava por forçar uma europeização das consciências e tinha o privilégio de ser o único padrão de pensamento admissível na nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o auxílio para as iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é peculiar. (SEVCENKO,1994, p. 82).

A partir dessas explicações, podemos afirmar que no caso literário, não foi diferente, pois o surgimento da estética realista, da qual o Naturalismo é tributário, se deu acompanhando esses fenômenos apontados por Sevcenko. A estética naturalista possui algumas peculiaridades que a tornavam oportuna no caso brasileiro.

O Naturalismo no Brasil, inaugurado por Aluísio Azevedo, teve grande influência da vanguarda literária de sua época, com a estética do escritor português Eça de Queiroz e o naturalismo francês de Émile Zola que prescrevia captar o máximo de realidade e compô-lo com o mínimo de ficção. Para Sevcenko (1994), o realismo e o naturalismo representam a sociedade multifragmentada, em que havendo sido rompido o sistema hegemônico de uma elite uniforme, vários grupos sociais se veem encorajados a conceber a sociedade a partir de sua visão particular. A posição do escritor realista/naturalista na sociedade em contraponto com o escritor romântico também é destacada. Enquanto este era membro ou cliente virtual de uma elite monárquica, o escritor realista/naturalista disputava a concorrência no mercado

urbano recém-inaugurado e almejava participar do sistema hegemônico do espaço público da nova república. (SEVCENKO,1994, p. 227-228). Com relação ao texto dessa estética (Naturalista), Sevcenko (1994) mostra que as características deles eram baseadas nos métodos de investigação científica, com os autores buscando enxergar nos fatos isolados o indício da manifestação de fenômenos e leis científicas fundamentais.

Antonio Candido (1991) esclarece que a estética naturalista pautava a obra literária por “uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio texto”. (CANDIDO, 1991, p. 111). O autor ainda afirma que no Brasil o Naturalismo se dedicou de forma privilegiada ao meio e à raça como forças determinantes. Meio e raça eram concepções que equivaliam a problemas reais e profundos e possuíam grande peso nas decisões dos intelectuais. Em razão das teorias científicas do momento, esses conceitos de raça e meio tinham uma força impositiva. (CANDIDO,1991, p. 128).

Outro autor que aborda a estética naturalista brasileira é David Brookshaw (1983). Ele afirma que tal estética ou movimento se encontra diretamente relacionado ao racismo no Brasil e que o Naturalismo alimentou outras justificativas para o preconceito contra o negro. Na literatura, teve impacto direto com o esgotamento da literatura abolicionista em 1880. O autor aponta para o fato de que o Naturalismo trouxe revitalização para a literatura abolicionista, mas não um esclarecimento com relação à questão do negro na sociedade brasileira. O Naturalismo surgiu do preconceito dos abolicionistas e se, por um lado, representava a contraparte literária do republicanismo político, também correspondia ao darwinismo social, nascido juntamente com a disciplina chamada Sociologia. (BROOKSHAW, 1983, p.42).

Para os ideólogos e abolicionistas brasileiros, a abolição era necessária para o progresso econômico do país. Porém, eles reconheciam que o Brasil era formado por uma grande massa de mestiços e negros livres que, mesmo no período escravocrata, desenvolveram-se de forma autônoma. Dessa forma, a raça inferior que trabalhava as terras não mais dependeria dos senhores brancos e, em contrapartida, por serem inferiores, não representavam ameaças, tendo demarcado de antemão, seu lugar na sociedade. Os escritores naturalistas brasileiros estavam preocupados com a racialização hereditária e com os efeitos do meio no comportamento humano. O interesse naturalista pela sordidez e pobreza era associado ao estudo clínico do

negro, para mostrar sua bestialidade e sua conduta sexual imoral, além de sua incontrolável sensualidade. Com isso, se reforçavam antigos estereótipos sobre o negro. (Brookshaw, 1983, p. 42/43).

Brookshaw (1983) afirma que houve nova faceta do Naturalismo que submeteu a figura do mulato a um exame mais minucioso, o que pode ser explicado pelo fato de que nas vésperas da Abolição, o elemento misto da população consistia numa ameaça bem maior para a identidade étnica da burguesia do que o escravo negro. Para o autor, o tema do determinismo racial relacionado ao mestiço brasileiro é um importante subproduto dos dois romances de Aluísio Azevedo, a saber, *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890).

Muitos trabalhos acadêmicos abordaram as teorias científicas e raciais presentes na obra de Aluísio Azevedo. Mérian (2013) diz-nos que o romancista teve grande importância como jornalista e debateu ideias científicas e filosóficas, em seus artigos no jornal *O Pensador*, no ano de 1881, em São Luís do Maranhão, mesmo ano em que publica *O Mulato*. Desde essa época, ele mostrava um conhecimento relativamente extenso das teorias filosóficas e científicas em voga, dissertando sobre Taine, retomando as ideias deterministas de Darwin, desenvolvendo as teorias sociais de Comte e Spencer. Não se pode afirmar que Aluísio tenha tido um conhecimento profundo dessas obras, porém ele possuía um relativo conhecimento dessas teorias para expor seu sistema de pensamento. Não há disponíveis para análise crônicas produzidas pelo escritor após 1881, logo nenhum crítico pode avaliar a evolução de seu pensamento. (MÉRIAN, 2013. p.479).

A pesquisadora Karoline Carula (2007) também busca compreender os argumentos de caráter darwinista presentes na obra de Aluísio Azevedo. Ela trabalha a relação entre o romance *O Mulato*, publicado pela primeira vez em 1881, no Maranhão, e, posteriormente, no Rio de Janeiro e as Conferências Populares da Glória ocorridas entre os anos de 1873 e 1880 na cidade do Rio de Janeiro e sua constituição como espaço de sociabilidade e de formação da opinião pública.

De acordo com a autora, boa parcela da elite brasileira desejava pertencer ao mundo civilizado na segunda metade do século XIX. Para chegar ao desenvolvimento das sociedades ditas civilizadas, seria necessário possuir o conhecimento das ciências, especialmente, das ciências naturais. A ciência era vista como o veículo que levaria o país a percorrer o caminho rumo à civilização, logo difundir esse conhecimento na sociedade era essencial. As Conferências Populares

da Glória foram criadas com a finalidade de divulgar tais conhecimentos científicos. Essas Conferências foram realizadas inicialmente na escola da Freguesia da Glória no Rio de Janeiro e tiveram o reconhecimento até mesmo do Governo como forma de instrução da população. (CARULA, 2007, p. 5).

Os jornais de maior circulação no Rio de Janeiro como, *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias*, *O Globo*, *O Apostolo* e *A Reforma* noticiavam as conferências que iriam acontecer e publicavam os discursos na íntegra ou seu resumo. Eles também traziam artigos, em suas diversas seções, que debatiam as Conferências e as ideias aí expostas. As Conferências eram compreendidas como uma atividade letrada, artística e de uma sociabilidade culta. (CARULA, 2007, p. 5-6).

De acordo com a autora, por meio das Conferências Populares da Glória, as ideias darwinistas ultrapassaram o circuito das instituições letradas de saber e ensino (museus, faculdades de medicina e de direito, institutos históricos e geográficos). A primeira conferência a tratar da teoria de Charles Darwin foi a do médico Augusto Cezar Miranda de Azevedo em abril de 1875. O médico teria definido o darwinismo como “a teoria na qual todos os seres vivos, animais e vegetais, seriam originários de organismos mais simples, que se transformaram por meio de evolução”. As cosmogonias teológicas e de criação simultânea foram desconsideradas por ele. O médico ainda fez uma breve síntese das pesquisas dos evolucionistas anteriores a Darwin, creditando a este o mérito de “sistematizar as ideias esparsas de seus antecessores”. Em seguida, o conferencista elencou as quatro leis que, segundo ele, seriam os pontos essenciais da “teoria da seleção morfológica”:

1º. A luta pela existência. 2º. A variação ou modificação e adaptação das variedades das espécies. 3º. A transformação hereditária dessas alterações e a hereditariedade. 4º. Seleção natural através dos imensos períodos geológicos, a qual se mantém a favor do combate pela existência. (CID, 2004, *apud* Carula, 2007. P.69)

A autora ainda afirma que ao concluir sua arguição, como consequência da doutrina darwinista, Miranda Azevedo assegurou ser o homem o fruto mais completo do aperfeiçoamento das espécies. Ele também teria salientado a importância do darwinismo ao romper com as explicações teológicas, que impediriam o avanço da inteligência humana. Miranda Azevedo foi conferencista outras diversas vezes e a imprensa carioca da época polemizou os conteúdos dessas reuniões e os difundiu, o

que alcançou boa parte da camada letrada da cidade e do país. (CARULA, 2007, p. 69).

Com relação ao romance *O Mulato* (1881) A autora afirma que, nas conferências da Glória, as discussões sobre o darwinismo teriam preparado o público leitor da Corte para a compreensão do romance que contempla tal teoria.

A autora mostra que o jornal carioca *O Correio do Povo* quando anunciou a reedição de *O mulato*, ressaltou que no Norte a primeira edição teria se esgotado rapidamente, porém, no Rio de Janeiro, o romance “[...] ficou apenas conhecido no âmbito restrito das classes letradas [...]”. Somente após sua representação cênica de 1884 é que o romance alcançou as outras camadas da sociedade. (CARULA, 2007, p. 128).

O Mulato obteve boa aceitação na Corte entre a camada letrada que, por sua vez, era a mesma que havia frequentado as Conferências Populares na década anterior. Constatei que o darwinismo foi operacionalizado no romance da mesma maneira que nas Conferências. A introdução do darwinismo em uma obra de literatura mostra que ele já havia adquirido outra categoria de difusão no início da década de 1880, sinalizando que a opinião pública, neste momento, já aceitava tal termo no campo literário. (CARULA, 2007, p. 164).

A pesquisadora também nos mostra quem compunha esse público leitor carioca a partir do trabalho de Tânia Bessone Ferreira:

No final do século XIX [...] O círculo de leitores do Rio de Janeiro revelou-se bastante eclético na sua composição: dele participavam jornalistas, literatos, *bon vivants*, *flâneurs*, comerciantes, políticos e boêmios, além das categorias profissionais mais afeitas aos livros, com destaque para os advogados e médicos, que além de suas tarefas específicas, tinham um trato mais íntimo com bibliotecas. (FERREIRA, 1999, *apud* CARULA, 2007, p. 128).

A autora afirma que essa camada letrada era a mesma que frequentara as Conferências Populares da Glória e teria acompanhado, pela imprensa, a polêmica produzida em decorrência das preleções que abordaram o darwinismo. Ressalta a autora que tal teoria não foi aceita por todos. (CARULA, 2007, p. 128).

Carula (2007) analisa o romance *O Mulato* de forma sistemática e encontra em várias passagens (e na própria trama) a utilização de preceitos darwinistas, tais como:

A racialização do homem, a superioridade dos brancos com relação aos negros, a ancestralidade simia da humanidade, a analogia entre negros e macacos, a luta pela sobrevivência e a vitória do mais forte. (CARULA, 2007, p. 165).

A autora mostra que tanto o darwinismo como as teses raciais influenciaram o pensamento de Aluísio Azevedo e, apesar de o determinismo já estar presente no romance *O Mulato*, ela acredita que “Aluísio Azevedo não considerava o determinismo racial quando descreveu o personagem Raimundo tanto moralmente como intelectualmente”. Para tal afirmação, Carula recorre ao estudo de Elizabeth Marchant. (MARCHANT, 2000 *apud* CARULA, 2007 p. 131). Outro fator que chama a atenção é justamente aparecer citado o autor racista Gustave Le Bon no romance *O Mulato*, o que confirma ainda mais a decisão consciente de tratar na literatura as teses raciais. (CARULA, 2007 p. 155).

As visões sobre o negro e o mestiço no Brasil, pelo campo científico, nos é dada pela primeira vez por Silvio Romero, que foi um dos intelectuais mais conhecidos de sua época, por suas conferências, publicações e também por suas polêmicas e controvérsias. É considerado também o precursor das ciências sociais no Brasil. Sílvio Romero foi crítico literário, juiz, promotor e deputado. O pensador teve importante participação no que diz respeito ao pensamento de uma identidade nacional.

Segundo Azevedo (1987), em seus discursos e conferências, Romero manifestava profundo despreço pela “raça negra”, ainda defendia a escravidão sem apoiar-se em nenhum subterfúgio, afirmando que o negro era um ponto de vista vencido na escala etnográfica e, por isso, por ser incapaz, não civilizado, sem noção de liberdade, a escravidão deveria continuar até que ele sucumbisse no terreno econômico pela concorrência do trabalho livre personificado pelo imigrante europeu. (ROMERO, 1883 *apud* AZEVEDO, 1987, p. 70).

Cinco anos depois dessa conferência, o autor publica sua *História da literatura brasileira*, 1888. Tal obra é vista como a primeira publicação de cunho científico no Brasil. Nesse livro, Romero apresenta outra vertente de seu pensamento em relação ao negro no Brasil. O autor até reconhece sua contribuição na formação do Brasil, porém mantém sua posição em relação à “hierarquia das raças”.

Resta-me falar dos povos negros que entraram em nossa população. Eram quase todos do grupo *banto*. São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar. O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em Direito, Medicina, ou Engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco. (ROMERO, 1960, p. 119-120).

Em seguida, o autor fala sobre o mestiço, que, posteriormente, ele chamará de “tipo novo”. O interessante é que ele distingue o mulato do mestiço. Segundo o autor, o mulato possui a pele mais escura (característica dada como negativa, segundo inferimos), enquanto o mestiço teria a pele clara. Demonstra-se aí, então, a crença de Romero no branqueamento como algo a ser alcançado num futuro próximo, conforme o trecho abaixo:

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro. Durante muitos e muitos anos reinou o vulgar preconceito sobre a imensa inteligência e a enorme robustez das populações cruzadas. Supunha-se que as gentes mestiçadas dispunham de vantagens excepcionais e maravilhosas. A observação das populações das colônias europeias da América e da Oceania mostrou haver engano naquelas afirmativas gratuitas. Apareceu então uma tremenda reação e chegou-se ao ponto de proclamar a completa hibridação das gentes cruzadas, isto é, sua fraqueza e esterilidade radical no fim de um certo número de gerações. Um estudo, porém, mais despreocupado desta questão provou não existir na humanidade o fenômeno característico do hibridismo. Ou se considere a humanidade um gênero dividido em diversas espécies, ou uma espécie dividida em diferentes variedades, é sempre certo que estas coabitam entre si e produzem uma descendência fecunda, ainda que não tão válida como a das raças-mães. (ROMERO, 1960, p. 120).

As autoras Santos e Madeira (1999) afirmam que a teoria do “embranquecimento”, foi formulada por Silvio Romero e defendida por Joaquim Nabuco. Essa teoria foi uma alternativa e solução para o impasse em torno do homem dos trópicos e do mestiço. O branqueamento como ideia teve boa repercussão e o incentivo à imigração ganhou caráter científico a partir do pensamento de Romero. (SANTOS e MADEIRA, 1999, p.76).

O francês Louis Couty, que residiu no Brasil como professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e no Museu Nacional, é um dos escritores estrangeiros que escreveu sobre o Brasil sob a ótica negativa do racismo europeu. Em sua publicação *O Brasil em 1884: esboços sociológicos* ele atribuiu às populações africanas a causa de diversas mazelas do país e, por isso, clamava pelo fim da escravidão e dizia que a solução para o Brasil era o imigrantismo. O livro, que foi

traduzido no Brasil em 1984, portanto 100 anos depois, é pouco conhecido e nos mostra que as ideias imigrantistas também vieram de fora do país.

Couty (1984) ao defender o imigrantismo afirma que o nosso mestiço, ou o nosso “tipo nacional”, não serve para o trabalho agrícola. O autor também critica o posicionamento de Romero e Nabuco em relação ao mestiço:

Não negamos as qualidades desses camponeses, na maioria mestiços, quase todos descendentes de índios e principalmente de negros libertos. São hospitaleiros, capazes de esforços pouco duráveis e seus hábitos não são agressivos. Entretanto, seus defensores, aqueles que, com Silvio Romero, julgam o mestiço superior ao branco, ou seus contendores, aqueles que com Joaquim Nabuco, lamentam o fato de o país ter sido colonizado pelos portugueses e pelos negros, chegam à mesma conclusão: o Brasil não tem povo, ou melhor, o povo que lhe foi dado pelas misturas de raças e pelas alforrias não desempenham um papel ativo e útil. (CUTY, 1984, p. 200).

O autor continua sua explanação negativa sobre a mestiçagem brasileira:

Do ponto de vista humanitário, o Brasil não merece os estigmas que viajantes como Jacquement e Darwin, entre outros, quiseram lhe imprimir. Seus primeiros colonizadores, os portugueses que ontem como hoje vieram sem família, realizaram para os negros e também para os índios o que nenhum outro país realizou, isto é, a igualdade do sangue, o cruzamento das raças, o entrosamento de costumes, a mestiçagem moral, como tão bem denominou Silvio Romero. Esta mestiçagem biológica e social produziu muitos homens notáveis na política, na administração e até nas letras; e, como escrevemos a propósito da escravidão, as províncias onde havia maior número de pessoas de cor mais escura foram durante muito tempo as mais influentes da nação. Mas, como todos reconhecem, essa mestiçagem não construiu um povo de trabalhadores constantes e econômicos. (CUTY, 1984, p. 200-201).

O interessante é que ele afirma que o português, ao se miscigenar com os negros e índios, lhes deram uma grande contribuição o que demonstra a crença na superioridade racial do europeu. Outro fator importante no trecho é justamente a incoerência paradoxal de seu pensamento. O autor admite que os mestiços que obtiveram educação formal, tornaram-se homens notáveis, mas a classe pobre mestiça, não servia para o trabalho na lavoura, devendo ser substituídos pelos europeus.

Couty (1984) também atribui “vícios morais” aos negros. Ele afirma que tanto faz o negro ser escravo ou livre. O autor afirma que os negros também não serviriam para o trabalho nas fazendas a partir de uma série de comparações que ele fez, na categoria de viajante observador:

A libertação não modifica em nada o comportamento moral e social das raças africanas. Algumas, como os negros Minas, os Cafres ou os Zulus do Cabo, são capazes de produzir artesãos, empregados domésticos razoáveis,

açougueiros, carregadores e pequenos comerciantes; mas nenhuma, absolutamente nenhuma, produziu bons trabalhadores agrícolas. (CUTY, 1984, p. 201).

Couty (1984) defende a imigração de forma sistemática em seu livro e chega até mesmo a prescrever o que o governo brasileiro deveria fazer para equacionar os problemas do país. No quesito imigrantismo, ele aponta:

Com a imigração o Brasil será unido e forte, porque estará povoado de cidadãos ativos e todos como os mesmos direitos; será próspero, porque tais cidadãos terão aptidões e funções diferentes. Mas sem a imigração o Brasil se desorganizará, porque as funções produtoras, que continham a base de todas as outras, não são suficientemente exercidas; em poucos anos estará ultrapassado pelas nações vizinhas, menos favorecidas pela natureza, mas mais capazes de crescer, lutando, se necessário contra seus próprios preconceitos. (COUTY, 1984, p.205).

De acordo com Renato Ortiz (2012) a questão da raça foi considerada mais importante do que o meio no quadro interpretativo da realidade brasileira por muitos autores. A raça era vista como “a base fundamental de toda a história, de toda a política, de toda estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações”. A política de imigração do final do século XIX mostrou a relevância de tal questão no Brasil. (ORTIZ, 2012, p.18). No período da Abolição, as questões nacionais deveriam então acrescentar um elemento novo que foi deixado de lado pelos românticos, o negro:

A situação se transforma radicalmente com o advento da Abolição. Como fato político, a Abolição marca o início de uma nova ordem, onde, o negro deixa de ser escravo para ser trabalhador livre. A sociedade o considera como um cidadão de segunda categoria, porém a problemática racial se torna complexa em relação ao passado, pois um novo elemento deve ser levado em conta. O negro aparece assim com fator dinâmico na vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais e produtores de cultura. Para Silvio Romero e Nina Rodrigues ele adquire uma importância maior do que o índio (que se acredita estar fadado ao desaparecimento), ou, como dirão alguns: “o negro é aliado do branco que prosperou”. (ORTIZ, 2012, p. 19).

A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro dessa perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados

os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente se coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente. (ORTIZ, 2012, p. 20-21).

Analisando a publicação de Silvio Romero (1888) dois anos antes do lançamento do *Cortiço*, podemos inferir que o romance *O Cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo está ligado a essa obra, embora de forma indireta, pois personagens negras e mestiças são abordadas no romance de forma inferiorizada e ganham destaque de forma única na literatura brasileira. A hierarquia de raças é colocada de forma sistemática no romance. Logo, o debate intelectual do período foi colocado também no plano ficcional.

Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) analisa e relaciona imigração e teorias raciais. Em seu trabalho, ela estuda os debates entre abolicionistas e imigrantistas sobre o fim da escravidão e qual seria o destino dos negros escravizados e ex-escravizados, livres no pós-emancipação. As séries de propostas relativas à instituição do mercado de trabalho livre em substituição ao escravizado duraram, praticamente, todo o século XIX e foram propostas por homens da elite, políticos, conselheiros e senhores proprietários de quase todo o país⁸. Essas ideias recrudesceram e ganharam força com o fim do tráfico em 1850.

Muitos desses autores possuíam posições ambíguas e não sabiam, de fato, como resolver o problema. À época da independência, José Bonifácio, por exemplo, considerava o africano de baixo nível mental, devido à “vida selvática” da África, resistente “a toda a espécie de civilização”. Porém ele o mesmo se empenhava em prescrever fórmulas para integrá-los ao país “recém-fundado” e transformá-los em trabalhadores livres. José Bonifácio era contrário à justificativa cristã para a escravidão que livraria o selvagem do pecado e dizia: “Se os africanos são também seres humanos, por que não estabelecê-los no Brasil como colonos livres?”. O patriarca da independência chegou a propor sesmarias doadas pelo Estado para todos os libertos sem ofício. (AZEVEDO, 1987, p. 41).

Essas preocupações dos membros da elite também dizem respeito não somente à escravidão, mas também à inexistência de um povo brasileiro. Neste ponto, o imigrantismo ganhou força, e a “inferioridade” do negro deixou de ser apenas senso comum secular, ganhou uma variante brutal com sofisticadas teorias raciais apoiadas cientificamente pelos teóricos racistas europeus e americanos. A partir daí os autores

⁸ Ver Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites - Século XIX*.

imigrantistas que debateram a questão do trabalho livre no Brasil passavam a considerar o negro e o mestiço incapazes de absorver sentimentos civilizados sem que antes as qualidades morais e étnicas dos trabalhadores brancos os influenciassem ou por seu exemplo civilizador, ou pela miscigenação. (AZEVEDO, 1987, p. 62).

Célia Azevedo (1987), ao analisar os diversos projetos e discursos diretamente ligados às relações de produção e de constituição de uma nacionalidade, retoma as duas perspectivas mais difundidas. Uma era a visão dos imigrantistas de cunho racista, a qual atribuía a vagabundagem irremediável do ex-escravo e seus descendentes a suas supostas origens raciais inferiores. Já a visão dos abolicionistas pretendia integrar o negro na sociedade livre, porém com a sujeição desse negro livre aos interesses dos proprietários. (AZEVEDO, 1987, p.104).

Azevedo (1987) diz-nos que o imigrantismo europeu se consolidou em São Paulo durante a década de 1880. O tema do aproveitamento do nacional que perpassou todo o século XIX nos debates parlamentares e, ao mesmo tempo, preencheu tantos livros foi deixado de lado e caiu no esquecimento. O sonho de transformar o Brasil em uma nação branca, constituindo assim a raça brasileira, ocupou quase todas as mentes e corações das elites, principalmente a de São Paulo. (AZEVEDO, 1987, p. 162).

A associação dos imigrantes com o progresso civilizador e moral, justificada pelas teorias raciais científicas da época, foi de extrema relevância, pois culminou com o “não quero” dos escravos e sua radicalização no que diz respeito à resistência ao cativeiro. Fugas, rebeliões escravas, assassinatos e manifestações violentas nas cidades e vilas assustaram os proprietários e deixaram ecos em todas as camadas dirigentes da sociedade inclusive no poder público. (AZEVEDO, 1987, 174).

Todas as questões acima foram apropriadas por Alúcio Azevedo e transformadas em enredo ficcional. Percebemos que o imaginário das elites encontrou na literatura, por meio desse romance, um importante aliado.

Schwarcz (1993) faz considerações acerca dos debates sobre o branqueamento da nação ocorridos no final do século XIX e início do século XX. Seu estudo se dá a partir dos debates e discursos ocorridos nas instituições imperiais pelos “homens de ciencia”. As instituições estudadas pela autora foram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a faculdade de direito do Largo São Francisco em São Paulo

e a faculdade de direito do Recife, além das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e os museus que estavam sendo inaugurados naquele período.

Lilia Schwarcz (1993) também aponta para fenômeno da mestiçagem racial brasileira como uma grande questão a ser resolvida, pois a mestiçagem era tida como degeneração da espécie humana e autores como Gustave Le Bon lastimavam a extrema fertilidade das populações mestiças, que traziam consigo sempre as características mais negativas das raças em cruzamento, logo a hibridização era um fenômeno a ser evitado. (SCHWARCZ, 1993, p.56-57).

Schwarcz (1993) mostra que tal debate adentrou bem o século XX, apontando que no contexto em que discursos raciais estão ligados a projetos de caráter nacionalista, era natural imaginar uma nação em termos biológicos, ou estimar uma futura homogeneidade, como previa João Batista Lacerda: “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (LACERDA, 1911 *apud* SCHWARCZ, 1993, p.11).

Por outro lado, no entanto, a constatação de que essa era uma nação mestiça gerava um grande problema para os “cientistas” brasileiros. Se falar na raça parecia oportuno — já que a questão referendava-se empiricamente e permitia certa naturalização de diferenças, sobretudo sociais —, o mesmo tema gerava paradoxos: implicava admitir a inexistência de futuro para uma nação de raças mistas como a nossa. Isto é, o conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização, como concluía que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade. (SCHWARCZ, 1993, p. 239 e 240).

Aqui temos o impasse dos intelectuais da época, ao adotarem essas ideias, porque elas representavam uma condenação do país. O Brasil, para muitos autores brasileiros que desejavam encontrar uma saída para o país sem questionar as teses raciais, era um país miscigenado, porém, em transição, pois passava por um processo acelerado de cruzamento, e, mediante uma seleção natural, ou milagrosa, um dia, seria branco. A população negra e mestiça tendia a crescer, e a miscigenação transformava-se em tema polêmico entre as elites locais, sendo saudada pelos cientistas estrangeiros como fenômeno desconhecido e recente. Percebe-se que a miscigenação e o branqueamento eram saídas imaginárias para eles.

Tanto os debates citados por Schwarcz (1993) assim como as conferências da Glória estudadas em Carula (2007), provavelmente, influenciaram o pensamento de Aluísio Azevedo. O romance *O Cortiço* endossa as teses raciais e a imigração

como forma de branqueamento da população brasileira. Essas ideologias refletiram na produção do romance e ajudam a explicar as ideologias daquele período.

A “obra prima” de Aluísio Azevedo é justamente a concatenação dessas ideias cientificistas e a alegoria de país que se pretendia ver sem pretos, com mulatos embranquecidos, com o total apagamento das práticas culturais de origem africanas e indígenas. O autor, ainda que de forma involuntária, termina contraditoriamente registrando e preservando para o futuro justamente as práticas que ele julgava indignas de serem preservadas.

2.2 O projeto literário de Aluísio Azevedo: uma análise social do Império brasileiro.

O romance *O Cortiço* (1890) era parte de um grande projeto de Aluísio Azevedo inspirado no projeto naturalista de Émile Zola em *Les Rougon-macquart*. Um esboço desse projeto foi publicado na revista *A Semana* em outubro de 1885.

Seguindo as informações de Menezes (1958) e Mérian (2013), seus biógrafos, no projeto literário de Azevedo intitulado *Brasileiros antigos e modernos*, o autor imaginou um retrato da sociedade brasileira em cinco romances, abarcando-a do Império desde o seu início até sua ruína, que ele sentia próxima. Os cinco volumes seriam, nesta ordem, *O Cortiço*, *A Família brasileira*, *O Felizardo*, *A Loureira* e *A Bola Preta*. A ação se iniciaria em 1820 e acabaria em 1887. De todos os volumes planejados, apenas *O Cortiço* foi finalizado e publicado em 1890. Os outros volumes não chegaram a ser escritos. O romancista explica que esses romances utilizariam como pano de fundo “fatos da nossa vida pública que jamais serão apresentados pela História”:

A ação principia no tempo da independência e acabará pelos meados de 1886 ou 1887.... Tenciona pintar cinco épocas distintas, durante as quais o Brasil se vai transformando até chegar, ou a um completo desmoronamento político e social, ou a uma completa regeneração de costumes imposta pela revolução. O primeiro romance *O Cortiço*, faz-nos ver um colono analfabeto, que de Portugal vem com a mulher trabalhar no Brasil, trazendo consigo uma filhinha de dois anos. Essa criança vem a ser a menina do cortiço. (...) O colono deixa a mulher por uma mulatinha, e deste novo enlace surgem o Felizardo e a Loureira. Participa deste grupo o tipo de capadócio, o pai avô do capoeira, que mais tarde é chefe de malta e força ativa nas eleições. Ligado a este chefe de malta está um tipo que contrasta com ele: é o antigo Conselheiro de Estado, político formado durante a menoridade do sr. D. Pedro II e graduado pelos seus serviços à causa da revolução mineira. Do Conselheiro nasce a família brasileira, composta por quatro figuras, a saber: O chefe, Conselheiro (...), conservador e lírico, a esposa deste, senhora de quarenta, muito apaixonada pela História dos Girondinos de Lamartine, sonhando reformas e lamentando não ser homem para desenvolver o que ela julga possuir de ambição política em seu espírito; a filha,(...) prática e

interesseira, vendo as coisas sempre pelo prisma das comodidades e das conveniências sociais; e o filho, rapaz, (...) presumido filósofo e muito convencido de que está senhor de toda a ciência de Augusto Comte. É sobre essa família que tem de agir o Felizardo e a Loureira: é nesta família que a Loureira vai buscar o amante, o filósofo de dezesseis anos, a quem não valerá toda a teoria científica de Comte e Spencer e que dará um dos bilontras da Bola Preta, enquanto que o Felizardo, conseguindo casar a com a filha do Conselheiro e conseguindo, uma vez rico, fazer carreira política vai influenciar nos destinos do Brasil e comprometer a posição do monarca como se verá no último livro. (MENEZES, 1958, p. 213).

A autora Flora Süssekind (1983) comenta o projeto literário do romancista afirmando que ele era na verdade um ciclo romanesco. Ela afirma que esse ciclo planejado de Aluísio Azevedo era como o ciclo dos Rougon-Macquart de Émile Zola, um ciclo familiar. As relações entre as personagens previstas para os cinco romances são laços de família ou de caráter sexual principalmente. Fala-se em “enlace”, “casamentos”, “família brasileira”. E as situações previstas, desde a carreira política de Felizardo à decadência imperial, se apresentam como decorrentes de fatos significativos na vida familiar das personagens. Não se fala no artigo de Aluísio Azevedo em classes, em relações econômicas, mas em *raça* e *filiação*. Daí toda hora surgirem palavras como “filho”, “filha”, “filhinha”, “mulher”, “esposa”; ou, “preta”, “mulatinha”. O ciclo não realizado teria por base, portanto os laços da hereditariedade e do atavismo.

A pesquisadora Ângela Maria Rubel Fanini (2003) também faz considerações importantes, no que diz respeito a esse projeto de Aluísio Azevedo. Ela afirma que tal projeto é importante para entendermos obras como *O Cortiço*, *O homem*, *O coruja*, e *o Casa de pensão*. De acordo com a autora, essa publicação é um verdadeiro documento das mudanças sociais e urbanas que ocorreram no período final do século XIX e ele também esclarece a ligação entre literatura e realidade social proposta pelo autor. Aluísio Azevedo, influenciado pelo naturalismo, filtrava a forma importada de Zola acomodando-a aos propósitos de sua literatura “empenhada”. O documento também revela os propósitos estéticos e políticos de Aluísio Azevedo, pois ao estabelecer um plano para a obra, ele também estabelece vínculo com a sociedade imperial, com a formação e deformação da família brasileira e da política nacional. A autora ainda afirma que Aluísio Azevedo tinha intenção de instruir os seus leitores. (Fanini, 2003, p.66.).

De acordo com Raimundo de Menezes (1958) os primeiros apontamentos para *O Cortiço* foram colhidos em excursões para “estudar costumes”, na companhia

de Pardal Mallet, em 1884. Segundo relatos do amigo, ambos saíam “disfarçados” com vestimentas populares, tamancos sem meias, velhas calças de zuarte remendadas, camisas de meia rôtas nos cotovelos, chapéus forrados e cachimbo no canto da boca. (MENEZES, 1958, p. 175).

Na revista *Vida Fluminense* de 28 de maio de 1890. Temos uma nota do diretor do periódico Henrique Fleiüss que atesta o fato acima. Diz a nota:

Aluísio Azevedo ofereceu-me um exemplar do *Cortiço*. Entre muitas coisas bonitas que se tem escrito em relação ao livro do romancista brasileiro, a melhor, a que maior sabor me afigurou ter, foi aquela declaração de Mallet de que o autor do *Cortiço* andou em sua companhia, de tamancos, cotovelos rotos, camisa de meia e paletó sebento, a coligir *documentos humanos*. E digam os românticos que tudo aquilo é fantasia. (FLEIÜSS.H. Por um oculo. **Vida Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 6, 28 maio 1890).

Oliveira e Silva, também faz alusão ao fato de Aluísio ter ido morar nos cortiços disfarçado para melhor observar o objeto de seu enredo.

Não fraqueou um só instante; nota-se do começo ao fim da obra, em todas as páginas, o desejo ardente de dizer exatamente o que viu, o que examinou, pessoalmente, transfigurado em simples operário, nos momentos mais próprios para apanhar em flagrante as aglomerações humanas que pretendia analisar. (OLIVEIRA e SILVA. *O Cortiço*, **Diário do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jun. 1890).

De acordo com o biógrafo Menezes (1958), Aluísio Azevedo chegou mesmo a ser perseguido por um “capoeira”⁹, que acreditava ser o escritor um “secreta” (isto é, um policial) disfarçado quando o reconheceu na rua do Ouvidor trajando roupas finas. Aluísio frequentava estalagens, ia às pedreiras, familiarizava-se com cavouqueiros comia em casas de pasto e conversava com os trabalhadores, estudava-lhes os tipos, os costumes, ria e até se comovia com eles. (MENEZES, 1958, p. 173 a 175).

Ainda sobre o romance, Jean-Yves Mérian (2013) aponta que “a ação do mesmo se desenvolve entre 1872 e 1880, aproximadamente quinze anos antes da realização do romance”. (MÉRIAN, 2013, p. 509). O autor ainda afirma que *O Cortiço* era a abordagem do romancista, de cunho profundamente político. Os comerciantes portugueses do período, ao lerem o romance, consideraram-no uma agressão e não uma interpretação estética da vida social carioca. Para Mérian (2013), Aluísio Azevedo

⁹ Malandro típico do século XIX, lutador de rua que usava a capoeira ('arte marcial') para provocar desordem e para combater bandos rivais. Não raro, usavam navalhas ou facas. Eram considerados marginais pelo poder público.

deixava transparecer suas ideias sobre a sociedade e sua época por meio da relevância que conferiam a certos episódios. *O Cortiço* era uma denúncia do sistema de exploração sob o qual os comerciantes portugueses mantinham o Brasil. Um ano após a deposição do Imperador e a instauração da República, este romance, mesmo falando da sociedade dos anos anteriores, lembrava que o Brasil vivia ainda sob um regime neocolonialista que só explorava o povo e enriquecia “aventureiros portugueses sem escrúpulos”. *O Cortiço* foi publicado na data em que a abolição da escravatura no Brasil completava dois anos, e muitos leitores ficaram chocados com o desfecho do romance e com a suposta existência de abolicionistas de última hora até então escravocratas. Aluísio Azevedo descrevia a sociedade do Rio de Janeiro tentando revelar seus mecanismos na intenção de compreendê-la. (MÉRIAN, 2013, p. 528-529).

2.3 O cortiço: dimensões nacional e urbana.

2.3.1 O romance, sua recepção e a estética Naturalista

O romance *O Cortiço* foi muito bem recebido pelos jornais da época. Foi noticiado e comentado anos antes de sua publicação e, no ano de seu lançamento, a propaganda se deu de forma intensa nos periódicos, mês a mês, até a sua publicação em maio de 1890. Tal fato mostra o prestígio do escritor na sociedade carioca e entre seus pares jornalistas.

Os jornais e periódicos da época como *A Gazeta da tarde*, *Diário de notícias*, *Gazeta de notícias*, *Novidades*, *O Pharol*, *Revista Ilustrada*, entre outros publicaram trechos do romance sempre com comentários entusiasmados. No Diário do comércio de 30 de novembro de 1889, sai uma pequena nota que diz que vai adiantada a impressão do romance *O Cortiço* e que o mesmo seria posto à venda em meados de dezembro. Isso mostra que o romance estava pronto bem antes de sua publicação e a data de sua publicação, 13 de maio de 1890, de acordo com Mérien (2013), talvez não tivesse sido escolhida por acaso. Na *Gazeta de notícias* de 20 de abril de 1890, por exemplo, saiu uma curta matéria que dizia:

Apimentados devem estar os leitores do trecho do primoroso *Cortiço*, publicado por vários jornais desta capital, porquanto abischoitaram verdadeiras joias oferecidas por um demônio de nababo de talento – Aluizio Azevedo. Só o trecho que cá o patrão para o seu popularíssimo jornal apanhou vale um milhão. (Crônica ligeira, **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 20 abr. 1890).

E após a publicação do romance, o jornal faz outra propaganda do romance na seção “Crônica ligeira”:

E passamos a ponto final da crônica com outro sucesso, sucesso de livraria. Referimo-nos à edição do *Cortiço*, do famoso romance de Aluizio Azevedo, que já está, vai não vai, a esgotar-se. Como o Cosme Peixoto, e como a criação das creches, o cortiço ali segue... na ponta. (Crônica ligeira, **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 18 de maio de 1890).

O jornal *Novidades* foi um dos que mais publicou trechos do romance durante todo o mês de abril de 1890. Além disso, o jornal também noticiou que o romance foi alvo de disputas judiciais entre Aluísio Azevedo e o livreiro Garnier, editor da obra. Álvaro de Azevedo sobrinho foi quem assinou a notícia, no dia 5 de abril de 1890, dizendo que o livreiro B. L. Garnier ia processar Aluísio Azevedo. O Motivo da disputa judicial não é mencionado.

O livro figurou também como parte de uma enquete no periódico *A Semana*, com o título de plebiscito literário, de 1893. Na enquete perguntaram quais eram os seis melhores romances escritos em língua portuguesa e *O Cortiço* obteve votos para o terceiro lugar entre os leitores, mas não entrou no *ranking* da apuração final. No periódico *O Álbum*, de 1893, foi analisado tal plebiscito literário e se concluiu que Aluísio Azevedo sofreu a “injustiça mais flagrante, mais clamorosa e mais tola por não figurar entre os vencedores”.

Outro fato interessante foi publicado no jornal *Novidades* de 15 de junho de 1891. Na seção “Divertimentos charadistas” o romance *O Cortiço* foi dado como prêmio ao vencedor do concurso de charadas:

Felizmente depois de grandes dificuldades podemos obter bons prêmios para os vencedores dos torneios que formos efetuando. Até hoje tem sido mal coroadas as vitórias dos exímios charadistas que nos honram e cremos que, dando ao vencedor deste 12 torneio, *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, temos correspondido regularmente aos esforços de quem, nos auxiliando generosamente, for o primus. Assim será o prêmio para o charadista que trazer mais soluções do nosso torneio 12. O belo romance de Aluísio Azevedo o *Cortiço*. (Divertimentos Charadistas, **Novidades**, Rio de Janeiro, p. 2, jun. 1891).

No jornal *Diário de notícias*, de 17 de março de 1890, sai uma nota na seção “novidades literárias”, dizendo que está mais próximo do que se pensa o aparecimento

d' *O Cortiço*, a grande obra de Aluísio Azevedo. Em seguida, o jornal publica um artigo sobre o romance *O Cortiço* assinado por L. C. juntamente com alguns trechos do livro:

Com esses trechos, porém, e em relação a eles poderemos exercitar a nossa curiosidade dos que anseiam por mais este livro do moço Aluísio Azevedo. É um trabalho difícil, como se pode, desde já, deduzir pelo título, pois por ele conclui-se do número extraordinário de tipos e quadros impostos à observação ao estudo minucioso do romancista; quadros e tipos que, pela sua multiplicidade variadíssima de caracteres e efeitos, exigem o maior cuidado no modo de aplicá-los com justiça e verdade nas páginas de um livro, insuficiente, nesse caso, para conter todo esse mundo de vícios e de virtudes, de ambições e de ridículos, com todas as suas comédias e lances trágicos, que o artista viu e, quer-nos parecer, a julgar pelos trechos que ouvimos, soube fotografar. (L.C. *O Cortiço*, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 mar. 1890).

O autor do artigo faz considerações sobre os tipos do romance, alguns trechos publicados, e sua forma simples sendo criticada. Depois ele diz:

Um livro, enfim, *O Cortiço*, julgando-o pelos trechos que ouvimos ler e, quanto a eles, pondo de parte a questão de forma, que podia, em nosso entender ser menos simples, que será na nossa opinião o Primeiro — e confiamos certo que não seja o único — do distinto romancista brasileiro, o mais trabalhador e incansável, Aluísio Azevedo. As letras pátrias antecipamos os nossos parabéns. (L.C. *O Cortiço*, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 mar. 1890).

O que chama a atenção é a ênfase da crítica dada à observação exata da vida sem nenhuma conotação à característica ficcional do romance. Infelizmente não conseguimos descobrir quem assinava por L.C., este poderia ser Lima Campos ou Leôncio Correa.

Em seguida, em abril daquele ano, o mesmo jornal publicou mais trechos do romance na seção folhetim com os seguintes comentários:

Publicamos hoje em folhetim um trecho de um dos capítulos principais do novo romance de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, que deve aparecer à venda por toda a próxima semana. O cortiço é uma obra notável, em que se acentuam todas as qualidades do vigoroso romancista; é notável pela observação exata dos homens e das coisas, pelo talento descritivo que fulge em todas as suas páginas, e por uma precisão de linguagem, que sabe seduzir perfeitamente as ideais e os sentimentos. Ao romance do brilhante escritor está certo reservado um duplo sucesso: literário e pecuniário. Felicitamo-nos por ter ensejo de proporcionar ao público, com tal antecipação, a leitura do magnífico trecho que damos em folhetim. (Folhetim, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 abr. 1890).

O *Diário de notícias* continua noticiando o romance quase que diariamente, sai na seção notas:

Outro livro que está a sair__ *O Cortiço*__ de Aluizio Azevedo. Alguns trechos publicados em diferentes jornais fluminenses, posso afirmar que o último romance do autor do *Mulato* não desmentirá em nada os seus créditos de estilista e de observador. No *Cortiço* há páginas verdadeiramente primorosas, feitas com arte e com extremo cuidado. A descritiva é opulenta, o estudo dos tipos perfeito. Preparem-se os amadores de boas letras, porque vão ter ocasião de gozar algumas páginas bem-feitas. (Notas, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 abr. 1890).

Na *Gazeta de Notícias* sai uma matéria extensa sobre o romance *O Cortiço*, com alguns detalhes da trama já depois de seu lançamento:

Mas o livro é também o estudo do cortiço, provavelmente exato, porque o autor deu-se ao trabalho de ver e ouvir, e sabemos que ele tem bons olhos e bons ouvidos. Transbordam de vida estas páginas: as lavadeiras com suas tinas, os mascates com suas caixas, as promiscuidades inevitáveis, a germinação constante de novas existências, as palavradas, os mexericos, os pequenos escândalos banais, os sambas, os batuques, a formação de maltas de capoeira, enfim, todo um lado da sociedade fluminense que até agora tinha sido descurado. O elemento trágico neste pandemônio é a luta por causa da mulher: a mulata por um impulso physio-psychico, cobiçando o português representante da raça superior; o português fascinado irresistivelmente por ela, desfibrado, diluído por este meio, por esta natureza despótica e perversora; o mulato procurando sustentar a sua posse e o que considera seus direitos adquiridos. Três tipos traçados magistralmente: a mulata Rita Baiana, o cavouqueiro Jeronimo, e o capoeira Firmo. A Rita Baiana toda feita de cantharidas e pimenta, influi sobre todo o livro. Sem o querer, sem o sentir talvez, Aluísio embebeu as páginas do *Cortiço* de uma sensualidade pungente. Não falem em Zola! As exigências do assunto levam-no por vezes longe demais. (*O Cortiço* do Aluizio, *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 de maio de 1890).

O autor da matéria faz a crítica pensando o romance como um estudo exato da sociedade, baseado na observação, tal qual a crítica anterior. Ele faz alusão à hierarquia das raças quando diz que Jerônimo era representante da raça superior e também alude ao determinismo. Tal fato mostra o pensamento dos letrados em total sintonia com a mensagem do romance. A hierarquia das raças aparece de forma espontânea e como natural no momento em que ainda se debatiam tais ideias. Ela aparece também com a autoridade de “fato observado”, não como ideologia. Ao concluir a matéria o autor tece vários elogios ao romance e ao escritor:

Aluísio fez um livro de grande pujança. Nem todo mundo o apreciará; há pessoas que logo nas primeiras linhas da segunda página, sentirão, como o choque de uma pedra contra as rodas do bonde. Estes é melhor que ali mesmo fechem *O Cortiço*. Mas quem aprecia um estilo seguro, uma ação que, nos meandros em que envereda, vai sempre aumentando, quem estiver convencido que a arte nada tem com a moralidade, leia este livro. Há de

concluir que *O Cortiço* é um livro vigoroso, e Aluísio Azevedo um romancista de pulso. (*O Cortiço do Aluizio*, **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 19 de maio de 1890).

Oliveira e Silva comenta o romance como uma fotografia fiel e exata de um lado muito importante de uma população numerosa como a do Rio de Janeiro. Tal comentário saiu no *Jornal Diário do Comércio*, de 28 de maio de 1890. Em seguida ele considera o livro profundamente verdadeiro, porém faz crítica moralista ao romancista dizendo que “o autor poderia ser menos prolixo em certas cenas que fazem corar a grande família dos que possuem a inestimável filosofia prática de aparentar”. (Oliveira e Silva. *O Cortiço*. **Diário do Comércio**, Rio de Janeiro, p, 1, 28 maio 1890). Depois de alguns dias, Oliveira e Silva volta a comentar o romance no mesmo jornal:

A existência sórdida dos cortiços, enxames de gentes vindas do mundo inteiro, depósitos das fezes sociais atiradas pela ganância e pela ambição a esta terra de tanto futuro, nova e por consequência aberta ao influxo de estrangeiro que para aqui vem, foi detalhadamente, cuidadosamente estudada por Aluísio. Não recuou diante de coisa alguma, não amedrontou a possibilidade de execração dos pudibundos caricatos; foi avante, de cabeça erguida, obedecendo apenas ao seu temperamento de artista, cômico do trabalho que empreendeu e das dificuldades em que iria lutar. Não fraqueou um só instante; nota-se do começo ao fim da obra, em todas as páginas, o desejo ardente de dizer exatamente o que viu, o que examinou, pessoalmente, transfigurado em simples operário, nos momentos mais próprios para apanhar em flagrante as aglomerações humanas que pretendia analisar. (OLIVEIRA e SILVA. *O Cortiço*, **Diário do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jun. 1890).

No trecho acima, temos novamente a alusão ao estudo baseado na observação. O fato de Aluísio ter ido morar nos cortiços disfarçado para melhor observar os grupos sociais que representaria confere ao romance uma autoridade e uma confiabilidade maior. Estudo e análise social são os valores reconhecidos no romance. Ressaltamos que Oliveira e Silva foi o único a fazer observações sobre a exploração sofrida pela personagem escrava Bertoleza. Ele a compara com as múltiplas Bertolezas reais existentes naquela época e sai em defesa delas dizendo que:

As eternas Bertolezas sempre exploradas, sempre pacientes, sempre bestas de carga. São sempre um começo as amasias, assim como a do português e, logo que para coisa alguma servem, eliminam-se muito naturalmente, sem outro processo além do empregado, quando se atira a uma carroça de lixo um par de botas velhas. Para os espíritos observadores, porém, as Bertolezas são em certos casos princípios de comendadores, capitalistas, homens de praça, que jogam na bolsa, que usam botãozinho significativo na lapela, indicio de fidalguia barata que só não vem do tempo das cruzadas, porque originou-se simplesmente de um pouco de azeite empregado na

fritura do peixe. (OLIVEIRA e SILVA. O Cortiço, **Diário do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jun. 1890).

Percebe-se que a visão de Oliveira e Silva em relação às escravas (múltiplas Bertolezas) é a mesma que Aluísio Azevedo mostra no romance, as escravas são vistas como resignadas e submissas. Trataremos dessa questão mais adiante no próximo capítulo. Oliveira e Silva prossegue no seu artigo e faz previsões sobre o romance dizendo que ele se tornará um documento histórico:

Saiu-se airosamente Aluísio da sua tentativa: deu-nos uma amostra indiscutível do seu talento e um documento histórico, inestimável para daqui há anos, quando o cortiço for apenas uma repugnante e triste fase da formação do nosso país. (OLIVEIRA e SILVA. O Cortiço, **Diário do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jun. 1890).

O cearense Antônio Sales, em um artigo publicado na *Revista Brasileira* de 1897, intitulado “Nossos acadêmicos”, menciona Aluísio Azevedo e faz um pequeno resumo da carreira do romancista. Sales comenta algumas de suas obras e aponta que o romance *O Homem*, segundo o próprio autor, foi o primeiro produto do Naturalismo no Brasil. Sales afirma que Aluísio Azevedo rompe com os preconceitos pudicos ostentando as cruezas dos processos de Zola. No que diz respeito ao *Cortiço*, o autor afirma ser este um “bom estudo de costumes, denotando um grande esforço artístico, mas um pouco desconexo nos agrupamentos de tipos, aliás corretamente traçados”. (SALES, A. **Revista Brasileira**, Tomo IX, Rio de Janeiro, p. 343, janeiro a março de 1897).

Os comentários referentes à obra *O Cortiço*, sempre se pautam pela descrição que é considerada por eles como um estudo metuculoso dos “tipos sociais” da época. Percebe-se que todos os comentários sobre o romance atentam para este fato, o descritivo, o estudo dos “tipos” e suas caracterizações fieis. Tais críticas evidenciam questões sobre o outro, aquele que, apesar de brasileiro, vive de modo diferente, possui costumes diferentes e revelam outro Brasil, ou outra cidade dentro da cidade. A partir dos comentários dos jornalistas sobre o romance e o romancista, pode-se dizer que eles, nem de longe, conheceram um cortiço. Nenhum deles atesta que verificou de perto os personagens reais que inspiraram Aluísio Azevedo em sua trama. Uma nota curta que saiu no jornal *A gazeta de notícias* corrobora com essa afirmação. Diz a nota: “A propósito do *Cortiço* de Aluizio Azevedo, que fim levou o Cabeça-de Porco? ”. (**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 25 maio 1890). Essa

distância entre os letrados e as classes populares aparece nitidamente em cada crítica feita ao romance. Tal fato também reforça a ideia de dois mundos presentes naquela sociedade

A proposta de observação direta da estética naturalista era aceita sem questionamentos e todos, sem exceção, acreditavam ser o romance uma verdadeira fotografia do que se passava nos cortiços cariocas. Também nenhum deles questionou as explicações dada pelo narrador, com base nas teorias raciais. Ao contrário corroboraram com elas, como visto anteriormente. Outro fato relevante é que nenhum crítico, jornalista, ou leitor da época tratou o romance como algo ficcional, a maioria deles dão maior ênfase ao vigor artístico do autor.

Com relação à estética naturalista especificamente, a opinião não era unânime, e alguns críticos se preocuparam em analisá-la sempre relacionando-a com algumas obras de Aluísio Azevedo. Araripe Junior, por exemplo, faz longo estudo da escola naturalista no Brasil intitulado *A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo*. Tal estudo foi publicado no jornal *Novidades* em 1888. Araripe Junior relaciona o determinismo geográfico com a escrita brasileira e afirma que os escritores nacionais estavam ligados intimamente ao clima e à natureza brasileira, fator fundamental para o estilo e as digressões filológicas dos textos produzidos aqui por José de Alencar, Aluísio Azevedo e José do Patrocínio. “Infelizmente para nós o nexos entre os prosadores desta terra ainda não se pode estabelecer senão pelas influências gerais dos temperamentos e do ambiente”. (ARARIPE JUNIOR. *A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo*, **Novidades**, Rio de Janeiro, p.2, 20 mar. 1888).

O crítico afirma que os escritores portugueses eram corretos em sua escrita e aponta que as incorreções de José de Alencar, de Macedo, de José do Patrocínio, e de Aluísio Azevedo seriam fatos repetidos que denunciavam a existência de uma lei, uma lei ligada estreitamente à contextura do espírito da terra, do espírito nacional. (ARARIPE JUNIOR. *A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo*, **Novidades**, Rio de Janeiro, p.2, 20 mar. 1888).

A última parte de tal estudo foi publicada no dia 22 de março de 1888, sob o título de *Estilo tropical. A formula do naturalismo brasileiro*. Araripe Junior aborda questões sobre o clima dos trópicos e seus efeitos no pensamento dos intelectuais e escritores. O autor considera Aluísio Azevedo o escritor que melhor se adaptou a esse

clima e faz referências ao romance *O Mulato* e a capítulos do livro *O Cortiço*, dois anos antes de sua publicação.

E esse estilo desprezado pelos rigoristas, que justamente me apraz encontrar na mocidade que agora surge no Brasil; e se há um escritor capaz de incorporá-lo a uma literatura nascente como é a nossa, imprimindo-lhe direção salutar, isocronica e frutificante, esse escritor é o autor do *Mulato*, em cujas páginas já encontram-se audácias dignas dos melhores, e que nos capítulos inéditos do *Cortiço* vai derramando todo o luxuriante tropicalismo desta América do Sul. (ARARIPE JUNIOR. A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo, **Novidades**, Rio de Janeiro, p.2, 22 mar. 1888).

Araripe Junior afirma que o Naturalismo emigrando para o Brasil, não podia deixar de passar por uma modificação profunda e elogia Aluísio Azevedo como um dos precursores da estética no Brasil:

Aluísio Azevedo, constituindo-se o corifeu do naturalismo em uma terra, não cometeu o erro de copia-lo servilmente; ele compenetrou-se primeiro do espírito da revolução operada pelo mestre; mas, organicamente diferente de Zola, impelido pela força da sua índole talvez mais do que ele pensa, enveredou pela trilha única que o há de levar ao acampamento triunfante. (ARARIPE JUNIOR. A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo, **Novidades**, Rio de Janeiro, p.2, 22 mar. 1888).

Para Araripe júnior, o naturalismo no Brasil deveria se subordinar ao estado de coisas brasileiras (clima tropical) para não se tornar apenas uma planta exótica de mera curiosidade. Ele afirma que, ao entrar nos trópicos, “a nova escola literária deve participar de todas as alucinações que existem no fermento do sangue doméstico de todo o sensualismo que queima os nervos do crioulo”. (ARARIPE JUNIOR. A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo, **Novidades**, Rio de Janeiro, p.2, 22 mar. 1888). E continua dizendo que “O naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade”. (ARARIPE JUNIOR. A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo, **Novidades**, Rio de Janeiro, p.2, 20 mar. 1888).

Araripe Junior conclui seu estudo relacionando mestiçagem brasileira com a literatura afirmando que a mestiçagem era positiva para o Brasil. Apesar de considerá-la fato limitador no problema nacional, o autor afirma que era justamente essa limitação que fazia com que aparecesse a força da nossa riqueza literária.

(ARARIPE JUNIOR. A terra de Emile Zola e O homem de Aluísio Azevedo, **Novidades**, Rio de Janeiro, p.2, 20 mar. 1888).

O amigo de Aluísio Azevedo, Pardal Mallet fez o mais extenso comentário publicado em jornal sobre o romance *O Cortiço*. Mallet crítica de forma negativa o Naturalismo de Zola imitado por Aluísio Azevedo e também faz duras críticas às caracterizações de algumas personagens do romance:

Os vícios fundamentais desse pseudonaturalismo que, à imitação de Zola, o Aluísio teve o não senso de adotar como escola, ainda transparecem em um ou outro ponto na contextura do cortiço. Verdadeiro e forte, vívido, naquilo que foi diretamente estudado sobre a natureza, ele claudica e fraqueia nos pontos onde existe a simples indução. Não se, faz por exemplo, como era para desejar, o estudo completo de João Romão. Assiste-se com prazer e entusiasmo a descrição da primeira parte da vida do vendeiro. Mas aparece bruscamente uma rápida mutação de vistas, que o leitor não compreende bem, que não é explicada, depois da qual o amigo de Bertoleza torna-se homem da praça, vestindo roupas claras, e possuindo uma verdadeira casa bancaria, lá para os bairros de Botafogo. O desejo e o sistema de fazer tipos sínteses levou o romancista a esta aberração. Queria pintar o colono português chegado aqui criança e sem vintém e galgando posições, e acabando comendador e visconde. Mas essas transformações fazem-se com o auxílio de um potentado da colônia e como um casamento de bom. A João Romão falta primeiramente este auxílio, nunca indicado no romance; e o casamento que ele efetua com a filha do Miranda, não lhe vai propriamente aumentar a fortuna, que ele já tem solida e bem encaminhada, é mais um ato de vingança. E seja como for lá em Botafogo não existem casas bancarias, nem o vendeiro do Cortiço, no círculo de vida em que foi colocado, poderia ganhar mais de uns cem contos de réis. (MALHET. *O Cortiço*. **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 de maio de 1890).

Ao nosso ver, Pardal Mallet fala em pseudonaturalismo no sentido de cópia do naturalismo, mas continua apontando como valor a observação direta “da natureza”. O interessante é a crítica feita à personagem João Romão discordando da maneira de seu enriquecimento sem a ajuda (o favor) de algum patrício. Para ele, a ascensão de João Romão no romance era impensável para a época.

No trecho abaixo, o crítico aponta “uma certa” simpatia e admiração de Aluísio Azevedo pelos mulatos e mulatas que procurou retratar:

Pelo menos essa ideia e esse intuito serviram para fazer as páginas mais vibrantes do novo livro de Aluísio Azevedo, serviram para fazer a apoteose da mulata brasileira cheirosa e irritante que nem as comidas baianas que prepara, independente e altiva, nervosa e sensual, absorvendo tudo, gastando a energia dos homens que se matam para disputá-la, tendo alguma coisa de nossas matas que se fechavam sobre os bandeirantes. A justiça manda confessar que Aluísio dedicou todo um amor especial, uma verdadeira ternura aos tipos nacionais, que apresenta no máximo de intensidade, no apogeu de seus bons predicados. Ao lado de Rita Baiana também se agrupam Firmo e Porfiro, também descritos com essa maestria carinhosa que o distingue em tudo quanto é brasileiro. E muitos outros aparecem ainda...

(MALHET. O Cortiço. **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 de maio de 1890).

Mallet ainda caracteriza o romance como uma obra de combate:

Estudo de vida das baixas camadas de nossa sociedade, estudo da vida operária e trabalhadora, ele mostra até que ponto a miséria dos que fazem a fortuna dos outros, indica a mais não poder a tristeza a injustiça dessa condição de galé imposta ao proletariado e, se não comporta as prédicas reivindicadoras de *Etienne*, se ainda não serve como *Germinal* para ensinar a fazer greves, deixa pelo menos entrever que para ali se encaminha o espírito do nosso romancista que está assustando a Karl Marx e que decididamente vai escrever *O Capital*. (MALHET. O Cortiço, **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 de maio de 1890).

Mallet recomenda a leitura do livro, e diz que o mesmo não era um estudo frio e impassível como a ciência, mas sim propaganda do nativismo e também propaganda socialista. Era também um romance de passagem no qual os problemas sociais se misturam com os problemas políticos e, segundo ele, o romance faz denúncia social. Um estudo da exploração das classes mais baixas da sociedade. A miséria é que acarretava a imoralidade do pobre. (MALHET. O Cortiço, **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 de maio de 1890).

A posição um tanto eufórica do amigo de Aluísio Azevedo mostra também a ambiguidade e a cooperação da crítica da época entre os autores, já que o próprio Pardal Mallet, antes do elogio citado, denunciara o colega como plagiador do livro *L'assommoir*, e antes ainda, percorreu com o autor os cortiços cariocas na coleta de material para a composição do romance, como afirmou Menezes (1958).

Guimarães Passos dedica um artigo elogiando Aluísio Azevedo no jornal *O Paiz* de 15 de janeiro de 1891. O elogio se refere à obra *Demônios*, que é considerada por ele a verdadeira obra prima do escritor: “Aluizio, ao meu ver, constrói a sua primeira obra prima, arrancando o possível do seu mundo impossível”. (PASSOS, G. Novidades, **O PAIZ**, Rio de Janeiro, p. 1, 15 jan.1891).

Demônios é um livro de contos fantásticos e ao elogiar o feito de Aluísio Azevedo o autor faz duras críticas à escola naturalista e a Émile Zola:

Em que pese ao vitorioso criador da família Rougon: eu prefiro o relâmpago ao homem que vai riscando fósforos pelo caminho. Aquele de um só rasgo será capaz de iluminar-me toda a tenebrosa estrada que tenho a percorrer. Este gastará toda caixinha dos seus inflamáveis mostrando-me coisas sem importância, sem me dar absolutamente uma ideia grandiosa do que é digno de se ver. Zola é o acendedor de fósforos... O naturalismo não é fotografia, não é cópia do que existe, mas do que é capaz de existir, do que é provável. E há, sem dúvida, mais talento em descrever o que pode ser possível, do que

em descrever o que todo o mundo conhece e não merece atenção. (PASSOS, G. Novidades, **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 15 de jan. 1891).

A crítica de Guimarães Passos destoa da maioria naquele momento, pois ele opõe a observação ao ideal, ao fantástico e prefere este último. Ele considera o naturalismo como uma simples imitação do que existe, ou ainda, do que possa existir escolhendo a literatura fantástica como ideal aos questionamentos sobre a existência do homem no mundo.

Pardal Mallet, assim como Araripe Junior criticavam a cópia direta do naturalismo europeu, não os valores naturalistas. Já Guimaraes Passos tem como valor certa idealização da realidade. Os comentários dos autores sobre a estética naturalista mostram que ela não foi aceita com unanimidade no Brasil, porém, quase todos eles concordam que Aluísio Azevedo soube adaptá-la bem ao país.

2.3.2 “Adequação nacional e originalidade crítica”

Antonio Candido (1991) afirma que *O Cortiço* é um romance bem elaborado e Aluísio Azevedo se destacou por conseguir associar a vida do trabalhador diretamente com a do explorador, que somente foi possível por causa da economia semicolonial do país. Em outros países, como a França por exemplo, o capitalista já estava separado do trabalhador devido ao processo econômico em estágio mais avançado. Segundo o crítico, o romance mostra a acumulação de capital em sua fase mais modesta e primária, o que ele chamou de primitivismo econômico. O autor em sua análise relaciona a exploração do trabalho e as formas de acúmulo do capital presentes no romance. (CANDIDO, 1991, p. 113).

Para explicar as relações sociais presentes no romance, Candido (1991) mostra que no Brasil existia um dito popular desde o início do século XVIII que dizia: “para o escravo são necessários três Pês, pau, pão e pano”. Tal dito popular fazia alusão a uma passagem bíblica (Eclesiastes, 33: 25) que diz: “para o asno ferragem, chicote e carga, para o escravo pão, correção e trabalho”. No final do século XIX, o dito foi frequentemente utilizado na sociedade carioca sob nova roupagem, de forma humorística, porém mais brutal. O dito dizia: “Para português, negro e burro, três pés: pão para comer, pano para vestir e pau para trabalhar”. De acordo com o autor era senso comum igualar português, negro e burro, nivelados todos pelo trabalho e essa

nivelação aparece no romance de forma nítida logo de início. (CANDIDO, 1991, p. 114-115).

O autor avalia que o emissor latente do ditado seria o brasileiro livre daquele tempo que tendia para o ócio e, devido ao regime de escravidão, via o trabalho de forma negativa, algo que nivelaria por baixo e condenaria à animalidade. Logo, o português recém-chegado também estava no nível do escravo, pois trabalhava como uma besta. Porém, o português poderia eventualmente ganhar e acumular dinheiro, enquanto o escravo, ou ainda o liberto, estaria destinado a permanecer nas classes inferiores sem chances de ascensão. Para o crítico, a relevância da presença do português no romance se justifica porque o português antagoniza com o brasileiro e a narrativa se desenvolve a partir desse antagonismo. Mas é a natureza brasileira que vai condicionar a ação de cada um e, por conseguinte selar o destino dos que aqui habitam. Sendo a natureza (meio) a determinante que estabelece de modo implícito a atuação das personagens, Candido (1991) aponta três possibilidades para os atores sociais daquele momento. As possibilidades são: O português que chega e vence o meio, o português que chega e é vencido pelo meio e o brasileiro explorado e adaptado ao meio. (CANDIDO, 1991, p. 116).

Nesse sentido, o autor considera que o romance no fundo pode ser antinaturalisticamente uma alegoria do Brasil, com suas misturas de raças, o embate entre elas, a natureza que fascina, atrai e ao mesmo tempo necessita ser domada, o capitalismo europeu presente aqui de forma viva, espreitando e extorquindo, exigindo e desprezando. Para ele a alegoria é um elemento de força e não de fraqueza, o que ele nomeia de realismo alegórico. (CANDIDO, 1991, p. 119). O crítico enfatiza que a força do romance *O Cortiço* vem justamente da mistura entre o plano real e o plano alegórico.

Candido explica que a intenção de Aluísio era condicionar a natureza que cercava o cortiço por toda a parte, com o sol ardendo no alto, ao relacionamento entre as múltiplas etnias que compunham o cortiço e faziam dele o grande amontoado humano. Logo, esta série de causas, à maneira naturalista, incorporaria de forma alegórica o que se passava na escala nacional, segundo as ideias da época. Essa seria também uma visão pejorativa do país, pois o romancista revela que a mistura de raças e sua convivência estão diretamente relacionadas com a promiscuidade da habitação coletiva. Desse modo, o cortiço se torna um Brasil em miniatura, onde brancos, negros e mulatos eram igualmente dominados e explorados pelo estrangeiro

na figura do português ganhador de dinheiro que conduzia todas as ferramentas de ascensão social e econômica nas cidades. (CANDIDO, 1991, p. 120). Uma relação de cunho causal, naturalista, existia no pensamento dos teóricos e publicistas da época: Meio-raça-Brasil. Já no projeto de Aluísio seria: natureza tropical do Rio – raça e tipos humanos misturados – cortiço”. (CANDIDO, 1991, p. 119).

O crítico ainda afirma que em nenhum outro romance brasileiro houve a convivência de diversas etnias como n’*O Cortiço* e que tal coexistência pode ser explicada na medida em que assim eram os cortiços e assim era o nosso povo. Tudo colocado de forma pejorativa e negativa, característica comum dos naturalistas em geral. O romance representava aspectos que definiam o Brasil como um todo e obteve êxito como solução literária porque graças a isso o coletivo exprimia a generalidade do social. (CANDIDO, 1991, p. 120).

Antonio Candido vai além em sua análise e aponta que como bom naturalista, Aluísio Azevedo colocou a questão da raça no centro de suas obsessões como termo explicativo e privilegiado no romance. A alegoria do Brasil no romance, de acordo com o crítico, apresentava o mestiço, que era capitoso, sensual, irrequieto, fermento de dissolução que justificava todas as transgressões e constituía em face do europeu um perigo e uma tentação. O português, que deveria dominar a raça e superar o meio para sua ascensão. A pobreza e a privação do brasileiro seriam a condição para a realização do explorador de fora. Candido (1991) aponta que o movimento da narrativa era o mesmo do movimento social brasileiro da época no que diz respeito à acumulação de riqueza e à exploração do pobre, pois o “o cortiço é ao mesmo tempo um sistema de relações concretas entre personagens e uma figuração do próprio Brasil”. (CANDIDO, 1991, p. 120-121).

O crítico conclui que havia uma necessidade dos escritores da época de “representar o país por acréscimo”, de buscar ou fornecer uma autodefinição nacional. Para isso, recorreram a conceitos de meio e raça, que “correspondiam a problemas reais e obsessões profundas, pesando nas concepções dos intelectuais”, devido à força impositiva das teorias raciais naquele momento.

O autor Roberto Schwarz (1999), em estudo sobre o ensaio de Antonio Candido, acrescenta que o ditado dos três pés cristaliza ideologicamente o preconceito de classes e, embora extraliterário, proveniente do meio, esclarece a

natureza xenófoba e racista presente no romance, revelando as relações de trabalho e acumulação de riqueza características do Brasil. (SCHWARZ, 1999, p.38).

Schwarz (1999) constata que Antonio Candido mostra que o romance *O Cortiço* “é arquitetado, entre outros elementos, como um modelo narrativo estrangeiro, teorias científicas duvidosas, uma intuição da nova dinâmica econômica, projeções do preconceito, um ponto de vista de classe tacanho”. Mimeticamente, o romance possui diferentes momentos antagônicos e o aspecto construtivo do livro “tanto cria condições de generalidades incompatíveis com o preconceito como decorre de algo como uma sistematização do próprio preconceito”. (SCHWARZ, 1999, p.40-41).

A alegoria do Brasil sugerida por Antônio Candido e a ideia de sistematização do preconceito evidenciada por Roberto Schwarz são relevantes para a nossa pesquisa pois tais questões serão trabalhadas por nós de maneira mais próxima e detalhada a partir das análises dos modos de representação dos negros no romance e das funções exercidas por cada personagem negra na trama. Evidenciaremos a questão da mistura racial e o minucioso sistema de hierarquização de raças delineado e proposto no romance como figuração do Brasil.

2.3.3 O cortiço e a cidade

A cidade do Rio de Janeiro é o espaço narrativo do romance *O Cortiço*, sendo assim, trabalharemos nesse tópico a relação cidade, literatura e os cortiços cariocas. Raquel Rolnik (1992) nos ajuda a compreender o dinamismo das cidades e seus agentes transformadores, a vê-las como algo em eterna transformação. A autora afirma que as cidades são transformações elétricas, onde as tensões crescem, as trocas se aceleram e agitam a vida dos homens de forma constante. É como se a cidade fosse um liquidificador com seus agentes modeladores e transformadores dentro dele. A transformação se dá de forma muito mais rápida; se agita. A autora afirma que esse papel de transformador elétrico, apenas a cidade, e mais nenhuma outra configuração espacial, possui. (ROLNIK, 1992, p. 27).

De acordo com Raquel Rolnik (1992), a constituição do território parte de duas ideias:

A ideia de que existe uma relação para além do funcional na relação dos homens e dos grupos sociais com seu espaço e a ideia de que a relação sujeito e espaço-tempo é um movimento permanente de constituição mútua. Essa ideia de constituição de um território é justamente a singularidade de uma marca de expressão; quer dizer, o território abstrato não existe. Só existe

o território na medida em que ele é marca, na medida em que ele é constituído pelo sujeito social. (ROLNIK, 1992, p. 29).

Se as cidades são transformadas pelos sujeitos e possuem dinâmicas próprias, os escritores têm o seu papel nessas transformações, pois ao descreverem a cidade fictícia onde se desenrolam seus romances, trazem à tona seus desejos de cidade, ou, ainda, suas repulsas com relação a alguns espaços e seus habitantes.

Essa questão é explorada pela autora Sandra Pesavento (2002) que fez importante pesquisa nesse campo e nos mostra a relação da literatura com o imaginário das cidades na pena dos escritores do início do século XX. A autora parte do conceito de história cultural do urbano e expõe as representações literárias das cidades dizendo que a cidade aparece como um campo de abordagem para os estudos recentes sobre o imaginário social. E continua:

Sendo a cidade, por excelência, o 'lugar do homem', ela se presta a multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados. Essa postura, que coloca a história cultural urbana na ordem do dia, pressupõe o que se chamaria de 'metaforização do social'. Ou seja, as representações da cidade tendem a assumir uma forma metafórica de expressão, com apelo a palavras e coisas, que associada ao conceito de cidade, lhe atribuem um outro sentido. (PESAVENTO, 2002, p. 9).

Para a pesquisadora, o escritor exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzidas em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores. A literatura ao "dizer a cidade", condensa a experiência do vivido na expressão de uma sensibilidade feita texto. Ela constata que a história e a literatura corresponderiam a maneiras diferentes de "dizer a cidade" ou a esforços para representá-la. (PESAVENTO, 2002, p. 10). A autora se apoia na citação de Odile Marcel para completar tal pensamento que diz:

A literatura, como representação das formas urbanas, tem o poder metafórico de conferir aos lugares um sentido e uma função. É nessa medida que as obras literárias, em prosa ou verso, têm contribuído para a recuperação, a identificação, a interpretação e a crítica das formas urbanas. Acrescentaríamos que essa potencialidade metafórica de transfiguração do real não apenas transmite as sensibilidades passadas do "viver em cidades" como também nos revela os sonhos de uma comunidade, que projeta no espaço vivido as suas utopias. (ODILE, 1994 *apud* PESAVENTO, 2002, p. 13).

Pesavento também afirma que a literatura anuncia, denuncia ou nega as formas sociais da existência urbana e as suas formas materiais de expressão. Nesse

contexto, o escritor, autor do texto ficcional que “diz” a cidade a seu modo, é o que se chamaria um espectador privilegiado do social, capaz de traduzir, em forma literária, um urbano que poderia ter sido e que assume um “efeito de real”. (PESAVENTO, 2002, p. 14).

Nesse aspecto, como estamos trabalhando com duas disciplinas correlatas, Literatura e História, ressaltamos que o nosso olhar se voltará para o imaginário do autor, na construção do romance, mas também das ideologias das elites da época em relação ao que era ou deveria ser uma cidade moderna.

Elucidando essa questão, procuramos recuperar alguns processos históricos intrínsecos e extrínsecos ao romance. O título da obra remete aos cortiços cariocas que eram residências coletivas e englobam estalagens, cortiços propriamente ditos, casas de cômodos e avenidas¹⁰. Seus habitantes eram principalmente a classe trabalhadora da cidade, homens livres de cor ou não, escravizados, escravizados e imigrantes portugueses e italianos. Convém lembrar que os cortiços existiram em várias cidades brasileiras.

No romance *O Cortiço*, Azevedo mostra a relação desses tipos de moradia com a cidade como um todo. Tal espaço é representado como local de convívio das classes populares e considerado um local perigoso, de vícios, depravações e nada higiênico. Logo, o autor denuncia e nega as formas sociais de existência dessa população e ainda prescreve o modelo ideal de residências populares. Essas deveriam estar de acordo com as normas higiênicas e sanitaristas que eram ditadas pelos esculápios¹¹ da época.

A pesquisadora Sandra Pesavento (2002) diz que as cidades brasileiras no período colonial eram como verdadeiras extensões do ruralismo agroexportador e com a chegada da corte ao Rio de Janeiro em 1808, a cidade passou a ser porta de entrada de novas ideias e, com isso, sofreu crise de identidade no processo de renovação urbana rumo à modernização. Em torno de 1870, a cidade do Rio de Janeiro e seu padrão colonial começaram a serem contestados pela elite cultivada. A

¹⁰ Avenidas também eram nomenclaturas que designavam habitações coletivas. Para maiores informações ver CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹¹ Idem.

administração da cidade estava cada vez mais difícil, pois possuía mais de 200.000 mil habitantes e o fluxo de imigração era constante. (PESAVENTO, 2002, p. 165-167).

Na verdade, já houvera em 1874 uma comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, quando foram colocados em pauta assuntos, urbanísticos, sanitários, referentes à ocupação do espaço, à circulação de pessoas e carros, à higiene, etc. A preocupação estética também foi colocada, mas o plano fracassou, pois, o Governo não conseguiu capital privado necessário para tal feito. Somente no final do século é que essa questão foi posta em pauta e com a participação do Brasil em exposições universais, ficou acordado entre as elites que o Brasil precisava mostrar um rosto aos estrangeiros. (PESAVENTO, 2002, p. 168).

Na passagem da Monarquia para a República, as elites cariocas não se reconheciam na cidade. A identidade urbana do Rio não poderia ser construída em cima de uma cidade feia, suja, perigosa e caótica. O Rio de Janeiro como cidade moderna passa a valer pela nação e, com isso, atinge-se o padrão identitário idealizado, que atrelaria o Brasil ao trem da história, no caminho da civilização. (PESAVENTO, 2002, p. 159).

Essa questão, entre as ações governamentais e suas sutilezas opressoras em relação aos “indesejáveis”, em pontos estratégicos das cidades é abordada também pela pesquisadora Raquel Rolnik (1992) que diz:

Na discussão política urbana, por exemplo, o que está em jogo quando se trata de estratégia de dominação ou estratégia de controle social por parte dos projetos de intervenção no espaço dos projetos de intervenção física, é, na verdade, uma tensão entre o movimento de singularização e de expressão territorial e um padrão de homogeneização ou de alinhamento de território, de retirada desses elementos, desses códigos de significação, tornando lisos, destendidos esses territórios existenciais, que são absolutamente rugosos, cheios de marcas e de códigos específicos. Então o que está em jogo são movimentos de singularização e de desterritorialização. Faz todo sentido falar em estratégias de dominação desse ponto de vista, não de um ponto de vista exterior à própria constituição do território, mas de dentro de um movimento permanente de desterritorialização e reterritorialização que acontece na cidade. (ROLNIK, 1992, p. 29).

Partindo da citação acima, podemos inferir que o embate entre cultura e identidade nacional existente naquela época, também se refletiu na organização da cidade. No caso do Brasil, fica evidente que as ideologias e a racialização do pensamento influenciou também o modelo de cidade a ser seguido na nova ordem

social brasileira. Tal fato é também atestado pela pesquisadora Sandra Pesavento (2002):

As inversões entre a cidade real e a ideal se completam, num processo de negação da identidade colonial. As oposições antitéticas entre o novo e o velho, progresso e tradição se traduzem numa associação da cidade colonial ao popular e as manifestações da cultura do povo e as sociabilidades presentes junto às camadas subalternas são identificadas como sinônimo de atraso. Suas práticas sociais serão condenadas, enquanto hábitos e costumes, assim como serão igualmente condenados os espaços que os pobres frequentam (botequins, quiosques) ou os prédios onde moram (cortiços, casas de cômodos). Há uma curiosa operação de “limpeza” da memória social, varrendo-se tudo aquilo que possa evocar o “popular” e o “antigo”, que é preciso superar. (PESAVENTO, 2002, p. 169).

O romance *O Cortiço* como objeto de pesquisa ganha maior destaque a partir de tais colocações. Mostraremos no decorrer do trabalho a importância da obra como veículo de “novas ideias”, segundo as quais o cortiço era um tipo de moradia que não se coadunava com o ideal de “progresso” ou “civilização”. Pelo contrário, seus moradores, das classes populares, e suas formas de sociabilidade são representadas de forma negativa na obra.

Retomando o pensamento de Pesavento (2002), ela aponta que a estratégia de construção de uma identidade nacional foi baseada no paradigma europeu, o que também influenciou a questão da identidade urbana:

Na busca de formulação de uma identidade do país, o Primeiro Mundo é o “outro” desejado, muito distante do componente popular nacional, que se construiu no “outro indesejável” que a identidade nacional rejeita. De todas as formas, o processo de construção da identidade urbana do Rio, afirmada como uma das facetas de realização de uma identidade nacional, revela o caráter da classe que marca a consolidação das elites: a sua exclusão, assinalada pela negação do povo. (PESAVENTO, 2002, p. 170).

Seguindo o raciocínio de Pesavento (2002), a recusa da identidade colonial cidadina também estava atrelada à topografia da cidade do Rio de Janeiro. Essa recusa acabou por impor aos agentes produtores do espaço a missão de domar a natureza, que era exuberante e ameaçadora ao mesmo tempo, com a sua paisagem acidentada e o seu clima tropical. Essa missão era também a de consolidar um padrão cultural adequado à identidade desejada. (PESAVENTO, 2002, p. 163).

As pesquisadoras Lília Fessler Vaz e Carmen Beatriz Silveira (1993) estudaram a habitação na organização espacial da área central do Rio de Janeiro. Elas afirmam que as discussões sobre o centro da cidade começaram a surgir na segunda metade do século XIX e na última década daquele século, período de

aumento populacional devido à imigração estrangeira, aumento das indústrias, precárias condições de saneamento e necessidade de maior urbanização. O saneamento da cidade caminhava junto com o saneamento da habitação. A imagem da cidade como suja, velha e pestilenta era evidenciada em vários setores da imprensa e poder público. As habitações coletivas, cortiços e estalagens, utilizadas pelas camadas mais pobres chegaram a abrigar entre 20 e 30 por cento da população e foram alvos de restrições sucessivas que culminaram na sua proibição. A maioria das moradias coletivas (cortiços) se situava junto ao porto e na região central, dando suporte às diversas atividades econômicas. Os projetos de modernização dessas áreas propunham também a sua eliminação. (VAZ e SILVEIRA, 1993, p. 968).

Os projetos somente foram realizados no início do século XX com a intervenção do Estado. As autoras esclarecem que:

A grande Reforma Urbana do início do século XX (administração de Pereira Passos, 1902-1906) transformou o centro da cidade colonial portuguesa com a demolição de grande parte do tecido urbano antigo, o alargamento e retificação de ruas existentes, a abertura de largas avenidas, o saneamento, a construção de enormes aterros e do porto moderno, além de outras transformações. Este momento encerrou um longo período marcado pela permanência do ambiente construído e inaugurou outro, de rápida e significativa transformação através do processo de destruição/reconstrução por meio de políticas urbanas radicais, assim como do processo de valorização imobiliária crescente na área. (VAZ e SILVEIRA, 1993, p. 968).

A derrubada dos cortiços e o afastamento da população pobre da região central da cidade do Rio de Janeiro estão intimamente ligados ao processo de modernização da cidade carioca. Sobre o termo “Moderno’ e sua relação com a cidade, Lilian Fessler Vaz (1992) afirma que:

A modernização da cidade é uma noção vaga e abrangente. Assim como o termo modernizar (tornar moderno; dar feição moderna a; adaptar aos usos e necessidades modernas), a modernização urbana em sua acepção mais simples, significa a mudança da cidade tradicional, medieval ou colonial para a cidade moderna, através de profundas transformações espaciais e da criação dos sistemas de infraestrutura e serviços coletivos ditos modernos: transportes, água e esgoto, iluminação, etc. (VAZ, 1992, p. 197).

Vaz (1992) diz ainda que, em várias cidades da América Latina, essas reformas estavam diretamente relacionadas à exclusão de grande parte da população dos novos espaços e meios de consumos coletivos. No caso das cidades brasileiras, essa exclusão é notória e patente e aparece de forma clara no espaço e na forma em que se constituíram as favelas e periferias. Tais ações significaram um meio de

“depuração sócioespacial”. A autora ainda afirma que a história da evolução urbana recente pode ser resumida como a do avanço das maneiras de inventar áreas privilegiadas e de ‘limpá-las’ de presenças indesejadas e que a exclusão social foi predominante na renovação urbana carioca e brasileira. (VAZ 1992, p.197).

Vaz (1992) aponta que as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram no período final do século XIX e início do século XX, tais como o fim da escravidão, a formação de mercados e a mercantilização de bens, a decadência da cafeicultura, o desenvolvimento dos setores secundários e terciários da economia, a definição de novas categorias sociais e a substituição de novas elites no poder, com a queda do Império e a proclamação da República, resultaram no crescimento urbano intenso da cidade do Rio de Janeiro (235.000 habitantes em 1870 para 522.000 em 1890). Com isso, houve a necessidade de se criar modernos serviços públicos, como sistemas de transportes coletivos (estradas de ferro e puxadores de bonde a burro) de esgoto e de abastecimento d’água, telégrafo, iluminação a gás, telefone, energia elétrica, etc. (VAZ 1992, p.197).

Segunda a autora, na implantação desses modernos sistemas, percebe-se nitidamente a exclusão conectada à modernização, pois na base dessas transformações estava a dispensa da força de trabalho escravo. Muitas atividades relacionadas à casa e à cidade estavam ligadas diretamente ao trabalho escravo. Logo, no país que se modernizava, o trabalho escravo fora substituído também pelas inovações tecnológicas, (carris de ferro rodando sobre trilhos, águas e esgoto fluindo através de tubos e canos) o que fez também desaparecer algumas atividades como a de aguadeiros e carroceiros. Esses trabalhadores aumentaram o contingente de escravos, libertos, livres, emigrantes estrangeiros ou não que, chegando a cidade, procuravam as zonas centrais à procura de meios de sobrevivência. Era nessa região central que estavam o trabalho e a moradia e as atividades urbanas. Por isso o crescimento vertiginoso de cortiços e residências coletivas. (VAZ, 1992, p. 198).

Vaz e Silveira (1993) afirmam que a “grande reforma” da cidade do Rio de Janeiro foi responsável pelo surgimento das primeiras favelas da cidade, já que o maior impacto dessas reformas atingia as moradias populares, as quais abrigavam dezenas de milhares de pessoas que se sustentavam do trabalho no comércio, em serviços e indústrias na região central da cidade. Foram demolidas mais de 500 casas e, apesar do saneamento, embelezamento e modernização, as ações do poder

público (Estado) estavam relacionadas com a exclusão social. (VAZ e SILVEIRA, p. 969).

Com relação ao romance *O Cortiço*, e os cortiços existentes na Corte, retomamos a autora Sandra Pesavento (2002), que nos fornece dados importantes sobre o famigerado cortiço de nome “Cabeça de Porco”, grande inspirador da obra em estudo:

Era a síntese de tudo aquilo que evocava o atraso e que manchava a imagem da capital da jovem República. Situado próximo à Estrada de Ferro D. Pedro II, nele habitava um enorme contingente de pessoas em situação de grande promiscuidade. De duas a quatro mil pessoas segundo relatos e que viviam em um núcleo habitacional que contrariava todas as normas de higiene, numa anarquia arquitetônica de quartos, vielas, sobrados, casebres e pátios, tudo subdividido, num incrível labirinto que reunia homens e animais. O cortiço tinha fama por ter resistido às inúmeras investidas sucessivas e infrutíferas realizadas para eliminá-lo durante a Monarquia. (PESAVENTO, 2002, p. 170).

O autor Sidney Chalhoub (1996) analisou vasta documentação do final do século XIX relacionada aos cortiços cariocas e também cita o cortiço “Cabeça de Porco”, afirmando que sua destruição completa, em 1893, foi um dos marcos iniciais da derrubada e caça aos cortiços. Tais atos foram marcados por uma violenta intervenção do poder público, deixando várias famílias desalojadas. Muitas dessas famílias foram construir suas casinhas precárias no Morro da Providência juntamente com os soldados egressos da guerra de Canudos¹². (CHALHOUB, 1996, p.17).

A destruição do cortiço carioca mais famoso da época não foi um ato isolado, e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde os anos 1870. De acordo com Chalhoub, com o advento das primeiras administrações republicanas, essas perseguições chegaram à histeria. (CHALHOUB, 1996, p. 25).

Chalhoub (1996) nos mostra também outro motivo para tanta truculência e tanta dedicação na destruição dos cortiços cariocas. Os cortiços e habitações coletivas eram um importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Ou seja, para o autor, a decisão política de expulsar as camadas mais pobres das áreas centrais da cidade estaria associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos.

¹² É justamente nesse período que temos a criação do termo Favela para designar residências pobres no Brasil. Os casebres do Morro da Província, apelidados de favelas pelos militares que notaram a semelhança de sua vegetação com as favas que cobriam o entorno de Canudos. As favelas resistiriam por todo o século XX e ainda estão presentes no século XXI.

Essas atitudes políticas também tentavam apagar a memória da instituição escravidão, abolida há pouco. (CHALHOUB, 1996, p. 25 e 26).

Chalhoub (1996) também afirma que o aumento dos cortiços e habitações populares na cidade do Rio de Janeiro, a partir das décadas de 1850 e 60, deu-se devido ao aumento da imigração de portugueses e italianos. Mas traz informações novas ao mostrar que o grande número de alforrias concedido naquele período aos escravos também colaborou para a proliferação de tais habitações coletivas. De acordo com segmentos das classes dominantes, os senhores, a partir de alguns anúncios em jornais dirigidos ao chefe de polícia da Corte, alegavam que esses cortiços estavam-se transformando em asilos de escravos fugidos e “malfeitores”, locais considerados por essa elite como verdadeiras espeluncas onde predominavam o vício, atos imorais e prejudiciais de várias formas. (CHALHOUB, 1996, p.26 e 27.).

Chalhoub (1996) mostra que o surgimento da ideologia da higiene também foi responsável pela destruição dessas habitações coletivas. As classes pobres eram vistas pelas elites intelectuais e médicos da época como “classes perigosas”, não somente por perturbarem a ordem pública e prejudicar a organização do trabalho, mas também por oferecerem o risco do contágio de moléstias. Os hábitos higiênicos dos moradores pobres eram considerados nocivos à sociedade, pois os cortiços habitados por essas pessoas seriam focos de irradiação de epidemias e vícios de todos os tipos. O perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário brasileiro na metáfora da doença contagiosa: “as classes pobres continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais”. (CHALHOUB, 1996, p. 29). Logo, os cortiços, de um modo geral, eram vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres, como um problema para as condições de higiene da cidade. (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Seguindo o autor, havia ainda outra variante no tocante à destruição dos cortiços das áreas centrais do Rio de Janeiro: a questão econômica. O discurso dos higienistas contra as habitações coletivas legitimava grupos empresariais interessados na expansão e transformação da cidade, o que incentivou o esforço desses grupos na especulação imobiliária do centro da cidade.

Lilian Fessler Vaz (1992) já havia analisado essa questão:

Para que os empresários pudessem convencer a sociedade dos méritos do produto que ofereciam, justificando as vantagens a serem obtidas (direito de desapropriação de prédios e terrenos, isenção de taxas e impostos), era necessário demonstrar o malefício causado pela permanência dos padrões

vigentes e os benefícios dos projetos de casas populares higiênicas. Por isso os empresários se apossaram do discurso higienista ressaltando a insalubridade e a promiscuidade daquelas casas e clamando pela sua erradicação. (VAZ, 1992, p. 199).

Chalhoub (1996) também diz que houve por parte do Governo a iniciativa de incentivar empresários da construção civil a erguer moradias para operários e, apesar de o governo ter concedido vários privilégios aos investidores, foram poucos empresários que chegaram a construir tais casas.

Arthur Sauer, dono da companhia de saneamento do Rio de Janeiro, foi um dos poucos empresários que conseguiu cumprir parte do contrato com o governo e construiu cerca de cinco vilas operárias chegando a abrigar mais de 3 mil pessoas. As casas construídas seguiam as regras higiênicas e eram de aluguel módico para residências de proletários, operários e empregados subalternos, antagonicamente aos cortiços e estalagens, os quais possuíam péssimas condições sanitárias e eram focos das principais epidemias da cidade. Logo, o maior inconveniente dos cortiços era a ameaça aos moradores próximos. Nem empresários e nem autoridades públicas estavam preocupadas com a melhoria na qualidade de vida das classes populares, suas preocupações se pautavam em diminuir o “perigo” que elas ofereciam às classes dominantes. Outros investidores, como Vieira Souto, fracassaram na empreitada e acusaram os proprietários dos cortiços de concorrência desleal.

A destruição de cortiços estava diretamente ligada ao projeto de alargamento das ruas da cidade, concessões, direitos de desapropriação, cessão gratuita de terrenos públicos e outros privilégios. Vários contratos com empreiteiras foram assinados pela Intendência Municipal evidenciando que as alianças políticas e empresariais se formavam juntamente com os higienistas. Todos eram contra os proprietários de cortiços. (CHALHOUB, 1996, p.53 a 59).

Diferentemente do que ocorreu com a cidade de São Paulo, Raquel Rolnik (1997) nos mostra que vários empresários, como os irmãos Falchi, Jorge Street, Ricardo Jafet entre outros, fundaram vilas operárias junto às fabricas dos quais eram proprietários. Apesar de caso excepcional, umas dessas vilas possuía até mesmo creches, bibliotecas e igreja. (ROLNIK, 1997, p.116 e 117).

Malgrado a ideologia da dominação presente na construção dessas vilas, pois os empresários teriam praticamente total controle e vigilância sobre os seus

operários, acreditamos que tais vilas ofereciam ao menos um mínimo de qualidade de vida a esses operários.

Vimos que muitos aspectos relativos à modernização da cidade do Rio de Janeiro estavam diretamente relacionados à exclusão das classes populares das regiões consideradas “privilegiadas” pelas elites e autoridades daquele tempo. Tais processos de exclusão propiciaram o surgimento das favelas, presentes até hoje em várias cidades brasileiras. Tal fato revela ao mesmo tempo o descaso do poder público com as classes populares e suas resistências diante da exclusão.

Seguindo o pensamento de Pesavento (2002) no início deste tópico, em que ela afirma que a cidade do Rio de Janeiro era a metáfora do Brasil nas representações ficcionais daquele período, fazemos um paralelo com a análise de Antonio Candido (1991) sobre o romance *O Cortiço* no qual ele afirma que “o cortiço é ao mesmo tempo um sistema de relações concretas entre personagens e uma figuração do próprio Brasil”. (CANDIDO, 1991, p. 121). Na visão do crítico, o romance é uma alegoria do Brasil, pois mostra uma visão pejorativa do Brasil conforme mostramos anteriormente.

Apoiado na pesquisa histórica mostrada acima, relacionando a obra em estudo como uma alegoria do Brasil, de forma pessimista, com o verdadeiro cortiço “Cabeça de Porco”, que resistiu às várias tentativas de eliminação durante a Monarquia como atesta Pesavento (2002), podemos inferir que o romance *O Cortiço* publicado em 1890 se alinha aos vários projetos de eliminação dessas residências coletivas que foram levados a cabo no início do século XX. Tendo em vista que o romance foi bem recebido pela crítica da época e foi considerado uma obra prima, pode-se dizer que havia um consenso entre as classes dominantes sobre a necessidade de eliminar os cortiços. Além disso, o romance assume também o discurso dos esculápios da época no combate a essas moradias. Logo, o romance em estudo era realmente um presente para a República. Aluísio Azevedo pintara a “nova República da miséria com seus cubículos do tamanho de sepulturas” (MENEZES, 1958, p. 228). Os cortiços eram tudo o que a República deveria combater de forma incisiva.

3. A PERSONAGEM NEGRA BERTOLEZA: O DESAPARECIMENTO DE UMA RAÇA COMO DESTINO

Analisaremos neste capítulo como se dá a representação do negro por meio da personagem Bertoleza. Escrava de ganho¹³ no início do romance e, em seguida, julgando-se alforriada, constrói junto com João Romão a fortuna dele. Do ponto de vista da cidadania e de sua inserção na sociedade como “ex-escrava”, analisaremos de que maneira essa personagem foi construída, qual sua atuação e como se relaciona com as outras personagens da obra.

O primeiro capítulo do romance apresenta a relação entre João Romão e Bertoleza. João Romão a conhece sendo freguês em sua quitanda. Da primeira vez em que aparece, a personagem é apresentada da seguinte forma:

A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quitandeira sua vizinha, a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade. Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro. De manhã vendia angu, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal a seu dono vinte mil-réis por mês, e, apesar disso, tinha de parte quase que o necessário para a alforria. (AZEVEDO, 2012, p. 17).

Pela referência à possibilidade de o escravo comprar a própria alforria, inferimos que a cena se passa depois de 1871, ano em que foi instituída a Lei de nº 2040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do ventre livre, que, além de libertar os recém-nascidos filhos de escravos, consolidava também o direito do escravo ao pecúlio com que podia comprar sua liberdade. Sabemos, entretanto, que a prática de compra de alforria já vinha acontecendo muito antes da lei, ela era parte dos dispositivos de negociação entre escravo e senhor. A lei apenas instituiu juridicamente o que já era feito na prática.

Entre outros autores¹⁴, Albuquerque (2006) nos esclarece sobre essa lei que:

Por ela ficavam livres as crianças recém-nascidas das mulheres escravas, obrigando seus senhores a cuidar delas até a idade de oito anos. Daí por

¹³ Escravo que trabalhava nas cidades e vivia por “si mesmo” dando apenas o jornal ao seu senhor. Esse tipo de escravo foram os que mais conseguiram sua liberdade por meio judicial. Para maior entendimento ver Sidney Chalhoub: *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Companhia das Letras, 1990.

¹⁴ Chalhoub (1990) aponta que a Lei do Ventre Livre foi vista por muitos autores como o momento de afirmação ou consolidação de um projeto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a formação de todo um contingente de trabalhadores disciplinados e higienizados. Logo, o autor interpreta o acesso à liberdade pela utilização do pecúlio como forma de ensinar aos escravos virtudes da ascensão social pelo trabalho. Mas os escravos já pareciam saber há muito tempo que sua melhor

diante os senhores poderiam optar entre receber do governo uma indenização de 600 mil réis ou utilizarem o trabalho dos menores até a idade de vinte e um anos. Além de libertar os “ingênuos” (assim eram chamados os filhos libertos dos escravos) nascidos após sua publicação, a lei criou o fundo de emancipação, que libertava cativos com dinheiro proveniente de impostos sobre a propriedade escrava, loterias, multas para quem desrespeitasse a lei e dotações dos orçamentos públicos. Criava, também, a matrícula obrigatória dos cativos como forma de melhorar a cobrança de impostos dos proprietários de escravos. O escravo que não fosse matriculado seria considerado livre pelas autoridades sem o desembolso de qualquer quantia. A Lei de 28 de Setembro de 1871 contemplava alguns direitos costumeiros que os negros haviam adquirido ao longo de muitos anos de luta. Por exemplo, a lei reconhecia o direito ao pecúlio, ou seja, que o escravo podia utilizar suas economias para comprar a liberdade. A grande inovação foi permitir ao escravo acionar a justiça caso o senhor se recusasse a conceder sua alforria. Nesse caso o escravo, representado por um curador, podia se dirigir a um juiz municipal e abrir uma ação de liberdade. Quebrava-se assim o monopólio da vontade dos senhores na concessão da alforria. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 177).

Ainda no início do romance, o narrador expõe o postulado geral das raças, com que procura explicar as relações dentro da narrativa:

Ele propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 2012, p. 18).

O trecho acima pode ser interpretado de diferentes formas, pois demonstra também o que disse Karoline Carula (2007) quando afirma que os leitores de Aluísio já aceitavam as teses raciais e o evolucionismo¹⁵. A relação amorosa entre João Romão e Bertoleza pode ser explicada também pelo dinheiro que ela possuía para pagar sua alforria, dessa forma, Bertoleza estabelecia uma troca, ou ainda uma negociação com João Romão. A pesquisa histórica demonstra que as relações do escravo no mundo livre eram mais complexas, não se pode afirmar as uniões entre brancos e negros, escravos ou não, pela questão racial, pois um escravo sempre que se alforriava ou se tornava livre, a primeira medida que tomava era se livrar de qualquer resquício da escravidão, logo, constituir família e trabalhar livremente era seu objetivo. Muitos escravos foragidos demoravam anos a serem descobertos como

chance de negociar a liberdade com o senhor era juntar as economias e conseguir indenizar seu preço. O autor ironiza: “Nesse sentido, ou pensamos que esses negros estavam disciplinados para o mercado de trabalho há muito tempo ou então admitimos que eles podiam se atirar ao trabalho por motivos diversos de uma suposta inclinação irresistível pelo salário e pelo encanto dos patrões.” (CHALHOUB, 1990, p. 160).

¹⁵ Ver: Carula, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. - Campinas, SP: [s.n.], 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

escravos e boa parte deles não eram identificados e gozavam o resto de seus dias em liberdade¹⁶.

O pensamento pretensamente científico sobre as raças da época permeou toda a sociedade brasileira. Explanando sobre essa questão, Ventura (1991) aponta que as teorias das desigualdades raciais foram difundidas no Brasil juntamente com as ideias naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas a partir de 1870. A formação de um novo imperialismo era então justificada pela existência de etnias inferiores. (VENTURA, 1991 p. 55).

Vale lembrar que essas teorias chegaram ao Brasil com atraso e, mesmo não sendo unanimemente aceitas pelos intelectuais da época, ainda assim foram a solução para explicar a exclusão dos ex-escravos do advento da nova sociedade que se esboçava no Brasil. Vários autores estrangeiros recusavam a tese da degeneração e, pelo contrário, afirmavam que a miscigenação era algo positivo.

Diversas obras foram escritas por americanos ou europeus residentes na América, em que foram contestadas as ideias sobre a degeneração das espécies e a fraqueza da natureza e do homem do Novo Mundo. (VENTURA, 1991, p. 33).

Autores como Ferdinand Wolf, que observou o surgimento de uma “raça nova” resultante da miscigenação dos três povos aqui presentes (portugueses, africanos e indígenas) tinha outra opinião a respeito:

Esta raça, numa palavra, desenvolve-se cada vez mais, diferente de seus antepassados portugueses; sua organização física modificou-se em razão do clima e dos ameados cruzamentos, seu modo de ver experimenta completa metamorfose, interesses pessoais, opiniões políticas próprias se manifestam, e eis nos, afinal, ante um povo de forte individualidade. (WOLF *apud* VENTURA, 1991 p. 32).

Mesmo assim, boa parte dos intelectuais brasileiros optou por seguir as teses racistas europeias.

Seguindo nossa análise, Bertoleza tinha então boa parte do dinheiro para pagar sua alforria e casa mobiliada como mostra a narrativa:

João Romão comprou então, com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levantou uma casinha de duas portas, dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranhou com os cacarecos de Bertoleza. Havia, além da cama, uma cômoda de jacarandá muito velha

¹⁶ Ver: MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX).

com maçanetas de metal amarelo já mareadas, um oratório cheio de santos e forrado de papel de cor, um baú grande de couro cru tachado, dois banquinhos de pau feitos de uma só peça e um formidável cabide de pregar na parede, com a sua competente coberta de retalho de chita. O vendeiro nunca tivera tanta mobília. (AZEVEDO, 2012, p. 18).

João Romão falsifica a alforria de Bertoleza. A primeira das poucas falas de Bertoleza no romance, apesar de ela ser uma das personagens centrais, refere-se ao fato de ela reconhecer que tinha um senhor e que lhe pagava porque era um direito dele. E ainda sentia pena do mesmo: “ – Coitado! A gente se queixa é da sorte! Ele, como meu senhor, exigia o jornal, exigia o que era seu! ”. (AZEVEDO, 2012, p. 19).

Essa fala criada pelo autor mostra o reconhecimento pelo escravo do direito de propriedade do senhor. “Exigia apenas o que era seu”. Não há o questionamento do direito de um ser humano ser dono de outro. Ocorrendo isso, mesmo num romance publicado já depois da abolição da escravatura, leva-nos a crer que, na visão das elites e de alguns abolicionistas, aos escravos recém-libertos só restava agradecer e continuar fiéis a seus donos que lhes concederam a alforria como um ato de “bondade”.

O narrador prossegue mostrando a personagem ligada ao trabalho manual, reforçando sempre a continuidade do mesmo:

Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre; às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. Varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda, e, defronte de um fogareiro de barro, fritava fígado e frigia sardinhas [...]. E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar, além da sua, a roupa do seu homem... (AZEVEDO, 2012, p. 19).

O próprio narrador afirma que João Romão fez a aquisição de Bertoleza, logo, ela continuava escrava, só que agora dele. À figura do negro, está relacionada

uma grande capacidade de trabalho. Mas isso não é considerado positivo, o próprio trabalho é visto como algo negativo.¹⁷

Bertoleza reaparece no capítulo III, na descrição do narrador, como uma mulher que apenas, e cada vez mais, trabalha, como uma simples máquina. Ao mesmo tempo, de forma paulatina, a descrição cuida de adjetivá-la negativamente.

Ao lado, na casinha de pasto, a Bertoleza, de saias arrepanhadas no quadril, o cachaço grosso e negro, reluzindo de suor, ia e vinha de uma panela à outra, fazendo pratos, que João Romão levava de carreira aos trabalhadores assentados num compartimento junto. (AZEVEDO, 2012, p. 47).

Em seguida, no capítulo VII, quando Bertoleza reaparece, e é a única vez, no romance inteiro, em que a vemos perto dos outros moradores, ou ainda em um momento de diversão. Porém, o fato assim é dado pelo narrador:

O círculo do pagode aumentou: vieram de lá defronte a Isaura e a Leonor; o João Romão e a Bertoleza, desembaraçados da sua faina, quiseram dar fé da patuscada antes de caírem na cama. (AZEVEDO, 2012, p. 79).

As tarefas de Bertoleza incluem até, como vemos no capítulo XI, e em outros, cuidar de João Romão, quando este se encontra doente. O trabalho está diretamente relacionado a ela.

Podemos observar que Bertoleza era bem diferente das quituteiras e quitandeiras, escravas de ganho no período da escravidão. De acordo com a pesquisa histórica, observamos que tais mulheres negras, escravas ou não, possuíam grande mobilidade nas cidades brasileiras, além disso, essas mulheres eram responsáveis pelas relações de amizade e sociabilidade entre os populares. Abordaremos a questão mais adiante quando mostraremos outra personagem negra, Rita Baiana, que por ser mulata possui atributos diferentes de Bertoleza.

Reparamos que a personagem possui uma pequena fala de agradecimento no primeiro capítulo e somente no capítulo IX é que volta a falar. Nos outros momentos, é sempre o narrador quem fala por ela.

No capítulo XIII, o narrador mostra a degradação da personagem Bertoleza inversamente proporcional ao crescimento de João Romão:

Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo; essa, em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo; pelo contrário, à medida que ele galgava posição social, a desgraçada fazia-se

¹⁷ Ver Antonio Candido, 1991. De cortiço a cortiço. In: Novos estudos, nº 30.

mais e mais escrava e rasteira. João Romão subia e ela ficava cá embaixo, abandonada como uma cavalgada de que já não precisamos para continuar a viagem. Começou a cair em tristeza. (AZEVEDO, 2012, p. 144).

João Romão, mesmo já possuindo melhor *status* social, trata Bertoleza como “coisa”, não demonstra o menor sentimento pela “companheira” e começa a pensar na morte dela.

Mas a bolha do seu desvanecimento engelhou logo à vista de Bertoleza que, estendida na cama, roncava, de papo para o ar, com a boca aberta, a camisa soerguida sobre o ventre, deixando ver o negrume das pernas gordas e lustrosas. E tinha de esticar-se ali, ao lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe! Pois, tão cheiroso e radiante como se sentia, havia de pôr a cabeça naquele mesmo travesseiro sujo em que se enterrava a hedionda carapinha da crioula? – E se ela morresse?... (AZEVEDO, 2012, p.149).

No trecho acima, em discurso indireto livre¹⁸ de João Romão, o que chama a atenção são os adjetivos utilizados por ele para referir-se a personagem negra. Na conclusão da narrativa acima, João Romão a chama de “diabo” e “trambolho”. O discurso indireto livre é com frequência empregado pelo autor justamente nos momentos mais violentos e humilhantes que retratam a personagem Bertoleza.

A questão do que fazer com os negros, que compõem a maioria da população, quando da abolição da escravatura, também está presente no romance. Tal “problema” foi abordado tanto nos discursos dos abolicionistas, como das elites de modo geral, que, pautados pela cegueira positivista e pelos ideais cientificistas, nunca pensaram em integrar o negro na sociedade brasileira, alegando que as raças inferiores não poderiam contribuir de modo efetivo para o progresso da nação¹⁹.

No capítulo XVIII, o narrador volta a falar sobre Bertoleza e seus feitos depois de um incêndio ocorrido no cortiço:

O vendeiro só pôde voltar à trouxa das garrafas quando Bertoleza, que fizera prodígios contra o incêndio, passava pelo sono, encostada na cama, com a saia ainda encharcada de água, o corpo cheio de pequenas queimaduras. (AZEVEDO, 2012, p.181).

¹⁸ O discurso indireto livre **se dá quando o** texto é escrito em terceira pessoa e o narrador conta a história, mas as personagens têm voz própria, de acordo com a necessidade do autor de fazê-lo. Sendo assim, é uma mistura dos outros dois tipos de discurso, o direto e o indireto, e as duas vozes se fundem.

¹⁹ Vários autores que estudaram a questão negra no fim da escravidão no Brasil concordam com essa ideia. Para melhor compreensão, ver AZEVEDO (1987), SCHWARCZ (1993) e ROMERO (1960).

A passagem mostra que Bertoleza continua fiel ao “amigo”. A ideia do escravo fiel é contínua no romance. Ela vem desde o romantismo no Brasil conforme atesta vários estudiosos do assunto, dentre eles, David Brookshaw (1983).²⁰

No capítulo XIX, Bertoleza se torna um problema e um empecilho, pois seu companheiro está de casamento marcado com a filha de um Barão:

E a crioula? Como havia de ser? Era isto justamente o que, tanto o Barão como o Botelho, morriam por que lhe dissessem. Sim, porque aquela boa casa que se estava fazendo, e os ricos móveis encomendados, e mais as pratas e as porcelanas que haviam de vir, não seriam decerto para os beijos da negra velha! Conservá-la-ia como criada? Impossível! Todo Botafogo sabia que eles até ai fizeram vida comum! Maldita preta dos diabos! Era ela o único defeito, o senão de um homem tão importante e tão digno. (AZEVEDO, 2012, p.186).

Aqui o discurso indireto livre faz-se de novo presente. A ambiguidade do pensamento da época também se manifesta e o narrador agora é quem acusa João Romão de ingrato, maldoso e hipócrita. A admissão de um relacionamento entre branco e negro nas camadas mais altas da sociedade não era bem-vinda. Os adjetivos pejorativos na descrição física dos negros evidenciam-se.

Bertoleza tinha consciência de sua situação, o que é contraditório, pois a personagem nos é mostrada sempre como máquina de trabalho:

E Bertoleza bem que compreendia tudo isso e bem que estranhava a transformação do amigo. Na sua obscura condição de animal de trabalho, já não era amor o que a mísera desejava, era somente confiança no amparo da sua velhice quando de todo lhe faltassem as forças para ganhar a vida. E contentava-se em suspirar no meio de grandes silêncios durante o serviço de todo o dia, covarde e resignada, como seus pais que a deixaram nascer e crescer no cativo. Escondia-se de todos, mesmo da gentinha do frege e da estalagem, envergonhada de si própria, amaldiçoando-se por ser quem era, triste de sentir-se a mancha negra, a indecorosa nódoa daquela prosperidade brilhante e clara. (AZEVEDO, 2012, p. 186).

Nesse trecho em discurso indireto livre, mesclando as vozes do narrador e de Bertoleza, a resignação e a introjeção do preconceito são atribuídas pelo narrador à personagem. Tachada de covarde, a personagem se resigna e ainda se sente inferior. O imaginário das elites e as teses raciais em relação ao negro são acentuados, bem como o estigma associado à cor da pele. A oposição entre Bertoleza

²⁰ Ver: BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

e a prosperidade se dá de forma sutil, ela vive para o trabalho (feito para o negro) e a prosperidade é brilhante e clara...

Sob o aspecto do trecho acima, evidenciamos o pensamento do Sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998) e a questão da Violência Simbólica: o sujeito se posiciona no seu espaço de convivência de acordo com os critérios e padrões do discurso dominante. Bourdieu (1998) aprofunda o tema do discurso dominante entranhado na cultura e afirma que:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os de outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 1998, p. 10-11).

Retomando a narrativa, o narrador reafirma a suposta superioridade da raça branca e também a bestialização do negro em relação ao branco.

E, no entanto, adorava o amigo, tinha por ele o fanatismo irracional das caboclas do Amazonas pelo branco a que se escravizam, dessas que morrem de ciúmes, mas que também são capazes de matar-se para poupar ao seu ídolo a vergonha do seu amor. O que custava aquele homem consentir que ela, uma vez por outra, se chegasse para junto dele? Todo o dono, nos momentos de bom humor, afaga o seu cão... Mas qual! O destino de Bertoleza fazia-se cada vez mais estrito e mais sombrio; pouco a pouco deixara totalmente de ser a amante do vendeiro, para ficar sendo só uma sua escrava. (AZEVEDO, 2012, p.186-87).

O rebaixamento e a submissão do negro/índio/mestiço diante do branco vêm de uma tradição literária longa, desde o *Caramuru*, passando por *O Guarani* e *Iracema*, sendo essas obras unânimes quanto à ideia de que os cativos “escravizam-se”, “entregam-se” voluntariamente e até com fanatismo.

No capítulo XXI, temos novo discurso indireto livre de João Romão. A ideia do trabalho e suas características negativas, consideradas dignas dos negros e sua inferioridade, aparece agora no pensamento de João Romão também em relação à Bertoleza:

Mas que diabo havia ele de fazer afinal daquela peste? [...] Bertoleza devia ser esmagada, devia ser suprimida, porque era tudo que havia de mau na vida dele! Seria um crime conservá-la a seu lado! Ela era o torpe balcão da

primitiva bodega; era o aladroadado vintenzinho de manteiga em papel pardo; era o peixe trazido da praia e vendido à noite ao lado do fogareiro à porta da taberna; era o frege imundo e a lista cantada das comezainas à portuguesa; era o sono roncado num colchão fétido, cheio de bichos; ela era a sua cúmplice e era todo seu mal— devia, pois, extinguir-se! ”. (AZEVEDO, 2012, p. 203).

Como estratégia de narrativa, a ideia de morte da personagem é repetida à exaustão nesse capítulo. O autor busca a aceitação da morte da personagem por parte do leitor. Ressalte-se, ainda, o emprego do verbo “extinguir”, frequente, na época, para referir-se à extinção dos negros, segundo as teses raciais e o branqueamento da população. A ideia da eliminação de Bertoleza ocupa todo o capítulo. E, em meio a tudo, João Romão mostra-se preocupado apenas com sua nova imagem perante a sociedade.

Sempre de forma pejorativa, o narrador atribui cada vez mais adjetivos à Bertoleza, igualando-a uma máquina:

E o demônio da crioula parecia mesmo não estar disposta a ir só com duas razões; apesar de triste e acabrunhada, mostrava-se forte e rija. Suas pernas curtas e lustrosas eram duas peças de ferro unidas pela culatra, das quais ela trazia um par de balas penduradas em saco contra o peito; as róseas lustrosas do seu cachaço lembravam grossos chouriços de sangue, e na sua carapinha compacta ainda não havia um fio branco. Aquilo, arre! Tinha vida para o resto do século! (AZEVEDO, 2012, p. 207).

No final do romance, encontra-se a maior fala de Bertoleza, representando, a nosso ver, sua ingenuidade, mas ao mesmo tempo uma tomada de consciência, porque ela expõe sua situação desde o início, ou seja, ela tem consciência de que, ao conhecer João Romão, possuía uma quitanda, bem afreguesada, bem como quase todo o pecúlio para comprar sua alforria. A ingenuidade, no caso, resultava do seu sonho em viver ao lado de João Romão e desfrutar de tudo o que conseguiram juntos. Se, durante todo o romance, a personagem não saiu de dentro do cortiço, somente uma vez foi à festa de Rita Baiana e sequer trocava de roupa aos domingos, como poderia ela sonhar semelhante situação? O narrador passa a mostrar a indignação da personagem, sua raiva e toda a sua consciência dos anos que se passaram. Por ser a única vez em que a personagem efetivamente fala no romance, citaremos integralmente seu diálogo com João Romão:

[...] Vinha tão transformada e tão lívida que só com a sua presença intimidou profundamente os dois. A indignação tirava-lhe faíscas dos olhos e os lábios tremiam-lhe de raiva. Logo que falou veio-lhe espuma aos cantos da boca. — Você está muito enganado, seu João, se cuida que se casa e me atira à toa!

Exclamou ela. Sou negra, sim, mas tenho sentimentos! Quem me comeu a carne tem de roer-me os ossos! Então há de uma criatura ver entrar ano e sair ano, a puxar pelo corpo todo o santo dia que Deus manda ao mundo, desde pela manhãzinha até pelas tantas da noite, para ao depois ser jogada no meio da rua, como galinha podre?! Não! Não há de ser assim, seu João! — Mas, filha de Deus, quem te disse que eu quero atirar-te à toa? Perguntou o capitalista. — Eu escutei o que você conversava, seu João! A mim não me cegam assim só! Você é fino, mas eu também sou! Você está armando casamento com a menina de seu Miranda! — Sim, estou. Um dia havia de cuidar de meu casamento! Não hei de ficar solteiro toda a vida, que não nasci para *podengo*. Mas também não te sacudo na rua, como disseste; ao contrário agora mesmo tratava aqui com o seu Botelho de arranjar-te uma quitanda e.... — Não! Com quitanda principiei; não hei de ser quitandeira até morrer! Preciso de um descanso! Para isso mourejei junto de você enquanto Deus Nosso Senhor me deu força e saúde! — Mas afinal que diabo queres tu?! — Ora essa! Quero ficar a seu lado! Quero desfrutar o que nós dois ganhamos juntos! Quero a minha parte no que fizemos com o nosso trabalho! Quero o meu regalo, como você quer o seu! — Mas não vês que isso é um disparate? Tu não te conheces? Eu te estimo, filha; mas por ti farei o que for bem entendido e não loucuras! Descansa que nada te há de faltar! Tinha graça, com efeito, que ficássemos vivendo juntos! Não sei como não me propões casamento! — Ah! Agora não me enxergo! Agora eu não presto para nada! Porém, quando você precisou de mim não lhe ficava mal servir-se de meu corpo e aguentar a sua casa com o meu trabalho! Então a negra servia pra um tudo; agora não presta pra mais nada, e atira-se com ela no monturo do cisco! Não! Assim também Deus não manda! Pois se aos cães velhos não se enxotam, por que me hão de pôr fora desta casa, em que meti muito suor do meu rosto? Quer casar, espere então que eu feche primeiro os olhos; não seja ingrato! João Romão perdeu por fim a paciência e retirou-se da sala, atirando à amante uma palavra porca. (AZEVEDO, 2012, p. 210).

A explicação para tal passagem tem a ver com a ideologia do autor que não se sustentou na realização da trama, pois Bertoleza estava totalmente passiva e submissa até esse momento da narrativa. Logo, a retomada de consciência de Bertoleza foi necessária para manter a tensão e o conflito no romance.

Retomando a narrativa, Bertoleza fica desconfiada e com medo de ser assassinada. Conforme descrito acima, a consciência do que está acontecendo e do que está por vir poderia levá-la a fugir ou aconselhar-se com outros moradores do cortiço. Isso, porém, não acontece. Para o narrador, deve prevalecer a resignação da personagem. Aqui temos o conceito inabalável do escravo coisa:

A infeliz vivia num sobressalto constante; cheia de apreensões, com medo de ser assassinada; só comia do que ela própria preparava para si e não dormia senão depois de fechar-se a chave. À noite o mais ligeiro rumor a punha de pé, olhos arregalados, respiração convulsa, boca aberta e pronta para pedir socorro ao primeiro assalto. No entanto, em redor do seu desassossego e do seu mal-estar, tudo ali prosperava forte em grosso, aos contos de réis, com a mesma febre com que dantes, em torno da sua atividade de escrava trabalhadeira, os vinténs choviam dentro da gaveta da venda. (AZEVEDO, 2012, p. 210).

Elucidando o trecho acima, mostraremos outra publicação do período que fala dos negros: *História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, 1888. Tal publicação é considerada por muitos como a primeira obra de cunho científico no Brasil. Sílvio Romero também acredita nas teses raciais e no branqueamento da nação como solução para seus males. A visão de Aluísio Azevedo, na figura do narrador, reconhecendo que o escravo negro construíra com seu trabalho a riqueza do país é semelhante à de Sílvio Romero, já mostrada por nós. Ambos tinham ideias naturalistas:

O meio não funda uma raça; pode modificá-la e nada mais. Deve-se, neste assunto, contar com o fator humano, isto é, com uma força viva prestes a reagir contra todas as pressões por intermédio da cultura. Não contesto a ação dos meios e das raças, que é um achado definitivo doravante na ciência. Imponho-me somente algum cuidado no manejo de meu assunto: a literatura pátria. O povo brasileiro é um grupo étnico estreme e característico, ou é uma determinada formação histórica? Nem uma nem outra coisa, respondo resolutamente. Não é um grupo étnico definitivo; porque é um resultado pouco determinado de três raças diversas, que ainda acampam em parte separadas ao lado uma da outra. Não é uma formação histórica, uma raça sociológica, repetindo a palavra de Laffitte, porque ainda não temos uma feição característica e original. Temos, porém os elementos indispensáveis para tomar uma face étnica e uma maior coesão histórica. Quando se trata de caracterizar a nação brasileira, é claro que não deve ser no ar, fantasticamente, e sim em relação ao povo de que ela principalmente descende e diante daqueles que a cercam. Se o povo português não se distingue etnologicamente do espanhol, nós temos elementos para separarmos-nos consideravelmente do nosso ascendente europeu e dos povos vizinhos que nos cercam. A raça ariana, reunindo-se aqui a duas outras totalmente diversas, contribuiu para a formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia. A introdução do elemento negro, não existente na maior parte das repúblicas espanholas, habilita-nos, por outro lado, a afastar-nos destas de um modo bem positivo. (ROMERO, 1960, p. 99-100).

Mais adiante em sua obra, Romero (1960) fala sobre o negro de forma mais acentuada, já que está falando dos povos mestiços. Temos então o reconhecimento por parte do autor em relação à contribuição dos povos negros para formação do Brasil, mas a contribuição é dada pelo trabalho duro (escravo), pela subserviência e por sua adaptação rápida ao mundo dos brancos. (ROMERO, 1960, p. 119-120).

A ideia de Sílvio Romero sobre o negro brutal, submisso, robusto, talhado para o trabalho árduo, é muito parecida com a caracterização de Bertoleza pelo narrador do romance, que se pretende menos impiedoso com o negro.

Retornando ao romance, no último capítulo, temos, então, o fim de Bertoleza. João Romão vai restituí-la à escravidão. Ele encontra seu verdadeiro dono

com a ajuda de um amigo. Esboça até um pequeno remorso, mas o amigo o anima, e fica subentendido o vínculo *negro/ escravo*:

[...] Fica livre dela para sempre, e daqui a dias estoura o champanha do casório! – Mas... – Ela há de choramingar, fazer lamúrias e coisas, mas você põe-se duro e deixe-a seguir lá o seu destino! ... Bolas! Não foi você que a fez negra! ... (AZEVEDO, 2012, p. 219).

Bertoleza reconhece o filho de seu senhor e, ao ver que não havia outra saída, suicida-se:

A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar. Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado. E depois emborcou para a frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue. João Romão fugira até ao canto mais escuro do armazém, tapando o rosto com as mãos. (AZEVEDO, 2012, p. 221-222).

Bertoleza morre por si mesma, outra alusão ao destino dos ex-escravos no Brasil, ao deixar a “raça inferior” livre, eles não terão como sobreviver no mundo melhor “adaptado” para os europeus brancos, logo, morrerão por si, pois estão condenados a desaparecer. Tendo em vista a trajetória da personagem no romance, a ideia de seu desaparecimento e seu suicídio, fica subentendido o recado das teses raciais.

Apesar de ser uma característica do naturalismo, a animalização final da personagem também é passível de reflexão, pois, a animalização do diferente foi uma prática bastante comum realizada por estudiosos em nome do progresso científico no Brasil e no mundo.

Para muitos críticos, o romance deveria terminar com a cena acima descrita,²¹ no entanto, o autor acrescenta mais um parágrafo:

Nesse momento parava à porta da rua uma carruagem. Era uma comissão de abolicionistas que vinha, de casaca! Trazer-lhe respeitosamente o diploma de sócio benemérito. Ele mandou que os conduzissem para a sala de visitas. (AZEVEDO, 2012, p. 222).

Esse último parágrafo é essencial para compreendermos melhor o que foi o abolicionismo no Brasil e seus principais agentes. Segundo Mérian (2013), o

²¹ Ver Jean-Ives Mérian: *Aluísio Azevedo: vida e obra*.

romance foi publicado no dia 13 de maio de 1890, dois anos após a assinatura da Lei Áurea. O biógrafo diz que muitos leitores ficaram chocados com o final trágico da escrava juntamente com a entrega do diploma a João Romão. O autor acredita que a última cena do romance teve por finalidade desmistificar certos abolicionistas e lembrar que os oportunistas e hipócritas de plantão não eram raros naquele período²².

A seguir, faremos um paralelo entre o romance, a personagem escravizada Bertoleza e a visão de autores que trabalharam, em diferentes épocas, a temática da escravização e do abolicionismo no Brasil.

3.1 As visões do negro em tempos de abolicionismo

A personagem Bertoleza está diretamente relacionada com a questão da escravidão no Brasil e sua abolição. O autor do romance, Aluísio Azevedo, trabalhou no jornal de José do Patrocínio, um dos principais abolicionistas da época, além de escrever peças teatrais em parceria com Emilio Rouède, um fanático pela causa abolicionista.²³ O romance *O Cortiço* se passa no período final do regime escravocrata, que, no Brasil, durou quase 400 anos.

De acordo com Carvalho (2012), no Brasil, de 1500 a 1822, os efeitos da colonização deixaram uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista. No advento da Independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. A escravidão foi o fator que mais negativamente influenciou a consolidação da cidadania no Brasil. Por outro lado, o ambiente urbano que se construiu no Brasil contribuiu decisivamente para afrouxar os controles sociais, sobre a população escrava, diminuindo o poder latifundiário até então dominante. Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI, e a importação continuou ininterrupta até 1850, ou seja, 28 anos após a independência. A estimativa é de que tenham entrado, até 1822, na colônia, cerca de três milhões de escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo. Apesar da concentração dos escravos nas áreas de grande agricultura exportadora e de mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas; nas cidades, eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam

²² Idem. p. 529.

²³ Ver MENEZES, Raimundo de. *Aluísio de Azevedo: uma vida de romance*. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1957.

os filhos das sinhás, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Nas ruas, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, os escravos eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas, e alguns eram alugados até mesmo para mendigar. Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos quando podiam (CARVALHO, 2012, p. 18,19 e 20).

Diferentemente dos Estados Unidos, onde a escravidão seu deu apenas nos Estados do Sul do país e um escravo estaria livre indo para o norte. No Brasil, não havia como fugir da escravidão. Os escravos distribuíam-se de maneira desigual pela nação, havia escravos no país inteiro, em todas as províncias, no campo e nas cidades. Não existiam linhas geográficas separando a escravidão da liberdade. A escravidão estava tão enraizada na sociedade brasileira que nunca foi colocada seriamente em questão até o final da guerra contra o Paraguai. Os escravos que fugiam organizavam quilombos, muitos de longa duração, como o mais famoso deles, o de Palmares, situado hoje no Estado de Alagoas. Contudo, via de regra, esses quilombos duravam pouco tempo, eram logo atacados por forças do governo ou de particulares. Aqueles que duravam mais tempo acabavam estabelecendo relações com a sociedade circundante, e esta sociedade era escravista. (CARVALHO, 2012, p.48).

As lutas dos negros contra a escravidão somente são relatadas por vários autores pela formação de quilombos²⁴. Ressaltamos que a sobrevivência à instituição já é uma forma de resistência. Resistir à escravidão é o mesmo que resistir ao trabalho. Logo, o escravo precisava ser um mau trabalhador para não ser um bom escravo. Relaxamento, desleixo, a subserviência fingida, a sabotagem, o mau trato com as ferramentas, com as plantações e com os animais mostram outras formas de resistência, qualificada pelos senhores como algo a ser combatido nos negros.

²⁴ A origem da palavra quilombo não é unânime entre os autores, uns acreditam ser uma palavra de origem africana que significava esconderijo. Outros acreditam ser derivada da palavra *canhambola*, palavra indígena que significava aquele que vive no mato. Tal palavra era utilizada pelos índios brasileiros quando encontravam um escravo fugitivo pelas matas com aparência desumana, devido ao fato de estar só durante muito tempo perambulando na floresta.

Futuramente, essa gama de adjetivos foi utilizada para diferenciar o trabalho dos negros dos brancos nas sociedades pós-abolição. O banzo também era outra forma de resistência. Tal expressão denominava a depressão do escravo que se recusava a trabalhar, a comer e a obedecer, não raramente, definindo até a morte. Atitude esta interpretada como forte resistência ao ambiente hostil e estranho ao qual era submetido o africano recém-chegado da África. Nessas condições, o escravo não se identificava com o espaço físico, e nem com a opressão exercida pelo branco. O suicídio, que era desconhecido no continente africano, também foi utilizado pelos escravos como forma de fuga da escravização. Os que cometiam suicídio acreditavam que seus espíritos retornariam à África. Outra forma de resistência era o aborto ou até mesmo a sacrifício de crianças praticado pelas mães a fim de evitar futuros sofrimentos. Violência individual contra feitores e senhores nas regiões de plantações ocorriam de forma mais rara, mas no final da instituição a destruição de engenhos e de fazendas era recorrente. O desejo de destruição dos brancos manifestava-se, muitas vezes, por símbolos e rituais. Como forma de resistência e rebeldia coletiva por parte dos escravos, temos as práticas religiosas que ocorriam nas senzalas, nas fazendas e nos “terreiros nas cidades”. Alguns rituais que surgiram em África acabaram ganhando contornos de arte marcial no Brasil, como é o caso da capoeira, que será tratada mais adiante nesta dissertação. (GENNARI, 2008, p. 30-31).

Sobre o movimento abolicionista, Carvalho (2012) diz que foi um dos movimentos políticos que indicavam um início de cidadania ativa. Tal movimento ganhou força a partir de 1887. Era um movimento nacional, predominantemente urbano. Foi forte tanto no Sul como no Norte do país e envolveu pessoas de várias camadas sociais, membros da elite, como Joaquim Nabuco, jornalistas, pequenos proprietários, inclusive os próprios escravos. Seu foco principal era a luta por um direito civil básico, a liberdade. No entanto, após a abolição, o abolicionismo se acabou e não prosseguiu a luta, como queria André Rebouças²⁵, para quem a abolição era apenas o primeiro passo na transformação dos ex-escravos em cidadãos (CARVALHO, 2102, p.65-66).

O médico-professor viajante Louis Couty, que residiu no Brasil na época em que os abolicionistas mais atuaram, também foi amigo de André Rebouças. O

²⁵ André Rebouças foi um ilustre negro abolicionista da Corte. Vindo de família abastada de políticos baianos, foi o único a pensar um projeto político e econômico para os negros após a abolição. Amigo da família real, exilou-se com o imperador na Europa após a Proclamação da República.

médico, em uma carta enviada ao senador e abolicionista francês Victor Schoelcher, afirmava em 1884 que “no Brasil quase todo indivíduo é abolicionista, porque o abolicionismo agora faz parte dos costumes”. (CUTY, 1984, p. 188). Em seguida, na mesma carta, ele faz considerações sobre o comportamento dos abolicionistas brasileiros afirmando que:

Num país em que o escravo fornece ainda maior parte do trabalho produtivo agrícola, a dificuldade da situação atual vem da certeza de que o alforriado quase sempre deixará de trabalhar; e esta dificuldade é tão bem compreendida pelos abolicionistas idealistas que jamais ousaram propor, Excelentíssimo Senador, uma abolição imediata como a que o senhor deseja. A maioria dos abolicionistas do Brasil se preocupa pouco com direitos metafísicos ou com princípios espiritualistas difíceis de definir. (CUTY, 1984, p. 189).

Célia Maria Marinho de Azevedo (2003) analisa o tema da abolição, comparando sua ocorrência no Brasil e nos Estados Unidos. A autora estuda os abolicionistas desses dois países e suas diferenças. Azevedo (2003) analisa os abolicionistas brasileiros que viviam na Corte, em sua maioria, o que nos ajudou a tirar algumas conclusões que serão apresentadas adiante em relação à nossa análise do romance *O Cortiço*. Vale ressaltar que o movimento abolicionista foi nacional e possuía diversas correntes de pensamento e ação.

Azevedo (2003) aponta que a campanha abolicionista nos Estados Unidos se deu continuamente por mais de três décadas e terminou em 1865 após uma sangrenta guerra civil que dizimou aproximadamente seiscentas mil pessoas. Já no Brasil, a campanha abolicionista não foi tão intensa em relação ao tempo, e a lei da abolição se deu de forma pacífica e foi comemorada de diferentes formas em todo o território nacional (AZEVEDO, 2003, p. 16).

Comparando aspectos ideológicos do abolicionismo nos dois países, a autora aponta quatro elementos fundamentais que os distinguiram. Em primeiro lugar, os caminhos da independência de cada país. A vitória republicana nos Estados Unidos depois de uma revolução e a vitória da Coroa portuguesa no Brasil por meio de um acordo pacífico forneceram diferentes modos de pensamentos sobre identidade nacional, igualdade social e política e a cidadania pensada pelos abolicionistas desses dois países. Em segundo lugar, temos a amplitude da escravidão em cada país. Tal fato fez com que os abolicionistas pensassem os problemas da escravidão, trabalho livre, abolição e suas consequências, além da relação pessoal entre negros de origem africana e brancos de origem europeia. No Brasil, a escravidão permeou todo o

território nacional, já nos Estados Unidos, a escravidão teve uma distribuição desigual e, após a era revolucionária, ocorreu somente nos Estados sulistas. A população negra nos dois países também contrastava em relação à quantidade. Enquanto no Brasil ela era maioria nos anos 1880, nos Estados Unidos, era minoria. Em terceiro lugar, a autora faz menção à questão da imigração europeia nos dizendo que, nos Estados Unidos, existiam imigrantes europeus de várias etnias por toda parte. No Brasil, a imigração europeia em massa se deu praticamente apenas no final do século XIX justamente incentivada por causa da escravidão e sua iminente abolição. Em quarto lugar, a autora reflete sobre as posições religiosas diferentes, adotadas pelos dois países, no que diz respeito ao processo de povoamento. O protestantismo nos Estados Unidos e o catolicismo no Brasil, assim como suas diferentes relações com as religiões africanas, também deram tons diferentes nos discursos abolicionistas de cada nação. As éticas distintas entre os abolicionistas norte-americanos e brasileiros quanto às relações humanas também são frutos de diferentes combinações de teorias religiosas, humanísticas e científicas praticadas pelos dois países em análise (AZEVEDO, 2003, p. 25-26).

Seguindo o pensamento de Azevedo (2003), vamos atentar em sua comparação a partir dos escravos, ou seja, como era a imagem do escravo nos dois países. Tal explanação ajudará na compreensão da representação do escravo no romance *O Cortiço*. Os abolicionistas norte-americanos tinham a imagem do escravo como um irmão da família humana, já os brasileiros, como um perigo dentro da família brasileira, um inimigo doméstico para o senhor. Se, por um lado, os norte-americanos abolicionistas tinham e difundiam a ideia de que o senhor era o inimigo do escravo, no Brasil, os abolicionistas diziam que o escravo é quem era inimigo do senhor. José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos primeiros abolicionistas no Brasil, afirmava que:

A existência dos escravos, e o que é mais fatal à civilização, a sua continuada importação d'esses sertões d'África, perpetua a ignorância, a apatia de uma classe numerosa de nossos cultivadores, e torna impossível desbastar os erros, que na agricultura tem introduzido a rotina cega dos tempos passados. O escravo não tem interesse algum no aperfeiçoamento... Mas si o escravo é capaz de algum melhoramento, não é o de certo o africano, cujas faculdades intelectuais foram embotadas pela vida selvática, que passou na terra natal, e cujas disposições resistem a toda a espécie de civilização. (SILVA, 1840 *apud* Azevedo, 2003, p.110).

Essas ideias permeavam as relações entre senhor e escravo, e, no caso do abolicionismo brasileiro, a autora afirma que a crítica à escravidão não significava uma completa ruptura com a ideologia dominante escravista.

Azevedo (2003) destaca o fato de que o “Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão” afirmava que os homens sem liberdade são privados da própria natureza humana. Para a autora, estava implícito que, para os abolicionistas brasileiros, os escravos se assemelhavam a bestas humanas (AZEVEDO, 2003, p. 103).

A ideia de animalização do homem, (no caso, o escravo) estava presente nos abolicionistas brasileiros pelo fato de os mesmos estarem contaminados pelas ideias do naturalismo positivista.

Azevedo (2003) nos diz que, no Brasil, o problema principal para os abolicionistas era garantir uma transição suave da escravidão ao trabalho livre sem maiores prejuízos para os fazendeiros. Os escravos deveriam tornar-se trabalhadores livres a serviço das fazendas, daí o próprio jornal de José do Patrocínio sugerir, em 1887, a escolha entre “salvar tudo” ou “perder tudo”, isso a menos de seis meses da decretação da Lei Áurea. Para a autora, o salvar tudo significava colonizar o liberto, transformar o escravo, aos poucos, em trabalhador livre, combinando disciplinarização e pagamentos de salários. A ideia de perder tudo, então, seria deixar os escravos encontrarem o próprio caminho para se livrar da escravidão, como já vinha acontecendo, fugindo e conquistando a liberdade por si mesmos. Nenhum dos ex-abolicionistas brasileiros propôs qualquer tipo de reparação para os escravos libertados e seus descendentes. Eles “atacaram o privilégio e a injustiça, mas não conseguiram visualizar o futuro do país sobre uma nova base, incluindo-se medidas sociais que beneficiassem os libertos”.

Azevedo (2003) acredita que tal fato ocorreu pela ausência de uma profundidade moral com fundamentos religiosos protestantes no Brasil como ocorreu nos EUA. (AZEVEDO, 2003, p. 201-202). A autora explica adiante tal formulação:

Os abolicionistas brasileiros pertenciam ao mundo de uma pequena classe governante imbuída de uma cultura europeia. Não havia conexões entre eles e a imensa população circundante de ascendência africana, a não ser aqueles que diziam respeito às relações cotidianas de trabalho, aos negócios, em geral, e às obrigações impostas por uma hierarquia social. Os abolicionistas brasileiros não demonstravam empatia pelo catolicismo negro, pelas religiões africanas, ou pela cultura afro-brasileira em geral. Enquanto pessoas formadas pelos princípios iluministas, os abolicionistas reconheciam a injustiça da escravidão, mas este reconhecimento não se traduzia em

simpatia pelos escravos e seus descendentes. Além disso, nunca lhes faltava a certeza proclamada pelos viajantes e abolicionistas estrangeiros de que o Brasil era um país excepcional por sua tolerância em relação aos negros. Assim eles concluíram rapidamente que o Brasil estava pronto para se tornar um paraíso racial tão logo a escravidão fosse abolida (AZEVEDO, 2003, p. 203-204).

Sobre a abolição, Schwarcz (2007) constata que, na década de 1880, esse assunto pautava todos os debates, sendo tratado de duas maneiras: uma era a afirmação da ordem e controle por parte das elites brancas no processo de libertação dos escravos, e a outra era o estabelecimento, de forma decisiva, da necessidade de submissão e lealdade dos cativos que, paulatinamente, ganhava a liberdade (SCHWARCZ, 2007, p. 26).

A autora analisa vários artigos de jornais paulistas no ano de 1888 e mostra a propaganda feita pelos senhores em relação à submissão e a gratidão dos ex-escravos para com seus antigos senhores em relação à libertação. Assim pouco antes do ato oficial que aboliu a escravidão, uma série de matérias fazia da libertação um ritual: uma grande festa, na qual desfiles, comícios e festejos celebravam a “boa e meritosa” ação dos senhores brancos, com a participação quase passiva dos negros. Além disso, se os antigos proprietários eram sempre nomeados (e devidamente descritos e identificados), seus ex-escravos ficavam no anonimato. Ou melhor, sua condição de escravos ou libertos já definia sua inserção na sociedade e lhes bastava. Aos futuros “cidadãos”, não se dava identificação, porque sua situação de ex-escravos lhes conferia estatuto, lugar e posição. Esses rituais de libertação eram a afirmação da propriedade, ou seja, algo deveria mudar para tudo permanecer como estava. Os libertos não eram vistos como sujeitos da abolição e sim como objetos felizes e contemplados com o troféu da abolição e, em troca desse prêmio, ofereceriam sua gratidão eterna (SCHWARCZ, 2007, p.34-35).

Até mesmo jornais abolicionistas propagavam a notícia de que, com o fim da escravidão, milhares de libertos buscariam empregos nos estabelecimentos rurais, aumentando a oferta e diminuindo os salários, o que seria excelente vantagem para os fazendeiros (AZEVEDO, 2003, p.200).

Mesmo após a abolição, e na República que se instaurava, o que se tentou estabelecer foi o pensamento de que os escravos teriam sido libertados por um ato particular, seja da princesa Isabel, seja de seus proprietários. É como se o ato da abolição virasse um tema da intimidade e das relações pessoais, fugindo da agenda

pública e do próprio exercício da cidadania. Dos escravos, esperava-se gratidão e sua permanência junto aos seus proprietários, logo, a cidadania propalada pela nova República não aconteceria de fato (SCHWARCZ, 2007, p.49).

As elites fizeram de tudo para transformar a abolição e o processo de libertação dos negros, que já vinha acontecendo devido às fugas em massa, rebeliões e assassinatos dos senhores,²⁶ em algo sem nenhuma participação dos negros, suprimindo suas lutas pelos seus direitos de liberdade. Vale lembrar que um dos poucos membros da Elite que admitiu a abolição via luta dos escravos, naquele momento, foi Rui Barbosa com sua frase: “Não havia mais nada a ser feito”. Rui Barbosa, ao proferir tal frase no momento da Abolição, reconhecia que nada poderia conter a convulsão social que exigia o fim da escravidão.

Outra autora que trabalha a abolição é Emília Viotti da Costa (2008), ela nos mostra todo o processo da assinatura da lei áurea analisando a questão como um todo e não apenas como um ato único.

A autora afirma que o Brasil era o último país do mundo ocidental a eliminar a escravidão e continua:

Os ex-escravos foram abandonados à própria sorte. Caberia a eles, daí por diante, converter sua emancipação em realidade. Se a lei lhes garantia o status jurídico de homens livres, ela não lhes fornecia os meios para tornar sua liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativeiro haviam criado. A lei Áurea abolia a escravidão, mas não o seu legado. Trezentos anos de opressão não se elimina com uma penada. A abolição foi apenas um primeiro passo na direção da emancipação do negro. Nem por isso, deixou de ser uma conquista, se bem que de efeito limitado. (COSTA, 2008, p. 11-12).

A autora de modo ensaístico trata do tema da abolição, suas causas e seus principais personagens, ilustres ou anônimos. Costa é uma das poucas que dá ênfase aos escravos, ex-escravos, livres e libertos no papel da abolição da escravatura. Indo de encontro àqueles que apenas julgaram relevante no processo o papel de abolicionistas famosos como Joaquim Nabuco, Antonio Rebouças, José do Patrocínio, entre outros.

Em relação ao movimento abolicionista e os nomes citados acima, a autora afirma que os abolicionistas tinham muitas coisas em comum, apesar de suas origens sociais serem distintas. Todos eles pertenciam mais ou menos a uma geração, que

²⁶ Ver Emília Viotti da Costa. *A Abolição*.

se iniciou publicamente na década de 1870, no período de ostracismo do partido Liberal e quando o movimento reformista ganhou vitalidade. Todos foram afetados de certa forma pelo discurso reformista dessa época que respondia as transformações econômicas e sociais ocorridas na segunda metade do século e devido à crise política iniciada em 1868 com a queda do gabinete Zacarias. Ela ainda afirma que todos eles foram afetados pelos rumos da política e que os abolicionistas também mantiveram com as oligarquias uma relação ambígua. Unanimemente, todos eles condenavam o “atraso e a ignorância” da sociedade brasileira e se identificaram com a causa do “progresso e da civilização” europeia. Fazendo-se abolicionistas, eles se faziam portadores do “progresso” no Brasil. A autora destaca não somente os abolicionistas famosos, mas também enfatiza o papel desempenhado por um sem-número de indivíduos brancos, negro e mulatos, livres e escravos que lutaram anonimamente pela abolição. (COSTA, 2008, p. 109-110).

Costa (2008) também menciona as sociedades secretas que instigavam a fuga de escravos nas fazendas, faziam propaganda na imprensa e instigavam também as rebeliões escravas, como os Caifazes em São Paulo e o Clube do Cupim em Recife. A autora afirma que faltam estudos sobre organizações como estas em outras regiões do Brasil. (COSTA, 2008, p. 111).

Segundo a autora, os Caifazes foram organizados por Antônio Bento, filho de um farmacêutico, nascido em São Paulo, em 1841. Bento foi juiz de paz e juiz municipal. Seguindo os passos de Luís Gama, sempre defendeu os escravos, inclusive nos cargos em que ocupou. Participou do movimento abolicionista e organizou uma sociedade secreta com sede na confraria dos homens negros da Igreja Nossa Senhora dos Remédios em São Paulo. Se reuniam ali pessoas das mais diversas camadas da sociedade: negociantes, farmacêuticos, advogados, jornalistas, operários, artesãos, cocheiros e estudantes.

No jornal de sua propriedade, *A Redenção*, conclamava o povo a combater a escravidão a partir dos meios que dispunham. Os Caifazes denunciavam as mazelas da escravidão e defendiam na justiça a causa dos escravos. Faziam atos públicos em favor deles, coletavam dinheiro para alforrias e protegiam escravos fugidos. Eles também perseguiram os capitães do mato, sabotavam ações policiais e

denunciavam os desmandos dos senhores, colocando-os contra a opinião pública. Por meio da imprensa, mantinham a população constantemente mobilizada.

A autora ainda mostra que os Caifazes operavam tanto na Capital São Paulo, como no interior da província, instigando os escravos a fugir, fornecendo-lhes os meios, protegendo-os durante a fuga. Eles retiravam os escravos das fazendas e os empregavam em outras como assalariados, além disso, levavam-nos a pontos seguros, onde poderiam escapar à perseguição de seus senhores. O famoso Quilombo do Jabaquara, que se formou nos arredores da cidade Santos, era o destino mais frequente desses escravos fugidos com o auxílio dos caifazes. Este quilombo chegou a reunir mais de 10 mil escravos foragidos. A autora acredita que situações como essa ocorreram em outras partes do Brasil. (COSTA, 2008, p. 111-112).

Seguindo a explanação de Costa (2008), o abolicionismo deu uma nova dimensão à revolta do escravo. Deu a ele uma nova percepção de si mesmo além de criar uma opinião pública mais favorável ao escravo. Tornou a escravidão um crime e absolveu o crime do escravo. Fez do senhor um algoz e do escravo uma vítima. Se os escravos encontraram juízes e advogados dispostos a defendê-los, era graças ao abolicionismo. As mudanças no processo de produção no país ocorridas durante todo o século XIX também contribuíram para que o abolicionismo ganhasse força. Como consequência, as lutas e rebeliões escravas nesse período foram legitimadas, já que, boa parte da população não via a escravidão como algo moralmente justificável. A década de 1880 foi fundamental para o término da escravidão, pois os escravos, instigados pelos abolicionistas, começaram a fugir em número cada vez maior das fazendas, principalmente nas regiões cafeeiras paulistas, onde os abolicionistas eram mais ativos. (COSTA, 2008, p.114-115).

Costa (2008) por exemplo, nos aponta que no período final da instituição escravidão, as demonstrações de solidariedade aos escravos vinham de todos os setores da sociedade, negros livres, libertos, mulheres, homens, imigrantes italianos, portugueses, alemães, e até mesmo os capoeiras. Muitos desses foram detidos pela polícia por instigar e ajudar escravos em sua luta pela liberdade. Até mesmo a própria polícia dava sinais dessa solidariedade, logo, ficou de fato difícil controlar a situação. (COSTA, 2008, p.116-117).

Evidentemente que a maioria dos fazendeiros resistiam o quanto podiam a abolição, pois tal fato significava perda de capital. Os que perceberam que a situação era inevitável trataram então de alforriar seus escravos de forma condicional. Os

escravos eram emancipados, mas assumiam a obrigação de trabalhar em suas fazendas por um período de tempo de até cinco anos. O número de alforrias registradas em apenas um ano foi de aproximadamente 40 quarenta mil. (COSTA, 2008, p.120-121).

A partir dessa sociedade escravocrata, Carvalho (2012) faz considerações sobre cidadania no Brasil e nos diz que as consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista da formação do cidadão, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática (CARVALHO, 2012, p. 53).

A imigração de cunho trabalhista, ocorrida no final do século XIX em massa nas províncias do Sudeste e do Sul do Brasil, fez com que muitos negros, após a abolição, mudassem-se para as províncias do Norte onde mantinham relações e laços familiares. Os imigrantes europeus, por sua vez, possuíam alguns privilégios e proteção proporcionados tanto pelo Estado brasileiro como pelos seus respectivos consulados. Os negros brasileiros não tinham o apoio de nenhuma instituição brasileira, contavam apenas com o apoio deles próprios. Sofriam perseguições da polícia e eram discriminados quando tentavam conseguir emprego. Mesmo as instituições religiosas recusavam-se a educar as crianças negras. Tudo isso influenciou no processo de mudança dos negros para as províncias do Norte em busca de parentes. Foram sobreviver nas províncias mais pobres do país. Os afro-brasileiros perceberam rapidamente que a condição de livre não os libertava da pobreza e da violência (AZEVEDO, 2002, p. 205).

Ainda sobre o tema da abolição, analisamos o conteúdo publicado no mesmo período do romance no livro de João Ribeiro, *História do Brasil: curso superior*, publicado em 1900, é apresentado como um divisor de águas na historiografia: “deixou de ser a história de governadores, vice-reis e imperadores para ser a história natural

do povo brasileiro”, segundo as palavras do filho de João Ribeiro, Joaquim Ribeiro (1960: III-VI)²⁷.

A abolição é considerada nesse livro como revolução. O autor faz uma pequena retrospectiva histórica ao abordar o tema da escravidão, mantém a ideia de que a iniciativa de libertar os escravos foi dos senhores, e, sobre o papel dos negros no processo, ele apenas faz menção a algumas fugas:

O Ceará e o Amazonas em 1884 já libertam os seus por iniciativa privada, agricultores do Sul e do Norte também dão o exemplo e libertam os seus escravos. E em alguns lugares os escravos abandonam o trabalho. (RIBEIRO, 1954, p. 407).

Em seguida, o autor comenta a recusa do exército em perseguir os escravos fugidos e demonstra que a emancipação se deu por meio da aliança entre alguns fazendeiros e a princesa Isabel:

O exército nacional se recusa a perseguir os escravos fugidos e a princesa Isabel através de novo gabinete, desta vez chefiado pelo senador João Alfredo e Antonio Prado, este um grande fazendeiro que emancipou seus escravos. Na tribuna da câmara, notável abolicionista recebia o ministério, dizendo que deste momento em diante cessava a voz dos partidos e a proposta da lei da abolição imediata foi aprovada com quase unanimidade pela nação. (RIBEIRO, 1954, p. 408).

Logo após, o autor comenta as consequências da Lei Áurea:

Entretanto, essa lei, mais que todas humanas e cristã, ameaçava o trabalho e feria gravemente os interesses dos agricultores: ainda havia no Brasil mais de setecentos mil escravos que representavam o valor aproximativo de quinhentos mil contos. A humanitária reforma produziu, pois, inúmeros descontentes entre aqueles, que representando a fortuna pública, eram por isso mesmo os esteios da monarquia conservadora, instituição a custo tolerada pela população das cidades e mal sofrida pelos exaltados e radicais que estavam quase todos, como era natural, entre os abolicionistas. (RIBEIRO, 1954, p. 408).

Apesar de seu livro se apresentar como proposta histórica diferente da historiografia oficial, podemos inferir, a partir do trecho acima, que o sentimento de justiça do abolicionismo brasileiro era sempre matizado pelo catolicismo. Por isso, a ideia de dívida se faz presente, e não de igualdade, direito ou cidadania. Ribeiro (1954) faz poucas menções à participação dos negros no processo da abolição. Isso

²⁷ Ver ROCHA JUNIOR, R. A. João Ribeiro entre História, Gramática e Filologia. Revista Philologus, v. 12, p. 7, 2006. In: <<http://www.filologia.org.br/revista/36/06.htm>>. acessado em 29/06/2014.

mostra a eficácia da propaganda divulgada pelas elites no período. Dessa forma, a revolução que ele diz ter sido a abolição teria sido feita pelas classes dominantes.

Abdias Nascimento (1998) após 110 anos da assinatura da lei Áurea, faz uma reflexão para o 13 de maio e os acontecimentos acima citados:

(...) Foi assim que chegamos ao 13 de maio de 1888, quando negros de todo o País – pelo menos nas regiões atingidas pelo telégrafo – puderam comemorar com euforia a liberdade recém-adquirida, apenas para acordar no dia 14 com a enorme ressaca produzida por uma dúvida atroz: o que fazer com esse tipo de liberdade? Para muitos, a resposta seria permanecer nas mesmas fazendas, realizando o mesmo trabalho, agora sob piores condições: não sendo mais um investimento, e sem qualquer proteção na esfera das leis, o negro agora era livre para escolher a ponte sob a qual preferia morrer. Sem terras para cultivar e enfrentando no mercado de trabalho a competição dos imigrantes europeus, em geral subsidiados por seus países de origem e incentivados pelo Governo brasileiro, preocupado em branquear física e culturalmente a nossa população, os brasileiros descendentes de africanos entraram numa nova etapa de sua *via crucis*. De escravos passaram a favelados, meninos de rua, vítimas preferenciais da violência policial, discriminados nas esferas da justiça e do mercado de trabalho, invisibilizados nos meios de comunicação, negados nos seus valores, na sua religião e na sua cultura. Cidadãos de uma curiosa “democracia racial” em que ocupam, predominantemente, lugar de destaque em todas as estatísticas que mapeiam a miséria e a destituição²⁸.

Pelo que temos até aqui, a escravidão não cessou com a abolição. Pelo contrário, O 13 de maio foi um dia que ainda não terminou para muitos afrodescendentes brasileiros. A cegueira positivista, pautada no progresso e atraso nacional, também colaborou para eliminar qualquer proposta de reparação voltada para os ex-escravos e seus descendentes. O racismo manteve a população negra nas esferas mais inferiores da sociedade.

No que diz respeito à República, são importantes para este trabalho as explanações de Angela Maria de Castro Gomes. Ela se apoia no trabalho de Lobo, para explicar que:

A cidade do Rio de Janeiro, dada a sua situação de capital federal e de maior cidade do país, se tornara um microcosmo muito especial. A República foi proclamada no bojo de transformações socioeconômicas profundas que traduziram na diluição das relações sociais fundadoras de uma ordem do tipo senhoria, lançando o país num processo de construção de novas relações sociais, agora determinadas pelo valor mercantil do dinheiro. Estas novas relações – muito pouco estáveis se colocadas frente ao modelo tradicional— experimentavam além disso um momento de particular flutuação devido à

²⁸ Discurso proferido pelo Senador Abdias Nascimento por ocasião dos 110 anos da abolição no Senado Federal em 13 de maio de 1998. In: <<http://www.senado.gov.br/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=226669>>.

política econômica do chamado encilhamento. (LOBO, 1976 *apud* GOMES 1998, p. 36 - 37).

Em seguida, ela cita Sevcenko (1983) e diz que para os que já se afiguravam como críticos da forma como o novo regime estava sendo implantado, a nova sociedade, com suas fronteiras sociais fluidas, era pouco orientada por regras morais e por isso mesmo capaz de prestigiar rápidos e pouco lícitos enriquecimentos. Homens rudes, movidos pela cobiça e pelo egoísmo, ocupavam espaços antes inimagináveis, sugerindo projetos muito pouco nítidos de igualdade e de oportunidade, de democracia, enfim, de República. Evidentemente o Rio era um campo especial para tais observações, por sua menor dependência da estrutura agrária do país e pela facilidade de acesso à mobilidade social própria de uma grande cidade (SEVCENKO, 1993 *apud* GOMES, 1998, p. 37).

A autora também cita a publicação de 1890, do jornal *A Voz do Povo* no tocante ao significado de República. Anunciando “novos horizontes ao povo brasileiro”, ela se instaura como uma “revolução pacífica, verdadeiramente sublime” em seus princípios e sua forma. A Monarquia do Brasil fora “abatida” pela “avalanche da evolução” que “arrastou-a até a beira do abismo”, liquidando-a tranquilamente. A República era o reverso da Monarquia, diagnosticada como a “era do tradicionalismo”, isto é, dos privilégios e preconceitos aristocráticos. No interior dessa tradição tacanha, férrea e imoral, o operário não passava de simples representação do servo da gleba, que foi sempre o indivíduo ignaro das sociedades aristocráticas, sem valor moral, sem representação social, sem vontade, sem direitos e sem razão. Seguindo a publicação do mesmo jornal, o grande sentido da República era abrir as portas da existência ao trabalhador brasileiro. A operação implicava inverter os sinais pelos quais a categoria trabalho era identificada na sociedade de então. O trabalho não mais poderia ostentar o sinal da desgraça e do atraso, como acontecia na escravidão. O trabalho, e em decorrência aqueles que trabalham (os proletários) eram as forças preponderantes na sociedade, seus elementos de prosperidade, de riqueza e progresso. (GOMES, 1988, p. 40).

Sobre o ponto de vista narrativo do romance *O Cortiço*, atentamos para a análise de Antonio Candido, citada anteriormente, que, ao contrário do que diz o jornal analisado por Angela Maria de Castro Gomes, mostra que o romance adota uma visão negativa do trabalho e nivela por baixo portugueses brancos, brasileiros brancos e negros. “O Trabalho, repita-se, horrivelmente derogatório aos olhos do brasileiro,

traduzindo-se para ele numa espécie de animalização do português trabalhador”. (CANDIDO, 1991, p. 115).

3.2 Bertoleza e sua incongruência: sujeito histórico, personagem fictícia

Aluísio Azevedo inicia o romance com a personagem negra Bertoleza totalmente independente. Ela possuía uma quitanda e quase todo o pecúlio para a compra de sua alforria. Em seguida, a personagem torna-se amante de João Romão, e mesmo julgando-se alforriada, torna-se máquina de trabalho dele, submissa e resignada. Pouco antes do fim do romance, Bertoleza toma consciência dos fatos novamente, entende que, se não fosse ela, João Romão não teria se tornado rico comerciante que era. Esse, aliás, é o aspecto mais positivo da personagem. Porém após expor sua situação, não faz nada para mudá-la e acaba se matando para evitar sua restituição ao cativo.

A personagem no romance pode ser explicada pelo fato de que Aluísio Azevedo, naturalista exaltado, baseou sua personagem fictícia em um sujeito histórico. O ponto de partida da criação da personagem, escrava quitandeira que junta dinheiro o suficiente para comprar a própria alforria, baseia-se na observação. Entretanto, o desenvolvimento da personagem no romance, marcado pela submissão, parece ter-se baseado em uma visão ideológica sobre o negro, influenciada pelas teses raciais da época.

O autor, portanto, parte de uma figura existente, mas a desenvolve de maneira incongruente, ao projetar sobre ela uma visão preconcebida. No final, esse desenvolvimento não se sustenta e a personagem retoma a consciência, fazendo surgir a tensão e o conflito no romance.

A falsidade da personagem aparece no desenvolvimento dela como submissa contrastando com a consciência de si que ela tem no começo e no fim do romance. Dentro da narrativa temos indicações desse desenvolvimento ideológico, não somente nas comparações com a realidade, o desenvolvimento dela é incongruente mesmo ficcionalmente.

Bertoleza não participa de sua própria vida e a ideia que ela tem da mesma vem de seu proprietário, no caso João Romão. Ela não se relaciona e não fala com

mais ninguém além de João Romão até o fim do romance, e o narrador é quem sempre fala por ela.

Analisando pelo lado da cidadania, temos a personagem negra como realmente uma “coisa”. Sua representação em nada contribui para a sua inserção na sociedade. Ela não sai de dentro do Cortiço e mal sai da cozinha durante todo o romance. Comporta-se sempre como escrava mesmo pensando ser livre. Os adjetivos negativos colocados pelo narrador também foram interpretados por nós como estratégia de narrativa que, ao longo do romance, são utilizados de forma insistente, inspirando a ojeriza do leitor. O comportamento de Bertoleza é explicado no romance pelo narrador apenas pelo viés da submissão e da admiração dela pela raça superior.

A pesquisa histórica mostra-nos, por meio de vários autores, que figuras como Bertoleza, quitandeiras, escravas de ganho, existiram em todo o Brasil escravocrata e tiveram papel importante, principalmente nas relações sociais da comunidade negra.

Chalhoub (1990), por exemplo, pesquisou o período final da escravidão, mostrando que a participação dos negros aliados a dispositivos legais pôs em xeque a instituição escravidão, principalmente na Corte. O autor contesta a construção do escravo como coisa, definição intitulada por ele de “teoria do escravo-coisa”. Essa teoria, bastante difundida por outros autores, “defende a ideia de que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores” (CHALHOUB, 1990, p. 249). Seu trabalho é uma tentativa de demonstrar o equívoco de tais análises.

Chalhoub (1990) analisa processos judiciais e criminais do período anterior a 1888 e aponta as maneiras pelas quais os negros protagonizaram suas manifestações de descontentamento, questionamentos e liberdade plena da instituição escravidão. Os escravos se rebelavam contra seus senhores e contra administradores ou negociantes atravessadores no processo de compra e venda de escravos. Na visão dos senhores, os proprietários pareciam quase acreditar que estavam realmente lidando com objetos ou coisas. Dessa forma, o autor vai mostrando a consciência dos escravos, em relação aos seus direitos de liberdade. Processos judiciais como o de Maria do Bonfim que fez de tudo para viver ao lado de sua filha, a escrava de nome Felicidade, cuja liberdade foi comprada através de empréstimos e ajuda mutuas de outras quitandeiras na Corte, mostram como a

solidariedade entre os escravos, forros e libertos era comum na luta anti-escravização. (CHALHOUB, 1990, p. 58).

Para o autor, as últimas décadas da escravidão na Corte foram anos de esperança e de conquista para os negros, e muitos destes souberam tirar proveito das possibilidades de ganho econômicos no meio urbano e tiveram a experiência marcante de conseguir comprar sua liberdade por meio do trabalho árduo e da ajuda dos amigos e familiares. (CHALHOUB, 1990, p. 180).

Hebe Mattos (2013) também analisou as ocupações urbanas nas últimas décadas da escravidão e nos mostra que alfaiates, carpinteiros, lavadeiras, quitandeiras e costureiras travavam complexas relações pessoais, envolvendo alguns escravos, libertos e livres com larga predominância de forros e seus descendentes e estabeleciam verdadeiras comunidades em várias vilas do interior de muitos estados entre eles o Rio de Janeiro, alvo de nossa pesquisa. (MATTOS, 2013, p. 58).

A autora Maria Odila da Silva Dias (1995) também explica a funcionalidade das escravas de ganho na cidade de São Paulo, dizendo que conforme contrato verbal com os senhores elas trabalhavam fora, sem controle ou supervisão direta. Era o caso de mulheres escravas, em geral mais velhas, que moravam sós em quartos de aluguel, com a permissão das donas e se sustentavam e a seus filhos e netos. Deviam às proprietárias, cada semana, uma certa quantia estipulada mais comumente, quatro dias de jornal, guardando os outros para si. É curioso lembrar que a semana de quatro dias era costume arraigado entre as africanas comerciantes da costa ocidental da África, (do Marfim, do Ouro, Congo, Senegal, Daomé). (DIAS, 1995, p.125-126).

Outra informação importante da autora é a questão dos ganhos extras do escravo. Estes eram acordados e respeitados tanto pelo proprietário como pelos usuários de escravos alugados. Esses ganhos extras tanto serviam para a subsistência do escravo como poderia constituir o eventual pecúlio, com qual sonhava comprar sua alforria. A autora ressalta que esses acordos verbais reconheciam tacitamente os ganhos do escravo e o não cumprimento do mesmo levava o escravo a se rebelar. (DIAS, 1995, p.132).

Dias (1995) também cita documentos de 1836 afirmando que já era comum escravos morarem sós, por conta própria ou em quartos alugados pelos próprios senhores e que entre as mulheres negras e pardas, que pareciam como chefe de fogo, (termo utilizado nas Listas Nominativas de Habitantes para designar o domicílio)

muitas eram lavadeiras, caixeiras de vendas, donas de botecos e pequenos armazéns. (DIAS, 1995, p.138).

A autora também aponta, como outros autores, o fato de que os pontos de encontros e de informações dos escravos eram organizados em torno do pequeno comércio clandestino, feitos na maioria das vezes pelas mulheres escravas e forras, vendedoras como Bertoleza e que estas possuíam grande papel na vida comunitárias dos escravos. (DIAS,1995, p. 155). Logo, a personagem não se relacionar com ninguém na trama, a não ser com o português João Romão, estava quase que totalmente fora de cogitação no mundo real, ainda mais se for pela questão da “raça superior” como explicita o narrador. Bertoleza poderia não ser aglutinadora ou socializadora, mas no mínimo o contato com outros escravos ela deveria ter, afinal, para ser quitandeira era essencial esse contato urbano com pessoas de todas as classes, livres, forros, escravos, brancos e brancas pobres, etc. O trabalho de Dias (1995) mostra que as escravas de ganhos possuíam iguais funções em outras cidades escravocratas, o que não era característica particular das que viviam na Corte carioca. Sendo assim, fica difícil pensar num escravo como Bertoleza, naquele período em que a instituição escravidão estava bastante abalada.

Aluísio Azevedo cria a personagem negra e escrava e vai bestializando-a gradativamente no romance até seu desaparecimento. Tal desaparecimento faz alusão às teorias das desigualdades raciais e ao embranquecimento da população brasileira. Aluísio Azevedo conviveu e se relacionou com muitos abolicionistas na Corte carioca e, se, para Célia Maria Marinho de Azevedo (2002), fica evidente que os escravos eram semelhantes a bestas perante a maioria dos abolicionistas, vimos que, para o autor do romance, tal pensamento não era diferente. Aluísio Azevedo falava sobre um mundo diferente do dele, seu imaginário apenas refletia o que as elites também pensavam.



Rugendas

Figura 1- quitandeiras

4. AS PERSONAGENS MISTIÇAS: DESAPARECIMENTO, ANOMIA E BRANQUEAMENTO

4.1 Rita Baiana e Florinda, as mulatas jovens do cortiço.

Discutiremos agora a representação do negro na obra *O Cortiço*, por meio da análise das personagens Rita Baiana e Florinda, ambas tratadas como mulatas no romance. Iniciaremos com a análise da personagem Rita Baiana que, em contrapartida à personagem negra Bertoleza que encarnava o trabalho, representava a mulher sensual e exótica. Ela também é uma das personagens principais do romance e sua história é contada paralelamente à de João Romão e Bertoleza. Na trama, ela é a mulata que se torna amante do português Jerônimo, trabalhador “ideal”, sem vícios e com família nuclear constituída. Ele é um exemplo a ser seguido, mas é seduzido pela baiana e “abrasileira-se”.

A personagem Rita Baiana aparece pela primeira vez no romance nos comentários das lavadeiras do cortiço no capítulo III. A personagem é chamada ora pelo nome, ora de mulata. É reprovada pelas colegas devido ao seu comportamento lascivo e “vadio”. Seu gosto por festas (pagodes) e bebedeiras também não é bem visto pelas colegas e, ao final da conversa, reprovam também seu namorado, o Firmo Capoeira. A conversa entre as lavadeiras termina assim:

– Ainda assim não é má criatura... Tirante o defeito da vadiagem... – Bom coração tem ela, até demais, que não guarda um vintém para dia de amanhã. Parece que o dinheiro lhe faz comichão no corpo! (AZEVEDO, 2012, p. 46).

No capítulo VI, surge então Rita Baiana. Sua chegada ao cortiço é narrada como um acontecimento que revoluciona alegremente toda a estalagem. No romance, Rita representa a mulher brasileira, mulata, ferosa, alegre, querida por todos, ajuda a todos e conhece o Rio de Janeiro inteiro.

Rita havia parado em meio do pátio. Cercavam-na homens, mulheres e crianças; todos queriam novas dela. Não vinha em traje de domingo; trazia casaquinho branco, uma saia que lhe deixava ver o pé sem meia num chinelo de polimento com enfeites de marroquim de diversas cores. No seu farto cabelo, crespo e reluzente, puxado sobre a nuca, havia um molho de manjerição e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador. (AZEVEDO, 2012, p.62.).

No trecho acima, encontramos a imaginação do escritor branco em relação à mulher negra. Temos a sensualização da mulher brasileira negra, aquela que rebola quando anda e, ainda, possui um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Os cabelos crespos também são sempre citados. São dedicadas mais três páginas sobre a relação de Rita Baiana com os demais moradores. Ao final, o narrador ainda nos diz que ela é festeira e que, nas suas festas, todos são bem-vindos:

E, afinal abaixando a voz, segredou às companheiras que à noite teriam um pagodinho de violão. Podiam contar como certo! Esta última notícia causou verdadeiro júbilo no auditório. As patuscadas da Rita Baiana eram sempre as melhores da estalagem. Ninguém como o diabo da mulata para armar uma função que ia pelas tantas da madrugada, sem saber a gente como foi que a noite se passou tão depressa. Além de que “era aquela franqueza! Enquanto houvesse dinheiro ou crédito, ninguém morria com a tripa marcha ou com a goela seca!” (AZEVEDO, 2012, p.65).

A amizade e a solidariedade estão presentes na figura da mulata.

Seguindo a narrativa, no domingo à tarde, acontece a festa promovida pela nossa personagem, com muito barulho, dança e comida. Na descrição de Rita Baiana pelo narrador, temos outra vez presente o postulado geral das teses raciais: “[...] chegadinha de fresco da Bahia, em companhia da mãe, uma cafuza dura, capaz de arrancar as tripas ao Manduca da Praia. A cafuza morreu e o Firmo tomou conta da mulata [...]. Ele tinha “paixa” pela Rita, e ela, apesar de *volúvel como toda a mestiça*, (grifo meu) não podia esquecê-lo por uma vez [...]”. (AZEVEDO, 2012, p. 68). O narrador ainda afirma que Rita Baiana apanhava de Firmo de vez em quando.

A hierarquização dos negros, também está presente no trecho acima: a mãe, cafuza, dura e sem nome, a filha, mulata, de nome Rita Baiana, somente isso. O pai de Rita não é mencionado pelo narrador. Supõe-se que o pai era branco, já que ela é mulata e a mãe cafuza (mestiça de índio com negro). Essa questão de mestiçagem será aprofundada no próximo tópico.

O nome que caracteriza a personagem Rita Baiana também é passível de análise, já que faz alusão ao contingente de pessoas vindas da Bahia para o Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX, em busca de melhores condições de vida. Os negros baianos que se fixaram no Rio de Janeiro formavam verdadeiras comunidades e trouxeram consigo novos hábitos, costumes e valores. Rita Baiana está diretamente ligada a essas comunidades de baianos e às mulheres baianas em

relação à sociabilidade e à autoridade exercidas por elas nas camadas populares²⁹. Esses hábitos e costumes, estavam em desacordo com os valores introduzidos pela modernidade. Nessas comunidades, havia ajuda mútua, e, muitas vezes, era a mulher baiana quem comandava o lar e as teias de relações da família. As matriarcas negras vindas da Bahia para a Corte eram chamadas de “tias baianas” e tiveram papel relevante na manutenção e resistência negra na cidade do Rio de Janeiro, principalmente no período das mudanças estruturais da cidade³⁰. A narrativa romanesca mostra também os conflitos sociais como a concorrência entre portugueses e brasileiros que disputavam espaços na cidade carioca. A questão da identidade nacional sendo forjada pelos populares também está presente na trama. No romance, rivalizam até mesmo a música portuguesa, no caso o fado, e a música brasileira, representada pelo chorado baiano:

[...] Abatidos pelo fadinho harmonioso e nostálgico dos desterrados, iam todos, até mesmo os brasileiros, se concentrando e caindo em tristeza; mas, de repente, o cavaquinho do Porfiro, acompanhado pelo violão do Firmo, romperam vibrantemente com um chorado baiano. Nada mais que os primeiros acordes da música crioula para que o sangue de toda aquela gente despertasse logo, como se alguém lhe fustigasse o corpo com urtigas bravas. E seguiram-se outras notas, e outras, cada vez mais ardentes e mais delirantes. Já não eram dois instrumentos que soavam, eram lúbricos gemidos e suspiros soltos em torrente, a correrem serpenteando, como cobras numa floresta incendiada; eram ais convulsos, chorados em frenesi de amor; música feita de beijos e soluços gostosos; carícia de fera, carícia de doer, fazendo estalar de gozo. E aquela música de fogo doidejava no ar como um aroma quente de plantas brasileiras, em torno das quais se nutrem, girando, moscardos sensuais e besouros venenosos, freneticamente, bêbedos do delicioso perfume que os mata de volúpia. E à viva crepitação da música baiana calaram-se as melancólicas toadas dos de além-mar. Assim à refulgente luz dos trópicos amortece a fresca e doce claridade dos céus da Europa, como se o próprio sol americano, vermelho e esbraseado, viesse, na sua luxúria de sultão, beber a lágrima medrosa da decaída rainha dos mares velhos. (AZEVEDO, 2012, p. 76).

A festa no cortiço durou horas e entrou pela madrugada...

As festas na casa de Rita Baiana representam essa extensão familiar dentro do cortiço, porém, devido à ideologia do autor e sua distância em relação às

²⁹ Ver VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço – espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, nº6, 1990, p. 207-228.

³⁰ Ibidem.

personagens reais que observou, tais festas são desqualificadas e reprovadas, como veremos no final do romance.

Continuando o estudo sobre as festas de Rita Baiana, temos a ideia de sociabilidade espacial que era um costume profundamente enraizado na cultura afro-baiana. Monica Velloso (1990) diz que frequentemente a casa das “tias baianas” se convertia nesse polo aglutinador de energia, onde se dava a socialização do grupo:

Naquele tempo (1910) não havia lugar para se divertir. Não havia cinema. Havia só festa familiar. Nós os da raça (negro) já sabíamos de cor onde se reunir. Havia sempre festa, com baile e até com assunto religioso, em numerosas famílias. Lá os crioulos se reuniam, comiam, sambavam, se divertiam, namoravam e se casavam ou então se amigavam! Mas de qualquer jeito arranjavam companhia. Havia muitas casas (centros) onde os negros se reuniam. As principais, que eu me lembro eram de Perciliana, mãe do João da Bahia, da Amélia do Aragão, mãe do Donga e da tia Ciata... (BORGES, 1971 *apud* VELLOSO, 1990, p. 7).

Geraldo José Alves (2005), em seu artigo, também aborda a questão das festas de Rita Baiana no romance. No que diz respeito à cultura popular e os espaços de sociabilidade, o autor enfatiza que:

No cortiço as festas sempre se iniciam pela refeição, tida em comum pelos familiares e convidados vindos de fora, dentro do cômodo de cada morador (a casa). Somente depois da fase “privada” os vários grupos organizados extrapolam sua alegria embebidas nas taças de cachaça e parati para o pátio comum (a rua), onde se canta e dança, criando-se uma fogueira que é a síntese das chamas dos diversos fogos domésticos. Assim o cortiço constituía a dimensão espacializada de uma determinada cultura política especialmente popular. Nele a distinção entre o público e o privado é elaborada no contexto interno de sua própria organização quase dispensando referências aos espaços públicos externos a ele. (ALVES, 2005, p.64).

Jerônimo, atraído pela música brasileira e pelo clima da terra, vê Rita Baiana dançando e se apaixona por ela. A mulata sedutora entra em cena no romance:

E viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua coma de prata, a cujo refulgir os meneios da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher. Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não toma pé e nunca se encontra fundo. Depois, como se voltasse à vida, soltava um gemido prolongado, estalando os dedos no ar e vergando as pernas, descendo, subindo, sem nunca parar com os quadris, e em seguida sapateava, miúdo e cerrado, freneticamente, erguendo e abaixando os

braços, que dobrava, ora um, ora outro, sobre a nuca, enquanto a carne lhe fervia toda, fibra por fibra, tirilando. Em torno o entusiasmo tocava ao delírio; um grito de aplausos explodia de vez em quando, rubro e quente como deve ser um grito saído do sangue. E as palmas insistiam, cadentes, certas, num ritmo nervoso, numa persistência de loucura. [...] Mas, ninguém como a Rita; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante. (AZEVEDO, 2012, p. 77-78).

Notamos que a mulata estava em seu ambiente de forma natural, ela não seduziu Jerônimo como o narrador tenta nos mostrar, foi Jerônimo que ficou encantado com sua beleza. O narrador mostra Rita Baiana como metáfora da natureza brasileira. O exotismo da mulata também está relacionado com tal metáfora:

E Jerônimo via e escutava, sentindo ir-se-lhe toda a alma pelos olhos enamorados. Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca. Isto era o que Jerônimo sentia, mas o que o tonto não podia conceber. De todas as impressões daquele resto de domingo só lhe ficou no espírito o entorpecimento de uma desconhecida embriaguez, não de vinho, mas de mel chuchurreado no cálice de flores americanas, dessas muito alvas, cheirosas e úmidas, que ele na fazenda via debruçadas confidencialmente sobre os limosos pântanos sombrios, onde as oiticas trescalam um aroma que entristece de saudade. E deixava-se ficar olhando. Outras raparigas dançaram, mas o português só via a mulata, mesmo quando, prostrada, fora cair nos braços do amigo. (AZEVEDO, 2012, p. 78).

E, mais adiante, o narrador ressalta novamente o cabelo crespo, característica física do negro, de Rita Baiana:

Mas Jerônimo nada mais sentia, nem ouvia, do que aquela música embalsamada de baunilha, que lhe entontecera a alma; e compreendeu perfeitamente que dentro dele aqueles cabelos crespos, brilhantes e cheirosos, da mulata, principiavam a formar um ninho de cobras negras e venenosas, que lhe iam devorar o coração. (AZEVEDO, 2012, p. 78).

Jerônimo fica doente no dia seguinte à festa e é assistido por Rita Baiana. Os dotes de cura popular da nossa personagem negra completam a sedução do português:

– Chá! Que asneira! Chá é água morna! Isso que você tem é uma resfriagem. Vou-lhe fazer uma xícara de café bem forte para você beber com um gole de parati, e me dirá se sua ou não, e fica depois fino e pronto para outra! Espera aí! (AZEVEDO, 2012, p. 81).

No romance, a questão das curas populares também está exposta e será abordada mais adiante. As curandeiras e curandeiros, no final do século XIX e início do século XX, possuíam grande importância em todas as camadas sociais. As características de Rita Baiana vão aparecendo aos poucos no romance. É limpa, asseada, toma banhos todos os dias, trabalha de lavadeira, conhece todo o Rio de Janeiro, ajuda as outras moradoras, arranjando-lhes emprego etc.

Ao longo do romance, vamos percebendo as diferenças entre a mulata Rita Baiana e a negra Bertoleza. Uma é festeira, possui relações com todo mundo, e a outra não fala com ninguém a não ser “seu dono”, João Romão.

Rita Baiana também faz reflexões sobre o casamento formal, diz que não se sujeita a maridos e não aceita apanhar deles.

Ao falar da nova preferência amorosa de Rita Baiana pelo português Jerônimo, o narrador retoma as teses das desigualdades raciais e a teoria do branqueamento, agora na figura da mestiça que sente apreço pelo europeu como representante de uma “raça superior”:

[...] mas desde que Jerônimo propendeu para ela, fascinando-a com a sua tranquila seriedade de animal bom e forte, o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior. O cavouqueiro, pelo seu lado, cedendo às imposições mesológicas, enfarava a esposa, sua congênere, e queria a mulata, porque a mulata era o prazer, era a volúpia, era o fruto dourado e acre destes sertões americanos, onde a alma de Jerônimo aprendeu lascívia de macaco e onde seu corpo porejou o cheiro sensual dos bodes. (AZEVEDO, 2012, p. 163).

Rita Baiana reaparecerá em cena no capítulo XV, quando Jerônimo, após assassinar Firmo o amante de Rita Baiana, volta para o cortiço de madrugada, bate

na porta de Rita Baiana e lhe confessa o crime. Ela não se abala e os dois fazem amor, ela termina prometendo ir morar com ele.

Rita vai viver com Jerônimo em outro ponto da cidade, a mulata regenera Jerônimo:

Jerônimo volta a trabalhar na pedreira de São Diogo, onde trabalhava antes. Morando com a Rita Baiana, gasta muito dinheiro na decoração de sua nova casa, trabalha pouco ou quase nada ambos, vivem sua paixão. De acordo com o narrador, o português abraçava-se de vez. Fez-se preguiçoso, amigo das extravagâncias e dos abusos, luxurioso e ciumento; fora-se lhe de vez o espírito da economia e da ordem; perdeu a esperança de enriquecer, e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuída só por ela, só ela e mais ninguém. (AZEVEDO, 2012, p. 189).

A suposta falta de caráter por parte dos negros e mulatos nos é apresentada de maneira indireta pela ausência de sentimentos da mulata Rita Baiana, ao tomar conhecimento da morte do amante e, logo em seguida, entregar-se amorosamente a seu assassino. O narrador ainda termina o episódio alegando que a morte do amigo de Rita era coisa natural:

Com relação à morte de Firmo, não vinham nunca toldar-lhes o gozo da vida; quer ele, quer a amiga, achavam a coisa muito natural. “O facínora matara tanta gente: fizera tanta maldade; devia, pois acabar como acabou! Nada mais justo! Se não fosse Jerônimo seria outro! Ele assim o quis – bem feito!”. (AZEVEDO, 2012, p. 189).

Sobre o abraçamento de Jerônimo por meio de sua relação com Rita Baiana, concordamos com a posição do crítico Antonio Candido (1991) que faz alusão aos ritos afro-brasileiros nessa transformação:

O abraçamento de Jerônimo é regido quase ritualmente pela baiana, que o envolve em lendas e cantigas do Norte, dá-lhe pratos apimentados e o corpo “lavado três vezes ao dia e três vezes perfumado com ervas aromáticas”; e este abraçamento é expressivamente marcado pela perda do “espírito da economia e da ordem”, da “esperança do enriquecer”. É que a sua paixão violenta é apresentada pelo romancista como consequência das “imposições mesológicas”, sendo Rita “o fruto dourado e acre destes sertões americanos”. (CANDIDO, 1991, p. 122).

Jerônimo e Rita Baiana continuam a viver juntos e se amando na miséria de mais um cortiço carioca. Esse é o desfecho dos dois personagens na trama.

Ao analisar a crítica sobre a personagem em estudo, atentamos para o pensamento de David Brookshaw (1983) que aponta a personagem mulata Rita Baiana como totalmente controlada pela própria sensualidade e capricho. A típica heroína naturalista, ou seja, seu comportamento é ditado por seu tipo biológico. Sua

amoralidade é enfatizada por Aluísio Azevedo várias vezes. Ela é a causa da degeneração de Jerônimo. Para Brookshaw (1983), a originalidade da caracterização da mulata n' *O Cortiço* é que tal caracterização simboliza o Brasil.

A voluptuosidade de Rita Baiana reflete a abundância e a sensualidade da natureza brasileira, o que não é difícil explicar se lembrarmos que para os naturalistas o ambiente governa o caráter, assim a mulata, a verdadeira nativa do Brasil, era o produto e, portanto, o reflexo, de seu ambiente natural... (BROOKSHAW, 1983, p.45).

Para o autor, esses estereótipos, construídos por Aluísio Azevedo em relação à mulata, evoluem nos anos 20 e 30 do século XX, para que a mulata se torne então o símbolo de beleza e desejo nacionais. Brookshaw (1983) ressalta a inexistência de semelhantes estereótipos para a mulher negra. Como já foi analisado aqui, no romance *O Cortiço*, essa mulher negra é representada por Bertoleza como passiva, resignada, feia, suja, indesejável, etc.

Desconstruindo a imagem passada pelo romance em relação ao meio que determina os comportamentos, concordamos com a opinião de Silva (2008), que diz:

É o imigrante português quem possui normas frágeis de comportamento, já que, é ele quem se abraçava e não o contrário como Aluísio mostrou no personagem Jerônimo, é ele quem troca o vinho pela cachaça, o fado pelo pagode e a mulher branca pela negra. Deixando à mostra a sua fragilidade de sua moral, ao desejar tudo o que ele diz ser errado: a sexualidade livre, o ócio e o pagode. (Silva, 2008, p. 57).

Abordaremos agora outra mulata (jovem e sensual) do romance *O Cortiço*, a personagem Florinda. Ela nos é apresentada juntamente com a sua mãe Marciana, a “mulata antiga” muito séria e asseada em exagero, no capítulo III. As duas trabalham de lavadeira, como quase todas as outras mulheres do Cortiço. Florinda era mulata bonita e desejada igualmente como Rita Baiana, a diferença entre as duas era a idade:

A filha tinha quinze anos, a pele de um moreno quente, beijos sensuais, bonitos dentes, olhos luxuriosos de macaca. Toda ela estava a pedir homem, mas sustentava ainda a sua virgindade e não cedia, nem à mão de Deus Padre, aos rogos de João Romão, que a desejava apanhar a troco de pequenas concessões na medida e no peso das compras que Florinda fazia diariamente à venda. (AZEVEDO, 2012, P. 42).

Florinda é personagem secundária do romance, mas está bem presente na composição da trama, participa da recepção calorosa, na chegada de Rita Baiana ao cortiço, como sua admiradora e em seguida a ajuda nos preparos para o pagode promovido pela baiana no domingo, o qual foi descrito anteriormente. A personagem

compõe um dos escândalos da estalagem, que ocorre no capítulo IX, quando ela aparece com enjoo e sua mãe desconfia de gravidez. Com o auxílio da Bruxa, confirma-se que ela está grávida. O suposto malfeitor, seria seu Domingos, caixeiro da venda do João Romão.

Depois de fugir de casa com medo da mãe e de não ser amparada pelas autoridades, Florinda reaparece novamente no capítulo XV, dentro de um bar, quando é reconhecida pela personagem Pataca. Eis sua descrição: “Era uma mulatinha magra, malvestida, acompanhada por uma velha quase cega e mais um homem, inteiramente calvo, que sofria de asma...” (AZEVEDO, 2012, p.159). Ela então conta como se virou desde o dia em que fugiu do cortiço após a surra dada pela sua mãe.

(...) contou que, no dia em que fugiu da estalagem, ficou na rua e dormiu numas obras de uma casa em construção na Travessa da Passagem, e que no seguinte oferecendo-se de porta em porta, para alugar-se de criada ou de ama-seca, encontrou um velho solteiro e agimbado que a tomou ao seu serviço e meteu-se com ela. (AZEVEDO, 2012, p. 159).

Florinda continua contando que trocou de companheiro várias vezes, apanhando, sendo roubada, vivendo quase como uma prostituta.

A personagem sofre um aborto e fica doente. Ao final o autor dá um final feliz a ela, que retorna ao novo cortiço: “Vila São Romão”, agora casada com um despachante da estrada de ferro:

Florinda, metida agora com um despachante de estrada de ferro, voltara para o São Romão e trazia a sua casinha em muito bonito pé de limpeza e arranjo. Estava ainda de luto pela mãe, a pobre velha Marciana, que ultimamente havia morrido no hospício dos doidos. Aos domingos o despachante costumava receber alguns camaradas para jantar, e como a rapariga puxava os feitiços da Rita Baiana, as suas noitadas acabavam sempre em pagode de dança e cantarola, mas tudo de portas adentro, que ali já se não admitiam sambas e chinfrinadas ao relento. (AZEVEDO, 2012, p. 214).

As trocas de companheiro apontam para a conclusão de que a única virtude da personagem era ser bonita e desejada, mostrando bem a representação da mulher mulata no imaginário masculino. A ideologia do branqueamento está presente aqui de modo que as mulatas tendem a se dar bem com seu corpo, ou seja, ambas conquistam homens e vão sobrevivendo apenas pelo desejo dos homens em relação a elas.

No romance *O Cortiço*, Rita Baiana representa a mulher sensual, metáfora do Brasil e de sua natureza. Criação literária de um escritor branco com valores eurocêntricos. Ela é figura exótica, feiticeira, encantadora, sedutora e boa de cama,

corruptora do homem branco. Esse olhar eurocêntrico e masculino opera a síntese das qualidades femininas desejadas, assim a mulata seria “bonita como a branca e fácil como a negra”, por isso capaz de provocar desordem ou descenso social na ordem hierárquica estabelecida do cotidiano dos brancos.

Ressalte-se que a beleza dessa personagem mulata é antes atribuída à “positiva” ascendência branca do pai, do que da mãe, uma mulata cafuza. Essa hierarquização racial é ainda mais evidente na contraposição estabelecida pelo autor entre Bertoleza e Rita Baiana. Bertoleza negra, feia, fétida, gorda, resignada e passiva, e Rita Baiana, uma mulata com os atributos anteriormente descritos.

Notamos então que, tanto Rita Baiana como Florinda, possuem boa mobilidade, são mulatas e sobrevivem bem naquela sociedade apesar de todas as adversidades. Já a crioula Bertoleza, que mesmo vivendo do seu trabalho, e pagando jornal ao seu senhor, não servia para a questão da miscigenação, não era desejada, era feia, estava sempre suja, tismada, tornava-se “coisa” e, ao final, desaparecia. Tal fato faz alusão ao pensamento da época o qual enfatizava que a raça negra não estava apta ao progresso e nem a serem pessoas livres, devendo desaparecer em breve período de tempo.

4.2 Paula e Marciana: as mestiças idosas do Cortiço.

Neste tópico, analisaremos a forma de representação das idosas por meio da análise das personagens Paula, a “cabocla velha”, e Marciana, a “mulata antiga” ou “velha”, como nos são descritas pelo narrador. Alguns aspectos presentes em ambas e relacionados à condição de mulheres negras e mestiças na sociedade da época merecem reflexão.

Paula, por exemplo, é apresentada ao leitor sob a alcunha de “bruxa”:

Seguia-se a Paula, uma cabocla velha, meio idiota, a quem respeitavam todos pelas virtudes de que só ela dispunha para benzer *erisipelas* e cortar febres por meio de rezas e feitiçarias. Era extremamente feia, grossa, triste, com olhos desvairados, dentes cortados à navalha, formando ponta, como dentes de cão, cabelos lisos, escorridos e ainda retintos apesar da idade. Chamavam-lhe “Bruxa”. (AZEVEDO, 2012, p. 41).

Os adjetivos pejorativos conferidos à personagem dispensam comentários. A “Bruxa”, como o narrador a trata no romance, refere-se à curandeira do cortiço, é mulher de poucas palavras e testemunha todas as atrocidades cometidas por João

Romão. Possui rezas e ervas para curar todos os tipos de males dos habitantes da estalagem.

Curandeiras e curandeiros, no final do século XIX e início do século XX, possuíam grande importância em todas as camadas sociais. Velloso (1990) narra um fato curioso ocorrido já na República, envolvendo uma dessas curandeiras ou “tias”: Tia Ciata, uma das mais conhecidas “tias baianas” do Rio de Janeiro daquele tempo, possuía uma casa onde ocorriam reuniões de sociabilidade da comunidade negra carioca. Quando o presidente da República, Venceslau Brás, teve um problema de saúde dado como incurável pelo saber médico da época, foi Tia Ciata quem o curou com ervas e rezas. Ela ficou famosa pelo feito. E, como forma de agradecimento, o presidente da República atenderia a um pedido de Ciata, concedendo a seu marido um emprego no gabinete do chefe de polícia. A partir daí, estaria garantida a inviolabilidade da casa de tia Ciata. (VELLOSO, 1990, p. 13).

A questão do curandeirismo foi abordada no tópico anterior e aparecia de modo mais positivo na figura de Rita Baiana, compondo seus mistérios e encantos exóticos. Para a velha cabocla Paula, entretanto, apesar dos benefícios prestados com suas eficazes curas, a relação estabelecida é simplesmente com a bruxaria, a feitiçaria. Sempre se referindo a ela como idiota, o narrador mostra um encontro das duas mulheres:

A Bruxa veio em silêncio apertar a mão de Rita e retirou-se logo. — Olha a feiticeira! bradou esta última, batendo no ombro da idiota. Que diabo você tanto reza, tia Paula? Eu quero que você me dê um feitiço para prender meu homem! (AZEVEDO, 2012, p. 64).

Os feitos de Paula aparecem em vários momentos do romance, como no trecho abaixo, em discurso indireto livre, por exemplo, quando João Romão pondera sobre seu relacionamento com Bertoleza: “Ainda bem que não tinham filhos! Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida!”. (AZEVEDO, 2012, p.149).

Sabe-se que o sonho de tia Paula (*a Bruxa*), e era colocar fogo no cortiço, pois estava ficando louca. E durante a guerra entre os cortiços rivais, ela tem a chance de realizá-lo.

A Bruxa, por influência sugestiva da loucura de Marciana, piorou do juízo e tentou incendiar o cortiço. Enquanto os companheiros o defendiam a unhas e dentes, ela, com todo o disfarce, carregava palha e sarrafos para o número 12 e preparava uma fogueira. (AZEVEDO, 2012, p. 123).

Segue a narrativa e, no capítulo XVII, o cortiço pega fogo e a personagem Paula morre incendiada:

A Bruxa surgiu à janela da sua casa, como à boca de uma fornalha acesa. Estava horrível; nunca fora tão bruxa. O seu moreno trigueiro, de cabocla velha, reluzia que nem metal em brasa; a sua crina preta, desgrehada, escorrida e abundante como as das éguas selvagens, dava-lhe um caráter fantástico de fúria saída do inferno. E ela ria-se, ébria de satisfação, sem sentir as queimaduras e as feridas, vitoriosa no meio daquela orgia de fogo, com que ultimamente vivia a sonhar em segredo a sua alma extravagante de maluca. Ia atirar-se cá para fora, quando se ouviu estalar o madeiramento da casa incendiada, que abateu rapidamente, sepultando a louca num montão de brasas. (AZEVEDO, 2012, p.178).

O narrador adjectiva a personagem como louca e maluca além de enfatizar suas características físicas de mulher idosa, de pele escura e aludir ao “demônio” na sua comparação. A personagem Paula, é cabocla, mestiça de índio, como o narrador menciona várias vezes o seu cabelo liso. Ela é mostrada como uma representante de um mundo remoto, primitivo, irracional e incompreensível. A personagem também se autodestrói, como Bertoleza.

Marciana, outra personagem mulata e idosa do cortiço, é apresentada pelo narrador juntamente com as outras lavadeiras do cortiço:

Depois seguiam-se a Marciana e mais a sua filha Florinda. A primeira, mulata antiga, muito seria e asseada em exagero: a sua casa estava sempre úmida das consecutivas lavagens. Em lhe apanhando o mau humor punha-se logo a espanar, a varrer febrilmente, e, quando a raiva era grande, corria a buscar um balde de água e descarregava-o com fúria pelo chão da sala. (AZEVEDO, 2012, p. 41).

Marciana trabalhava entoando cantigas africanas, enfadonhas na opinião do narrador:

[...] Marciana que, com o seu tipo de mulata velha, um cachimbo ao canto da boca, cantava toadas monótonas do sertão”:
 “Maricas tá marimbando,
 Maricas tá marimbando,
 Na passagem do riacho
 Maricas tá marimbando.” (AZEVEDO, 2012, p. 49).

Esse canto de trabalho da personagem revela outro aspecto da cultura negra abordada no romance. Velloso (1990) aponta que era costume dos africanos entoarem seus “cantos” na cidade onde se reuniam diariamente para trabalhar. Normalmente, os “cantos” transformavam-se em locais de encontro onde se

conversava e se praticava a ajuda mútua. (VERGER, 1981, p. 219; QUEIROZ, 1988 *apud* VELLOSO, 1990, p. 6).

Seguindo a trama do romance, Florinda, a filha de Marciana, aparece grávida. Após grande confusão entre mãe, filha e as outras lavadeiras, todos vão à venda de João Romão, já que o malfeitor seria um de seus caixeiros. Segue-se o alvoroço dos moradores, exigindo reparação. João Romão promete que seu caixeiro se casa ou ele próprio pagará o dote à mãe da menina maculada. João Romão finda por despedir o caixeiro, sem indenizá-lo, a fim de pagar com esse dinheiro o dote da menina grávida. O caixeiro foge às escondidas de noite. No capítulo X, João Romão se nega a pagar o dote a Marciana. Como último recurso para capturar o malfeitor, Marciana procura a polícia e advogados, que, ao verem que mãe e filha não dispunham de recursos, desinteressam-se pelo caso. Retornando ao cortiço, elas se desentendem, e a filha foge de casa. João Romão, com o auxílio da polícia, despeja Marciana.

Mãe e filha são desamparadas pelas autoridades e enganadas por promessas não cumpridas de João Romão. A polícia não se interessa pela senhora negra, que, diante de tudo isso, fica estática, sem dar palavras, talvez aterrorizada com o que se passara, e leva-a direto para o hospício onde morre dias depois.

Ressaltamos que o hospício, naquele período, era uma espécie de prisão para os desfavorecidos. O tratamento no sanatório era até mesmo mais cruel que o da própria prisão. De acordo com Engel (2003), tais instituições foram criadas na cidade do Rio de Janeiro para atender a necessidade de um estabelecimento especialmente destinado a recolher os loucos da cidade. O primeiro estabelecimento desse tipo a ser criado na cidade do Rio de Janeiro foi o Hospício de Pedro II, no decorrer dos anos 1880. Seu caráter medicalizado era limitado devido à ascendência dos poderes leigos e da subordinação do hospício à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Os alienistas somente passaram a controlar efetivamente o hospício nas primeiras administrações republicanas, o que conferiu um caráter medicalizado à instituição, o qual culminou com a consolidação do processo de psiquiatria no Brasil como campo de saber especializado e reconhecido. (ENGEL, 2003, p. 59).

A autora elucida tal consolidação:

O processo de constituição e consolidação da medicina mental no mundo ocidental caracterizou-se pela transformação da loucura em doença mental, o que implicou a ampliação das fronteiras definidoras da “alienação mental”, que, cada vez mais invisíveis aos olhares leigos os desqualificados, se

tornavam monopólio da verdade científica produzida pelos especialistas. No Brasil, tal processo teve desdobramentos mais efetivos e profundos, como foi indicado acima, nas últimas décadas do século XIX, sob a égide, pois, dos princípios da teoria da degenerescência e da medicina organicista. (ENGEL, 2003, p. 60).

E continua com a explicação apontando que a mistura da lucidez com a desrazão foi uma das estratégias fundamentais para a ampliação das fronteiras da anormalidade. Ao transformar a loucura em doença mental, fez com que os hospícios, que estavam longe de ser um local efetivo de cura, contribuíssem muito para a brevidade da vida. Mesmo assim o regulamento disciplinar a modo de casa penitenciária, utilizado por esses hospícios, era reconhecido como legítimo. (ENGEL, 2003, p. 61).

O discurso médico ligava-se tanto ao combate ao curandeirismo, quanto ao preconceito contra os negros. Para Martins (2011), esse tipo de discurso já combatia o negro desde o período escravocrata:

Abolir a escravidão e excluir o escravo do espaço urbano são questões que partem de um mesmo princípio, qual seja: a de eliminar os sinais do elemento negro desse espaço que se busca ordenar, pois esse elemento não seria capaz de se adequar aos seus efeitos modernizantes e civilizatórios. A medicina, ao atacar a escravidão urbana (mais especificamente, a doméstica), tem como objetivo maior exercer um controle sobre as relações familiares com o intuito de moralizá-la. (MARTINS, 2011, p. 4).

Martins (2011) também faz considerações sobre a loucura, citando Joel Biman, que analisou o lugar da loucura na sociedade moderna e apontou o papel que a medicina (psiquiatria) ocuparia nas propostas de construção de um novo homem e de uma nova sociedade:

A Medicina mental emerge, como uma nova instituição social e como um discurso com pretensões científicas, neste momento de reorganização sócio moral do sujeito. E, como instituição, ocupará um espaço e uma função específica nesta sociedade. Suas teorias estão essencialmente articuladas com suas formas de institucionalização, em todos os seus níveis, não podendo ser separadas deste conjunto, já que seriam parcializadas nas suas intenções primeiras, o que ocultaria a sua compreensão. Mas como instituição social, a Psiquiatria torna-se um poder, que se exercerá como regulação moral das individualidades, definindo valores, que estabelecerão o campo de variação do comportamento humano. Este será considerado como mórbido ou sadio, numa escala estabelecida pela razão psiquiátrica. Enquanto poder social, ela não pode ser autônoma ou auto-regulada. Ela é subordinada e controlada como instituição pela Sociedade mesma. Ela regula e é regulada a um só tempo (BIRMAN, *apud* MARTINS, 2011, p. 10).

Ainda segundo Martins (2011), a higienização dos espaços com o intuito de fazer da sociedade um espaço mais salubre não foi um processo de decisão médica, e sim o resultado de uma nova configuração da sociedade que possibilitou e exigiu tal medida. A psiquiatria como reguladora do espaço social, fazendo parte do pensamento médico, acabou colaborando para a elaboração e uso de certas estratégias de controle social, exagerando na temática racial. Com a possibilidade de o negro se tornar cidadão legítimo na sociedade brasileira, com suas práticas cotidianas e as de outros representantes anônimos dessa sociedade, as questões de cor da pele do novo brasileiro acabaram obscurecidas, perdendo força diante do discurso ordenador da ciência médica, discurso que daria um novo contorno a esses fenômenos ao torná-los objeto de suas estratégias de visibilidade. (MARTINS, 2011, p.10). O autor vai além e explica como se deu tal transformação:

O contorno reluzente que o elemento negro receberia passava agora a ser definido pelo determinismo causalista das teorias científicas, que discursavam sobre um teatro das degenerescências presentes na história da constituição desse elemento. É no passado “inferior” da raça negra que os médicos buscam encontrar as causas de suas deficiências. A adjetivação do elemento negro (“criminoso”, “perigoso”, “degenerado”) pelo discurso do especialista só foi mais um dos efeitos dessa estratégia de controle que tira o elemento negro do seu lugar obscuro para fazê-lo reluzir como elemento “degenerado”. Com o advento de uma medicina do social, o corpo negro seria investigado para que aí fosse encontrada a marca da degeneração e a origem de suas causas. (Martins, 2011, p. 11).

Dessa forma, além das teses raciais, o discurso médico também colaborou para a exacerbação do racismo daquele período.

O combate ao curandeirismo aconteceu sistematicamente a partir de meados do século XIX e seu apogeu na República, quando o discurso médico higienista estava em alta. Remetemos à análise feita por Sidney Chalhoub (1996) de uma crônica de Machado de Assis, a qual tratava, já na década de 1900, o curandeirismo como algo saudoso, ele destaca como a crônica machadiana lamentava que os jornais da época não fossem mais repletos de anúncios de curandeirismo como antes.

De volta às personagens Paula e Marciana, afirmamos que as duas mulheres velhas e decadentes no romance apontam para a teoria da degeneração. O final trágico das duas (ambas enlouquecem e morrem) reforça a ideia de que elas já não serviam para a reprodução, não serviam para o trabalho devido à idade e também não eram mais objeto de desejo sexual. A morte das duas mulheres idosas, no cortiço,

representa alegoricamente o “fim” dos costumes populares que as personagens representam no romance, o curandeirismo e os cantos africanos, resquícios de cultura afro e indígena.

Aluísio Azevedo estava a par das questões do seu tempo e explorou também a questão dos curandeiros no romance, sempre do ponto de vista ideológico das elites.

4.3 Mestiçagem e branqueamento: uma questão de gênero

Para melhor entendimento da miscigenação e do termo “mulato/a”, dialogaremos com Ianni (1988), que afirma que tanto o negro, quanto o mulato são frutos do escravo:

Como fenômeno humano, econômico e social, ao mesmo tempo, a reprodução do escravo gera consigo efeitos sociais dinâmicos, que escapam à compreensão, interesse e domínio dos agentes das ações, reagindo reflexivamente sobre eles e no interior do contexto econômico – social em que ocorre. [...] as relações sociais entre o escravo e o senhor, requisitos inerentes ao regime, geraram uma categoria de natureza diversa, o mulato, que em parte implica a negação da condição escrava (IANNI, 1988, p.165).

Para o autor, escravo, senhor e mulato são categorias contraditórias quando organizadas socialmente dessa maneira. O mulato é um dos componentes da dissolução da sociedade escravista (IANNI, 1988, p.165). É então um produto dialético, negação do escravo e do senhor. E, em decorrência dessa dialética, é um dos agentes de destruição da escravatura. Explicando melhor, o autor afirma que:

O cruzamento entre escravos e brancos é um mecanismo emancipador, mesmo que seus resultados sejam lentos, pois os indivíduos que se cruzam pertencem a categorias sociais distintas, encontram-se em posições sociais hierarquizadas, como um é submisso e propriedade do outro, é natural e inevitável que o fenômeno produza repercussões sociais dinâmicas sobre as próprias condições que o geraram. (IANNI, 1988, p.170).

Expressões como negro, mulato e escravo foram sendo utilizadas para designar o cativo, logo, à medida que negros e mulatos eram libertados, levavam consigo características do grupo original. Levavam os atributos socialmente definidos como específicos de ex-escravos (IANNI, 1988, p. 209).

Nina Rodrigues, destacado autor racista, defendia a ideia de que a mistura de raças entre homens produziria indivíduos sem conduta e com temperamento variável, um tipo sem valor, que não serve para o modo de viver nem da raça superior nem da inferior, não serve, enfim, para gênero de vida algum. (RODRIGUES, 1894 *apud* SILVA, 2008, p. 56).

As ideologias da época presentes no romance coincidiam com a publicação de vários autores racistas naquele período, como Silvio Romero que também considera o mulato como inferior, ele acredita no mestiço, considerando-o um “tipo novo”, o brasileiro do futuro, que com o tempo será superior até mesmo à raça ariana. O interessante é que ele faz uma distinção entre mulato e mestiço. O mulato é apenas um estágio, não serve ainda. Silvio Romero deixa claro que esse mestiço seria aquele

que depois de várias gerações se tornaria branco, ou seja, a crença no branqueamento como um processo mágico. (ROMERO, 1960, p. 120).

Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2009) também analisa o pensamento social dos intelectuais do final do século XIX. Para o autor, a questão das dicotomias elite/povo, brancos/negros que sustentaram a ordem escravocrata existente no Brasil ainda aparecem como sistema de hierarquização social. Tais dicotomias se reforçam mutuamente simbólica e materialmente. Guimaraes cita a famosa frase de Emília Viotti da Costa para elucidar a questão: “O preconceito racial servia para manter e legitimar a distância do mundo dos privilégios e direitos do mundo de privações e deveres” (COSTA 1988, p. 137 *apud*, GUIMARÃES, 2009, p. 49).

Guimarães (2009) explica algumas questões presentes no romance em relação aos pobres e negros. Segundo ele, a doutrina liberal do século XIX, na qual os pobres eram pobres porque eram inferiores, encontrava no Brasil, sua aparência de legitimidade no aniquilamento cultural dos costumes africanos, e na condição de pobreza e de exclusão política, social e cultural da grande massa de pretos e mestiços. Assim como anteriormente, a condição servil dos escravos, era tomada como marca de inferioridade. Chegamos à mesma conclusão quando falamos que os liberais, abolicionistas e escritores, como Aluísio Azevedo, não tinham uma reflexão sobre as relações raciais, nem se preocupavam com a condição dos negros depois da abolição. (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Guimaraes (2009) afirma que a admissão da igualdade universal entre os homens era colocada ao nível dogmático e teórico, acima e além de qualquer contato ou engajamento com os interesses reais das pessoas envolvidas. Essa teoria coexistia, tal como hoje, sem maiores problemas, com a enorme distância social e com o sentido de superioridade que separava os brancos e letrados dos pretos, dos mulatos e da gatinha em geral. (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

As representações de mulheres negras na literatura são abordadas por vários autores. Campos (2007), em seu artigo intitulado “Representações da mulher negra na literatura brasileira”, comenta:

A representação hegemônica da mulher negra na literatura brasileira, ao longo da história, resultou, como sabemos, de construções de escritores brancos: integrou uma tripartição de funções socialmente atribuídas a mulheres brancas, mulatas e negras, elaborada pelo imaginário masculino euro-descendente. Centrada nos interesses do projeto de hegemonia deste segmento, via patriarcalismo, não apenas nas relações entre os gêneros, mas também nas econômicas, de dependência da mulher ao homem, e políticas,

de marginalização dela na esfera pública e, sobretudo, do poder. O final feliz de Isaura e das donzelas dos romances urbanos de Alencar, em aberto contraste com o suicídio de Bertoleza, com a tragédia amorosa da índia Iracema, com o efeito destruidor de lar da sensualidade de Rita Baiana ilustra o papel atribuído ao consórcio amoroso inter-racial como fator de construção de uma população paulatinamente mais branca, ao influxo das teses racistas do conde de Gobineau. O romance brasileiro oitocentista, em grande, parte ocupou-se em fixar lugares sociais e raciais de mulheres – índias, brancas, pardas e negras – segundo um projeto de nacionalidade hierarquizante e desigual. (CAMPOS, 2007, p. 1-2).

De acordo com a autora, a representação na literatura da mulher negra brasileira criou estereótipos racistas e preconceituosos desde o período romântico.

Corrêa (1996), em seu artigo intitulado “Sobre a invenção da mulata”, mostra-nos que a classificação racial “mulata” fica no limiar, nem natural, nem cultural, nem individual, nem social, entre o branco e o negro e aí fica. “À mulata é reservado um lugar definido, ou definitivo, do ‘encontro das raças’: uma espécie de pororoca cultural. A mulatice não é uma definição passível de negociação”. (CORRÊA, 1996, p. 47).

E mais:

No universo textual, ambos, o mulato e a mulata, saíram do âmbito das classificações de sexo para o das classificações de gênero, mas seguindo caminhos diferentes: um transformou-se em agente social, elemento importante para a definição ou constituição da sociedade nacional, outra transformou-se em objeto social, símbolo de uma sociedade (que se quer) mestiça. Resumindo: De um “modelo de sexo”, passamos a um “modelo de gênero”, senão na realidade, ao menos nas análises. Da “mulata animal”, passando pela mulata “vegetal”, chegamos à mulata tal qual, agora visualmente bem definida e aparentemente aceita no imaginário social como personagem com estatuto próprio. (CORRÊA, 1996, p. 48).

O autor Affonso Romano de Sant’Anna (1993) em seu estudo sobre poesia e mulher no Brasil, afirma que a representação da mulata na literatura brasileira é bem diferente da virgem assexuada, da irmã, e do anjo louro que foram formas representativas de várias mulheres brancas, inclusive no período romântico. A mulata é limiar entre a branca e a prostituta. Ela é o espaço da mestiçagem moral, o espaço do pecado permitido, porém, fica claro que esses sentimentos em relação à mulher de cor somente puderam vir à tona pelo fato de que ela é um ser socialmente inferiorizado. (SANT’ANNA, 1993, p. 26).

O branqueamento racial também foi representado pela pintura no período da publicação do romance. Figuras como o negro, o branco e o mulato estão

presentes no quadro *A Redenção de Cam*, de 1895, do pintor Modesto Brocos y Gómez.



Figura 2 - *A Redenção de Cam*, de 1895, do pintor Modesto Brocos y Gómez

O título do quadro é sugestivo, Cam faz parte do mito bíblico chamada *A danação de Cam*, pois o destino do povo africano segundo esse mito seria o de ser negro e escravo. Assim se sucedeu de acordo com a Bíblia:

E abençoou Deus a Noé e a seus filhos, e disse-lhes: Frutificai e multiplicai-vos e enchei a terra. Os filhos de Noé, que da arca saíram, foram Sem, Cão e Jafé; e Cão é o pai de Canaã. Estes três foram os filhos de Noé; e destes se povoou toda a terra. E começou Noé a ser lavrador da terra, e plantou uma vinha. E bebeu do vinho, e embebedou-se; e descobriu-se no meio de sua tenda. E viu Cão, o pai de Canaã, a nudez do seu pai, e fê-lo saber a ambos seus irmãos no lado de fora. Então tomaram Sem e Jafé uma capa, e

puseram-na sobre ambos os seus ombros, e indo virados para trás, cobriram a nudez do seu pai, e os seus rostos estavam virados, de maneira que não viram a nudez de seu pai. E despertou Noé do seu vinho, e soube o que seu filho menor lhe fizera. E disse: -- Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos. E disse: – Bendito seja o Senhor Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. (Genesis 9: 1, 18-27).

Alfredo Bosi (2006) comenta tal passagem bíblica e afirma que as interpretações da Bíblia são variadas entre os diferentes povos que a utilizam e não há um consenso na explicação do livro de Genesis. O que se sabe é que os filhos de Cam ou Canaã, em determinado momento no mundo ocidental cristão, passaram a ser considerados todos os povos africanos. Com a expansão ultramarina portuguesa que fez ressurgir a figura do escravo no século XV, a maldição de Cam passou a ser atribuída a todos os africanos justificando religiosamente a escravização:

A explicação pelo escravismo se deu, em plena cultura moderna, como resultado e uma culpa exemplarmente punida pelo patriarca da Arca salvo do dilúvio para perpetuar a espécie humana. A referência a sina de Cam circulou nos séculos XVI, XVII e XVIII quando a teologia católica ou protestante se viu confrontada com a generalização do trabalho forçado nas economias coloniais. O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista, que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo ou ao domínio do Islão. Mercadores e ideólogos religiosos do sistema conceberam o pecado de Cam e a sua punição como o evento fundador de uma situação imutável. (BOSI, 2006, p. 258).

Ressaltamos que a maldição de Cam foi substituída pelas teses raciais, que se iniciaram nos anos 1850 do século XIX, para justificar a manutenção da escravização e o subjugo dos povos africanos abarcando também os povos indígenas.

Retornando ao quadro, enfatizamos a análise de Silva (2008) que se reporta ao pensamento da autora Giselda Melo do Nascimento em seu estudo e identifica no quadro um símbolo da ideia de branqueamento:

[...] às mulheres cabem os tons enegrecidos da pele, ao contrário das figuras masculinas, deixando visível que é atribuição da mulher, mais precisamente seu ventre, funcionar como laboratório para o melhoramento e o aperfeiçoamento da constituição racial brasileira. Seria difícil imaginar a tela enquanto discurso da representação social retratando os personagens de forma invertida quanto à distribuição de cores. Inconcebível um quadro em que o ventre/laboratório pertencesse à mulher branca; esta, por sua intocabilidade histórica, jamais serviria como objeto manipulável para experiência de tal natureza, ao menos neste contexto. (NASCIMENTO, 2006, *apud* SILVA, 2008, p. 62).

As autoras Tatiana H. P. Lotierzo e Lilia K. M. Schwarcz, em recente artigo intitulado: *Raça, gênero e projeto branqueador: A redenção de Cam de Modesto Brocos* também fazem interessante análise do quadro. Elas afirmam que ele seria a tradução dos preceitos do darwinismo social e seu conceito de “evolução” da espécie. A brancura, nesse contexto, era associada à ideia de perfeição. As autoras ainda afirmam que o quadro representa também um projeto:

É digno de nota que, no marco de tal projeto, as duas personagens não-brancas em cena sejam mulheres: avó e mãe estabelecem uma oposição de cor evidente com relação à figura paterna e ao menino. Se o pai pode parecer estrangeiro, ou também afastado da natureza local - note-se que, numa alusão a progresso, construída pela metáfora do chão de pedra contra o de terra, ele pisa a parte pavimentada do solo e dá as costas para as demais figuras em cena -, mãe e filha fariam parte da mesma "cadeia evolutiva". Na medida em que o bebê e o pai podem ser vistos como brancos e do sexo masculino, parece haver na genealogia dessa família uma dupla ruptura: racial, mas também de gênero. Se é verdade que o movimento percorrido pela obra vai do negro ao branco, em conformidade com as projeções de uma vertente do pensamento racista do período, que apostava no branqueamento, é possível pensar que o quadro tem gênero definido: uma vez que o futuro racial da família em cena é um menino branco, o quadro procura exprimir, através da configuração raça/gênero, um certo olhar masculino de cumplicidade entre cavalheiros, assentado no impulso a confirmar a paternidade (branca) da criança. Além disso, a tela privilegia uma mestiçagem ordenada pelo par mãe negra/mulata e pai branco - e não o contrário, o que coloca a figura masculina no papel de elemento definidor do processo. (LOTIERZO e SCHWARCZ, 2013, p. 5).

Ressaltamos que a posição do autor do romance *O Cortiço* era um pouco diferente das análises acima. Aluísio Azevedo foi o primeiro a tratar sobre branqueamento e miscigenação em uma obra literária em meio às ideias que efervesciam no momento. N’*O Cortiço* a mulher branca pobre aparece como reprodutora. A mulher branca (rica) do sobrado só tem uma filha meio fraquinha e a Rita Baiana não tem filhos até o fim do romance. Acreditamos que para o escritor o mulato já figure de uma maneira mais aceita, sendo que, ele podia ter uma mulher branca, embora pobre, pois estaria contribuindo para a miscigenação. O homem negro é que não podia se relacionar com uma branca. Não há nenhum caso no romance. Isso mostra a escala minuciosa de hierarquias raciais presente no romance. Como Aluísio Azevedo foi o primeiro a tratar do assunto na literatura, os estudos sobre a miscigenação foram além e, apesar de certa simpatia que o autor tinha pelos mulatos, ele era preconceituoso e seu sistema não estava fechado ainda, tanto é que há várias ambiguidades no romance, como a questão cultural em que o fado (português) é

enfadonho e o samba (africano) é animado. Outra ambiguidade também está ligada a habilidade das capoeiras, tanto fisicamente como intelectualmente.

Voltando à questão do branqueamento, Moutinho (2004) afirma que, nas representações da mestiçagem no Brasil, a figura do homem negro ficava ausente do processo. Logo, a construção da sociedade brasileira havia sido feminizada e sexualizada, pautada pela sensualidade e sedução que as mulheres índias, negras e mulatas exerciam sobre os colonizadores portugueses. O casal miscigenador seria composto então pelo libidinoso português “branco” com as “luxuriosas” mulheres negras, índias e mestiças. Os homens negros, índios e mestiços estavam ausentes do processo. Esses homens apareciam ligados somente ao trabalho, isentos das relações afetivas e de prazer. Nos clássicos da historiografia, ao se falar em mestiçagem, a impressão era de que a mesma se produzia em abstrato, não por meio de relações sexuais entre pessoas, legitimadas ou não pelo casamento. No mundo das representações, era o corpo da mulher negra que servia como instrumento no processo de miscigenação. Além disso, as mulheres negras disputavam o homem branco em detrimento do negro. Os homens negros e os mulatos nunca eram associados ao erotismo como as mulheres. (MOUTINHO, 2004, *apud* SILVA, 2008, p. 61-62).

Com relação à mulher, a pesquisadora Angela Arruda (2000) aponta para o imaginário perpétuo do homem branco ressaltando que, no Brasil, a instituição imaginária da mulher inaugurou-se, desde a chegada dos portugueses, pela via dos seus atributos sexuais – seja pela exaltação da sensualidade, seja pela capacidade procriadora – e se construiu na ambivalência. Mas muitas mulheres haviam fugido a esse perfil imaginário: as mulheres pobres e as escravas forras, que garantiam a alimentação das populações mineiras e urbanas como comerciantes ambulantes, as índias que resistiram ao assédio dos colonizadores, as aristocratas que responderam pela prosperidade das capitanias hereditárias como administradoras, as brancas, negras e índias que combateram contra os invasores e tantas outras. (ARRUDA, 2000, p. 57-58). A autora conclui que a natureza da raça e da mulher isentava o homem de culpa e a mulher de qualquer prejuízo, desse modo, as relações de raça, gênero e classe iam-se dando na vida cotidiana e nas mentes das pessoas. O corpo da mulher em benefício do projeto oficial e de outros, numa escala menor, serviu de intermediário, ligado à cor da pele, ao imaginário nacional numa escala bastante

reveladora, que considera “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. (ARRUDA, 2000, p. 60).

Sobre a miscigenação e a questão da mulher branca em oposição às negras, índias e mulatas no Brasil, recorremos ao estudo da pesquisadora Maria Odila da Silva Dias (1995). Ela afirma que a ausência da mulher branca no Brasil desde o tempo colonial acabou criando o mito da dona ausente. A questão romântica do amor impossível pela dona branca já se fazia antes mesmo do período romântico. A autora nos explica que tal fato corresponde à ideologia de dominação dos portugueses que possuíam valores sociais pré-determinados na sociedade. Foram utilizadas variadas estratégias que reforçavam o estereótipo da mulher branca para fixar padrões inatingíveis ou impossíveis de serem seguidos por mulheres de cor, mestiças ou mulatas. A autora ainda ressalta que fazia parte do aparato de repressão do Estado, investir contra as tentativas de formalização ou de ostentação pública de concubinatos com mulheres de cor. A condenação dos concubinatos inter-raciais era explicada pelo fato de que os filhos de índias ou negras com portugueses tendiam a herdar as preferências da mãe não branca do que da raça dos pais. (DIAS, 1995, p.91-92). Elucidando tal afirmação, Dias (1995) cita um sermão do período colonial proferido por Frei Vicente de Salvador:

Os filhos de homens de bem, que tiveram a desgraça de nascerem e serem criados no Brasil, não herdam os estímulos de honra (dos pais), mas adotam de boa vontade os costumes dos negros, mulatos e gentios e mais gente ridícula que há nesta terra... (SÁA VEDRA, 1896 *apud* DIAS 1995, p. 92).

A autora continua explicando a questão e cita um trecho do relato de Pedro Taques, guarda-mor das minas de ouro no século XVIII: “... a enorme maioria dos mineiros brancos composta de celibatários mantinha relações irregulares com pretas e índias, uniões que o espírito de casta não permite legalizar...” (LEME, s/d *apud* DIAS, p.93). De acordo com Dias (1995), tanto Frei Gaspar como Pedro Taques enfatizavam os valores da dama ausente e reprovavam os apetites carnis. Ficava subentendida a exaltação das virtudes de mulheres brancas de sangue limpo, em oposição às “mulheres de infecta nação reprovada”. Estas, em sua maioria pardas e forras, também eram suspeitas de prostituição, de filiação duvidosa e de paternidade difícil de ser provada. (DIAS, 1995, p. 93).

A pesquisadora afirma que alguns estereótipos e valores ideológicos, relativos aos papéis sociais femininos, tem menos a ver com uma condição universal

feminina do que com as tensões específicas das relações de poder numa determinada sociedade. No projeto social de colonização do Brasil, por exemplo, a mulher branca assume papel importante no que diz respeito à política oficial da Coroa portuguesa para compensar a sua falta nas frentes pioneiras de povoamento. Em cada uma das sucessivas frentes de povoamento, desde o litoral no século XVI e particularmente na época da mineração do ouro, surgiram diversas práticas sociais atreladas às variadas providências administrativas que reforçavam os papéis de mulheres brancas como reprodutoras e transmissoras de propriedade e dos símbolos da ascendência colonizadora: cor, língua, religião. (DIAS, 1995, p.101).

A autora explica que o processo colonizador valorizou a mulher branca a ponto de cristalizar a sua imagem como um dos pilares do projeto social de dominação dos portugueses, fossem proprietários rurais, comerciantes ou funcionários da Coroa. Elas tinham papéis estratégicos e apareciam também como chefes de alianças familiares no mandonismo local e figuravam como mediadoras do processo político entre o poder central e o local. Os valores mais caros à ideologia do poder estavam impressos na imagem das grandes damas: limpeza de sangue, socializadora dos filhos e dos escravos. Elas organizavam o artesanato doméstico, administravam propriedades e cuidavam dos casamentos dos filhos. (DIAS, 1995, p.109).

Os estudos sobre a mulher branca, negra ou mestiça na sociedade e na literatura brasileira têm crescido significativamente. A pesquisa historiográfica sobre as mulheres negras e mestiças utilizadas neste estudo apenas esclarecem algumas questões do romance. Em virtude do espaço e do nosso tema, não levaremos a questão adiante. O tema poderá ser nosso objeto em futuros trabalhos.

4.4 Alexandre, Firmo e Porfiro: os mulatos jovens do cortiço

Trabalharemos nesse tópico a representação dos homens negros no romance: o policial Alexandre e os capoeiras Firmo e Porfiro. Alexandre, o mulato “pernóstico” é apresentado pelo narrador por intermédio da esposa do personagem:

Augusta carne mole, brasileira branca e mulher de Alexandre, um mulato de quarenta anos, soldado de polícia, pernóstico, de grande bigode preto, queixo sempre escanhoado e um luxo de calças brancas engomadas e botões limpos na farda, quando estava de serviço, possuíam dois filhos pequenos e a Juju, vivia na cidade com a madrinha que cuidava dela, tal madrinha era uma cocote de trinta mil reis para cima de procedência francesa Léonie com sobrado na cidade. (AZEVEDO, 2012, p.41).

O mulato Alexandre, por ser policial e sempre andar bem alinhado, é qualificado de pernóstico pelo narrador. A mulher branca e brasileira, por sua vez, recebe apelido bem pejorativo: “Augusta carne mole”. O casal se mostra conivente, apesar de o marido ser policial, com a criação de sua filha por uma cocote de origem francesa, com fins espúrios. Essa representação do negro estava bem de acordo com os “vícios” atribuídos aos moradores de cortiços naquele período. O comportamento do policial Alexandre variava conforme estivesse envergando ou não o uniforme.

Alexandre, em casa, à hora de descanso, nos seus chinelos e na sua camisa desabotoada, era muito chão com os companheiros de estalagem, conversava, ria e brincava, mas envergando o uniforme, encerando o bigode e empunhando a sua chibata, com que tinha o costume de fustigar as calças de brim, ninguém mais lhe via os dentes e então a todos falava teso e por cima do ombro. A mulher, a quem ele só dava tu quando não estava fardado, era de uma honestidade proverbial no cortiço, honestidade sem mérito, porque vinha da indolência do seu temperamento e não do arbítrio do seu caráter. (AZEVEDO, 2012, p.41).

Note-se que, para o narrador, mesmo que, porventura, ainda se reconhecesse alguma qualidade em Augusta, como a honestidade, esta adviria de uma falha de temperamento, a indolência, e não da força de caráter da personagem. Dessa maneira, a mulher encontra seu maior (talvez único) valor social na capacidade de gerar filhos, na sua condição de “fábrica” de filhos:

Augusta ficara com a família numa das casinhas do segundo andar, à direita; estava grávida outra vez; e à noite via-se o Alexandre, sempre muito circunspecto, a passear ao comprido da varanda, acalentando uma criancinha ao colo, enquanto a mulher dentro de casa cuidava de outras. A filharada crescia-lhes, que metia medo. "Era um no papo outro no saco!" (AZEVEDO, 2012, p. 196).

A família de Alexandre e Augusta encontra-se presente em quase todos os acontecimentos da trama, ainda que de maneira secundária, constituindo o núcleo familiar central em *O Cortiço*.

E em torno desse grupo familiar podemos tecer algumas considerações sobre as influências das teses raciais e de branqueamento da sociedade, amplamente difundidas no romance. Por que a necessidade de apresentar a mulher do mulato Alexandre como brasileira branca? Essa necessidade vem ao encontro de mostrar Alexandre como o símbolo do branqueamento. No final do romance, o personagem do mulato pernóstico e empertigado ascende socialmente, sendo promovido a sargento:

Alexandre fora promovido a sargento e empertigava-se ainda mais dentro da sua farda nova, de botões que cegavam; a mulher, sempre indiferentemente fecunda e honesta, parecia criar bolor na sua moleza úmida e tinha um ar triste de cogumelo; era vista com frequência a dar de mamar a um pequerrucho de poucos meses, empinando muito a barriga para a frente, pelo hábito de andar sempre grávida. (AZEVEDO, 2012, p. 214).

Mesmo após a promoção, ele decide permanecer no cortiço, que passa por uma reforma após o incêndio provocado pela “Bruxa”. Esse novo cortiço, porém, deixa de ser um ambiente popular para se tornar mais “aristocratizado”. Dessa forma, o autor parece sugerir um paralelo entre a ascensão profissional do personagem e a “aristocratização” do ambiente em que mora. As duas transformações reafirmam, de certa maneira, o apagamento do elemento popular, o enrijecimento dos costumes, ideias aqui já comentadas.

Ainda sobre o “branqueamento”, temos a descrição da mulher de Alexandre como verdadeira fábrica de filhos, corroborando o que afirmávamos. Afinal esses filhos seriam os novos brasileiros, já “branqueados”. Por isso, a fábrica de pequerruchos. Quanto mais filhos gerados dessa relação inter-racial, mais rápido chegaríamos ao branqueamento da nação!

Augusta “carne-mole”, de acordo com o narrador, é fraca, sem atitude ou iniciativa; é quase um ser vegetativo, sem autonomia, o que nos faz pensar na questão dos casamentos inter-raciais sugeridos no romance. Quando a mulher era mulata, e o homem branco, a explicação se dava no apuramento do sangue na “raça superior”, como no caso de Rita Baiana e Jerônimo, mas, quando ocorre o contrário, como acontece com Alexandre e Augusta, a mulher branca é considerada um vegetal. Tal pensamento ratifica o que já foi explorado na questão da mulher como veículo do

experimento miscigenador, mas, no caso, é a mulher branca quem possui esse papel. O machismo e o sexismo daquela sociedade estão manifestados na voz do narrador. Nesse sentido, Augusta parece-se com a representação da Bertoleza. Uma é negra e máquina de trabalho e não tem filhos. A outra branca, mas pobre – é máquina de reprodução de brasileiros mais brancos. A hierarquização das raças também aparece na relação entre Alexandre e Augusta.

O mulato Alexandre é também a metáfora da ordem no cortiço. Está sempre procurando apaziguar situações de conflito dos moradores, acalma todos e, como policial do cortiço, é respeitado também.

4.4.1 Os mulatos capoeiras no cortiço

“O Capoeira”
 Qué apanhá sordado?
 O quê?
 Qué apanhá?
 Pernas e cabeças na calçada.
 (Oswald de Andrade)

A representação dos capoeiras no romance *O cortiço* traz a beleza de um dos maiores símbolos da resistência negra do final do século XIX e início do XX. Apesar de todo o preconceito em torno do tema na época, conseguimos extrair muito do que foram os capoeiras daquele período.



Figura 3 - Capoeiras jogando

Os jovens mulatos descritos como capoeiras surgem no capítulo VII do romance. Em uma tarde de domingo, chega ao cortiço para a festa da Rita Baiana, o seu amante, o mestre Firmo, juntamente com seu amigo Porfiro. Os dois trazem instrumentos de “capadócio”: um o violão, e o outro o cavaquinho. Começa então a descrição do mulato capoeira:

Firmo, o atual amante de Rita Baiana, era um mulato pachola, delgado de corpo, e ágil como um cabrito; capadócio de marca, pernóstico, só de maças, e todo ele se requebrando nos seus movimentos de capoeira. Teria os seus trinta e tantos anos, mas não parecia ter mais de vinte e poucos. Pernas e braços finos, pescoço estreito, porém forte; não tinha músculos, tinha nervos. A respeito da barba, nada mais do que um bigodinho crespo, petulante, onde reluzia a cheirosa brilhantina do barbeiro; grande cabeleira encaracolada, negra e bem negra, dividida ao meio da cabeça, escondendo parte da testa e estufando em grande gaforina por debaixo da aba do chapéu de palha que ele punha de banda, derreado sobre a orelha esquerda. Vestia, como de costume, um paletó de lustrina preta já bastante usado, calças apertadas nos joelhos, mas tão largas na bainha que engoliam os pezinhos secos e ligeiros. Não trazia gravata, nem colete, sim uma camisa de chita nova, e ao pescoço; resguardando o colarinho, um lenço alvo e perfumado; à boca um enorme charuto de dois vinténs, na mão um grosso porrete de Petrópolis, que nunca sossegava, tantas vezes lhe dava a ele a um tempo por entre os dedos magros e nervosos. Era oficial de torneiro, oficial perito e vadio, ganhava uma semana para gastar num dia; às vezes, porém os dados ou a roleta multiplicavam-lhe o dinheiro, e então ele fazia como naqueles últimos três meses; afogava-se numa boa pandega com a Rita Baiana”. “A Rita ou outra, ‘O que não faltava ai por ai eram saias para ajudar um homem a cuspir o cobre na boca do diabo!’ Nascera no Rio de Janeiro, na corte; militara dos doze aos vinte anos em diversas maltas de capoeira; chegara a decidir eleições na época do voto indireto. Deixou nome em várias freguesias e mereceu abraços, presentes e palavras de gratidão de alguns importantes chefes de partido. Chamava a isso a sua época de paixão política; mas depois desgostou-se com o sistema de governo e renunciou às lutas eleitorais, pois não conseguira nunca o lugar de contínuo numa repartição pública – o seu ideal – Setenta mil-réis por mensais; trabalho das nove às três. (AZEVEDO,2012, p. 67).

Nessas descrições, vemos que o narrador abusa dos adjetivos negativos para caracterizar o mulato, usando, às vezes, sinônimos, como “só de maças”, “pachola”, “pernóstico” e “capadócio”. Na questão do trabalho, o narrador continua sua descrição pejorativa: “oficial perito e vadio”, ainda por cima viciado em jogo.

Tais descrições são bem diferentes da feita pelo narrador anteriormente de Jerônimo, o Português seu rival, o trabalhador europeu ideal das elites brasileiras. O narrador tece elogios de mais de duas páginas ao português Jerônimo: “Jerônimo então dentro de dois anos se torna um dos melhores trabalhadores da pedreira e

passa a ganhar setenta mil réis e possui agora o cargo de contramestre. ” (AZEVEDO, 2012, p.57). E mais adiante a explicação para o novo cargo:

Mas não foram somente ao seu zelo e a sua habilidade o que o pôs assim para a frente; duas outras coisas contribuíram muito para isso: a força de touro que o tornava respeitado e temido por todo o pessoal dos trabalhadores, como ainda, e talvez principalmente, a grande seriedade do seu caráter e a pureza austera de seus costumes. Era homem de uma honestidade a toda prova e de uma primitiva simplicidade no seu modo de viver... (AZEVEDO, 2012, p.57).

O interessante é que o capoeira Firmo é oficial de torneiro perito³¹, uma profissão que requer especialização, enquanto Jerônimo é quebrador de pedras, ou seja, Jerônimo se destaca por sua força física, disciplina e honestidade e não por sua inteligência.

Quanto às vestes de mestre Firmo, a descrição é idêntica às dos capoeiras descritos por Carlos Eugenio Líbano Soares.³² Nesse ponto, destacamos a fidelidade aos contextos, na qual primou Aluísio Azevedo e que constituiu traço bastante conhecido de seus leitores contemporâneos. Ou seja, assim como no caso da personagem Bertoleza, Aluísio utilizou-se de sujeitos históricos reais para narrar sua obra ficcional. Desse modo, como já dissemos aqui, a ideologia do autor, juntamente com seu imaginário, construiu personagens carregadas de características preconceituosas, mas com ponto de partida na observação.

A entrada de Firmo em malta de capoeira também é descrita pelo narrador. As freguesias citadas dizem respeito às rivalidades entre essas maltas, que se estabeleciam nas freguesias cariocas. Aprofundaremos essa questão mais adiante.

Em seguida, temos a descrição do outro capoeira amigo de Firmo, cujo nome é Porfiro:

O amigo que Firmo trazia aquele domingo em sua companhia, o Porfiro, era mais velho do que ele e mais escuro. Tinha o cabelo encarapinhado, Tipógrafo. Afinavam-se muito os dois tipos com as suas calças de boca larga, e com seus chapéus ao lado; mas o Porfiro tinha outra linha, não dispensava a sua gravata de cor saltando em laço frouxo sobre o peito da camisa; fazia questão da sua bengalinha com cabeça de prata e da sua piteira em âmbar

³¹O oficial de torneiro é aquele que trabalha em uma máquina –ferramenta empregada para confeccionar ou dar acabamento a peças de madeira, marfim, ferro e aço, etc. Tal máquina é usada na fabricação de diversos recipientes como painéis, cubas, tampas, etc. Tal profissão está ligada a engenharia mecânica e atualmente esse profissional corresponde ao torneiro mecânico.

³² Ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano, RIO DE JANEIRO (RJ). DEPARTAMENTO GERAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CULTURAL. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890*. Rio de Janeiro: Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

e espuma, em que ele equilibrava um cigarro de palha.” (AZEVEDO, 2012, p. 68).

Ressaltamos que Porfiro era tipógrafo, outra profissão especializada, o que também demonstra que a personagem era letrada, privilégio de poucos naquela sociedade. Acima, temos o branqueamento na hierarquização das raças: Firmo é mais novo e possui pele mais clara e cabelo encaracolado, já Porfiro é mais velho, de pele mais escura e cabelo encarapinhado.

Firmo, o amante de Rita Baiana, aparece novamente no romance no capítulo IX. Agora, na descrição de seus hábitos, o tratamento conferido pelo narrador ao personagem muda. Em vez de designá-lo pelo nome, refere-se a ele simplesmente como “o capadócio”: “O capadócio ia dormir todas as noites com a Rita, mas não morava na estalagem; tinha o seu cômodo na oficina em que trabalhava”. (AZEVEDO, 2012, p. 96).

Em seguida, o narrador continua descrevendo a cena, mostrando agora o aspecto psicológico do personagem:

Jantou de cara amarrada e durante o parati, depois do café, só falou em rolos, em dar cabeçadas e navalhadas, pintando-se terrível, recordando façanhas de capoeiragem, nas quais sangrara tais e tais tipos de fama; “não contando dois galegos que mandara pras minhocas, porque isso para ele não era gente! — Com um par de cocadas boas ficavam de pés unidos para sempre!” (AZEVEDO, 2012, p. 96).

A violência do personagem é um traço característico da representação do negro no romance. Na primeira descrição de Firmo, já notamos essa ideia, que encontraremos paulatinamente disseminada pelo narrador ao longo do romance. Aqui ocorre também a problemática social do confronto entre negros e brancos (os galegos). Em outro trecho o narrador mostra a participação de Firmo na festa de Rita Baiana:

[...] Também cantou. E cada verso que vinha da sua boca de mulata era um arrulhar choroso de pomba no cio. E o Firmo, bêbedo de volúpia, enroscava-se todo ao violão; e o violão e ele gemiam com o mesmo gosto, grunhindo, ganindo, miando, com todas as vozes de bichos sensuais, num desespero de luxúria que penetrava até ao tutano com línguas finíssimas de cobra. (AZEVEDO, 2012, p. 118).

Segundo Sevckenko (1985), esse tipo de festa foi condenada pela República, assim como a boêmia e a serenata. A reação contra a serenata centrou-se no instrumento que a simboliza: o violão. Sendo por excelência o instrumento

popular, o acompanhante indispensável das “modinhas” e presença constante nas rodas de estudantes boêmios, o violão, por si só, virou sinônimo de vadiagem. A imprensa incitava a polícia recorrentemente contra o seresteiro em particular e o violão em geral. (SEVCENKO, 1985, p. 33).

Seguindo a narrativa, os adjetivos trocados entre as personagens brancas e negras no romance também mostram a rivalidade entre ambos do ponto de vista social. O narrador descreve então, pela primeira vez, um confronto corporal, na época, entre um capoeira e outra pessoa (no caso, o português Jerônimo):

- Deixa-me ver o que quer de mim este cabra!... rosou ele.
- Dar-te um banho de fumaça, galego ordinário! respondeu Firmo, frente a frente; agora avançando e recuando, sempre com um dos pés no ar, e bamboleando todo o corpo e meneando os braços, como preparado para agarrá-lo. Jerônimo, esbravecido pelo insulto, cresceu para o adversário com um soco armado; o cabra, porém, deixou-se cair de costas, rapidamente, firmando-se nas mãos o corpo suspenso, a perna direita levantada; e o soco passou por cima, varando o espaço, enquanto o português apanhava no ventre um pontapé inesperado.
- Canalha! berrou possesso; e ia precipitar-se em cheio sobre o mulato, quando uma cabeçada o atirou no chão.
- Levanta-se, que não dou em defuntos! exclamou o Firmo, de pé, repetindo a sua dança de todo o corpo. O outro erguera-se logo e, mal se tinha equilibrado, já uma rasteira o tombava para a direita, enquanto da esquerda ele recebia uma taponna na orelha. Furioso, desferiu novo soco, mas o capoeira deu para trás um salto de gato e o português sentiu um pontapé nos queixos. Espirrou-lhe sangue da boca e das ventas. [...] Então fez-se um clamor medonho. As mulheres quiseram meter-se de permeio, porém o cabra as emborcava com rasteiras rápidas, cujo movimento de pernas apenas se percebia. Um horrível sarilho se formava. O Bruno, os mascates, os trabalhadores da pedreira, e todos os outros que tentaram segurar o mulato, tinham rolado em torno dele, formando-se uma roda limpa, no meio da qual o terrível capoeira, fora de si, doido, reinava, saltando a um tempo para todos os lados, sem consentir que ninguém se aproximasse. O terror arrancava gritos agudos. Estavam já todos assustados, menos a Rita que, a certa distancia, via, de braços cruzados, aqueles dois homens a se baterem por causa dela; um ligeiro sorriso encrespava-lhe os lábios. [...] Nisto, ecoou na estalagem um bramido de fera enraivecida: Firmo acabava de receber, sem esperar, uma formidável cacetada na cabeça. É que Jerônimo havia corrido à casa e armara-se com o seu *varapau minhoto*. E então o mulato, com o rosto banhado de sangue, refileando as presas e espumando de cólera, erguera o braço direito, onde se viu cintilar a lamina de uma navalha. [...] Entanto, no meio de uma nova roda, encintada pelo povo, o português e o brasileiro batiam-se. Agora a luta era regular: havia igualdade de partidos, porque o cavouqueiro jogava o pau admiravelmente; jogava-o tão bem quanto o outro jogava a sua capoeiragem. Embalde Firmo tentava alcançá-lo; Jerônimo, sopesando ao meio a grossa vara na mão direita, girava-a com tal perícia e ligeireza em torno do corpo, que parecia embastilhado por uma teia impenetrável e sibilante. Não se lhe via a arma; só se ouvia um zunido do ar simultaneamente cortado em todas as direções. E, ao mesmo tempo que se defendia, atacava. O brasileiro tinha já recebido pauladas na testa, no pescoço, nos ombros, nos braços, no peito, nos rins e nas pernas. O sangue inundava-o inteiro; ele rugia e arfava, iroso e cansado, investindo ora com os pés, ora com a cabeça, e livrando-se daqui, livrando-se dali, aos pulos e às cambalhotas. A vitória pendia para o lado do português. Os espectadores

aclamavam-no já com entusiasmo; mas, de súbito, o capoeira mergulhou, num relance, até as canelas do adversário e surgiu-lhe rente dos pés, grupado nele, rasgando-lhe o ventre com uma navalhada. Jerônimo soltou um mugido e caiu de borco, segurando os intestinos. — Matou! Matou! Matou! Exclamaram todos com assombro. Os apitos esfuziaram mais assanhados. Firmo varou pelos fundos do cortiço e desapareceu no capinzal. (AZEVEDO, 2012, p. 119,120 e 121).

No excerto acima, o narrador mostra que, se a capoeira era elemento da cultura negra no Brasil, a defesa de Jerônimo, com seu varapau minhoto era um elemento da cultura portuguesa, que se refere ao jogo do pau (esgrima lusitana de origem antiga praticada primeiramente na região do Minho ao norte de Portugal).

No capítulo seguinte, temos o surgimento e o crescimento de outro cortiço na mesma rua do “São Romão”, o “Cabeça-de-Gato”, em alusão a um cortiço real existente na época, chamado Cabeça-de-Porco. Firmo e Porfiro aparecem como moradores desse novo cortiço e logo constituem e chefiam uma malta³³ de capoeira:

Firmo conquistara rápidas simpatias e constituíra-se chefe de malta. Era querido e venerado; os companheiros tinham entusiasmo pela sua destreza e pela sua coragem; sabiam-lhe de cor a legenda rica de façanhas e vitórias. O Porfiro secundava-o sem lhe disputar a primazia, e estes dois, só por si, impunham respeito aos carapicus... (AZEVEDO, 2012, p. 143).

O cortiço Cabeça-de-Gato é descrito da seguinte maneira:

[...]“Cabeça-de-Gato” que, à proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando acanalhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava, como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável, para sempre, o verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama; paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 2012, p. 217).

Voltando à nossa análise dos negros capoeiras no romance, temos então a morte de Firmo por Jerônimo, representando metaforicamente a luta entre estrangeiros brancos e negros brasileiros. Nesse sentido, é importante ressaltar o cientificismo por trás da narrativa. O fim de Firmo é trágico e violento. Nosso capoeira é morto a pauladas desferidas por três homens. Antes dessa morte, o narrador o mostra como um bêbado, vingativo e rancoroso. Com a eliminação de Firmo, Porfiro

³³ As maltas de capoeiras constituíam uma espécie de gangue e eram comuns em todas as freguesias da cidade do Rio de Janeiro.

assume a chefia da malta do cortiço Cabeça-de-Gato e dirige-se ao cortiço rival a fim de vingar o amigo.

Com relação à formação das maltas, Soares (1994) explica que estas constituíam a unidade fundamental da autuação dos praticantes da capoeiragem. Eram formadas por até cem componentes, sendo a forma associativa de resistência mais comum entre escravos e homens livres pobres no Rio da segunda metade do século XIX. (SOARES, 1999, p. 40).

As maltas possuíam denominações próprias e foram-se alterando ao longo do século passado. Seus feitos eram relatados pelos cronistas da época de acordo com Soares (1994). Para explicar a ligação entre as maltas e o sistema político do Império, o autor cita Magalhães Junior (1957) que defendia uma de muitas hipóteses:

Aos poucos os capoeiras foram se agrupando, a ponto de constituírem duas “nações”, a dos “guaiamus” e a dos “nagôs”, que mantinham entre si rivalidade intransigente, fazendo guerra uma a outra. [...] Uma das nações se ligara aos conservadores, outra aos liberais. Assim, quando eram perseguidos, os “guaiamus” folgavam as costas do “nagôs” e vice-versa. (MAGALHÃES, 1957 *apud* soares 1994, p. 41).

Essas ligações políticas entre capoeiras, conservadores e liberais, de acordo com Soares, garantiam a sobrevivência das duas maltas no Segundo Reinado, pois os chefes políticos de algumas paróquias os protegiam, compensando algum serviço prestado em eleições passadas.

Chegamos então à cena mais bela do romance, eternizada em sua alusão às duas maltas acima citadas, que foram rivais durante longo período na corte carioca e deram muito trabalho às autoridades locais:

Os cabeças-de-gato assomaram afinal ao portão. Uns cem homens, em que se não via a arma que traziam. Porfiro vinha na frente, a dançar, de braços abertos, bamboleando o corpo e dando rasteiras para que ninguém lhe estorvasse a entrada. Trazia o chapéu à ré, com um laço de fita amarela flutuando na copa.

- Aguenta! Aguenta! Faz frente! clamavam de dentro os carapicus. E os outros, cantando o seu hino de guerra, entraram e aproximaram-se lentamente, a dançar como selvagens. As navalhas traziam-nas abertas e escondidas na palma da mão. Os carapicus enchiam a metade do cortiço. Um silêncio arquejado sucedia à estrepitosa vozeria do rolo que findara. Sentia-se o hausto impaciente da ferocidade que atirava aqueles dois bandos de capoeiras um contra o outro. E, no entanto, o sol, único causador de tudo aquilo, desaparecia de todo nos limbos do horizonte, indiferente, deixando atrás de si as melancolias do crepúsculo, que é a saudade da terra quando ele se ausenta, levando consigo a alegria da luz e do calor. Lá na janela do Barão, o Botelho, entusiasmado como sempre por tudo que lhe cheirava a guerra, soltava gritos de aplauso e dava brados de comando militar. E os cabeças-de-gato aproximavam-se cantando, a dançar, rastejando alguns de

costas para o chão, firmados nos pulsos e nos calcanhares. Dez carapicus saíram em frente; dez cabeças-de-gato se alinharam defronte deles. E a batalha principiou, não mais desordenada e cega, porém com método, sob o comando de Porfiro que, sempre a cantar ou assoviar, saltava em todas as direções, sem nunca ser alcançado por ninguém. Desferiram-se navalhas contra navalhas, jogaram-se as cabeçadas e os voa-pés. Par a par, todos os capoeiras tinham pela frente um adversário de igual destreza que respondia a cada investida com um salto de gato ou uma queda repentina que anulava o golpe. De parte a parte esperavam que o cansaço desequilibrasse as forças, abrindo furo à vitória; mas um fato veio neutralizar inda uma vez a campanha: imenso rebentão de fogo esgargalhava-se de uma das casas do fundo, o número 88. E agora o incêndio era a valer. Houve nas duas maltas um súbito espasmo de terror. Abaixaram-se os ferros e calou-se o hino de morte. Um clarão tremendo ensanguentou o ar, que se fechou logo de fumaça fulva. (AZEVEDO, 2012, p.177-178).

A luta entre as duas maltas é um dos poucos registros de como se dava tal embate. O romancista também mostra que, mesmo sendo rivais, as maltas possuíam códigos de honra. Esse ponto da narrativa, em que o cortiço começa a pegar fogo e os cabeças de gato não se aproveitam da situação, mostra que a luta entre capoeiras possuía regras de honra e lealdade. Além disso, temos também a presença da solidariedade e do respeito nas relações das classes populares da época, embora rivais:

[...] Os cabeças-de-gato leais nas suas justas de partido, abandonaram o campo, sem voltar o rosto desdenhosos de aceitar o auxílio de um sinistro e dispostos até a socorrer o inimigo, se assim fosse preciso. E nenhum dos carapicus os feriu pelas costas. A luta ficava para outra ocasião. (AZEVEDO, 2012, p.178).

A participação dos capoeiras no romance termina no trecho acima. Comparando os mulatos no romance, temos os capoeiras Firmo e Porfiro como representantes da desordem social, são considerados vagabundos e malandros pelo narrador. Embora ambos exerçam profissões de natureza especializada, um torneiro oficial perito e o outro tipógrafo, vão morar no cortiço Cabeça-de-gato, dentro do romance, a representação do mais baixo tipo de moradia da Corte. Por tal comportamento, também ficam à margem do processo civilizatório, um morre, e o outro se torna chefe de gangue.

Já Alexandre representa a ordem, não é vagabundo, não consome bebidas alcoólicas, porém, é considerado pernóstico por suas maneiras polidas e educadas. Enfatizamos que é sempre o narrador que o chama de pernóstico e empertigado. Alexandre colabora com o branqueamento racial e ascende socialmente; na trajetória

da personagem, as teses do “progresso” racial e social andam juntas. Ele é um dos poucos que continuam a habitar o novo cortiço, modernizado e ordeiro.

A representação dos mulatos no romance reflete bem a ideologia do branqueamento, ou seja, os brasileiros, mesmo educados e instruídos não servem para representar o trabalhador nacional. O imigrante europeu, sim, é quem representa o trabalhador ideal na nova ordem do trabalho estabelecida, independente de ser qualificado.

A hierarquização das personagens se torna patente: brancos, mulatos e negros. Sobre essa hierarquização feita pelo escritor e o lugar ocupado por ele na sociedade, retomamos o pensamento de Pierre Bourdieu (1998) que afirma que:

A classe dominante é o lugar de uma luta específica pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade de sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detém por delegação; a fração dominada (letrados ou <<intelectuais>> e <<artistas>>, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios da hierarquização. (BOURDIEU, 1998, p. 12).

A hierarquia presente no romance nos é mostrada de forma natural. Para Guimarães (2009) há diversas maneiras de naturalizar as hierarquias sociais. O termo “natural” empregado em sentido amplo, significa uma ordem a-histórica ou trans-histórica, isenta de interesses contingentes e particulares, representando apenas atributos gerais da espécie humana ou das divindades.

No caso do romance, a ordem natural presumida tem uma justificativa científica (endodeterminada) e também cultural (necessidade histórica – como no caso dos evolucionismos que justificam a subordinação de uma sociedade humana por outra). No romance, essa ordem delimita as distâncias sociais mostrando um sistema de hierarquização rígido e inescapável.

De acordo com Guimarães (2009), as hierarquias sociais podem ser justificadas e racionalizadas, por conseguinte, de diferentes modos, fazendo, todas, apelo à ordem natural. Assim, por exemplo, a ordem econômica era justificada na Inglaterra do século XIX, como produto das virtudes individuais (os pobres eram pobres porque lhes faltavam sentimentos, virtudes e valores nobres); do mesmo modo, as mulheres teriam posições subordinadas devido às características de seu

sexo, e os negros eram escravizados ou mantidos em situação de subordinação porque sua “raça” seria, intelectual e moralmente, incapacitada para a civilização. O autor ressalta que todas essas hierarquias foram justificadas, e algumas ainda o são, por uma teoria “científica” da natureza (eugenia, biologia e genética). Em todos esses casos o grau de “fechamento” do sistema de hierarquização dependeu menos do caráter das marcas utilizadas (marcas de corpo, vestuário, maneira de agir, etc.) e mais de sua pretensa naturalidade. (GUIMARÃES, 2009, p. 32-33).

4.5 A capoeiragem no Rio de Janeiro no final do século XIX: algumas contribuições do romance de Aluísio Azevedo

Trabalharemos historicamente com os capoeiras na Corte carioca no final do Império, período em que se desenvolve a trama no romance, dialogando com Carlos Eugênio Líbano Soares. O autor é o maior historiador dos capoeiras no Rio de Janeiro e pesquisou os processos criminais e os livros de entrada na cadeia pública da Corte no século XIX. Ele analisou as prisões e processos por “capoeiragem”, além de publicações na imprensa daquele período.

A “capoeiragem”, segundo Soares (2006), destaca-se como o maior exemplo de reinvenção cultural na diáspora africana. Foi muito forte na cidade do Rio de Janeiro e naquele momento era uma mistura de facas, adagas, estoques ou qualquer outro objeto contundente, com a habilidade marcial dos africanos e seus descendentes, que a tornava especial. O termo capoeira também se referia a um tipo de indivíduo, “o capoeira”, que era uma figura de rua típica, mais do que uma prática, muitas vezes mencionada como “o jogo do capoeira”. (ARAÚJO *et al.*, 2006, p. 77-79).

Soares (1994) aponta que existiam várias “maltas” (grupos formados por capoeiras de todas as idades) e que suas atividades eram demarcadas por freguesias. As maltas surgiram na corte do Rio de Janeiro na disputa pelos chafarizes, locais onde se buscava água para seus senhores. Com o tempo, os escravos de uma mesma freguesia (bairro) perceberam que agindo em grupo, tirariam melhor proveito da água de seu bairro³⁴. Quase todas eram rivais entre si bastava um capoeira invadir outra freguesia para armar-se o confronto. Importante ressaltar que, naquela época, a

³⁴ Ver ARAÚJO *et al.* **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

capoeiragem era considerada contravenção penal e estava associada a escravos africanos e brasileiros, que sofriam perseguição policial constantemente.



Figura 4 - capoeiras sendo pego

De acordo com Soares (1994), as primeiras décadas do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, foram marcadas pelo terror da capoeira. As “maltas” eram formadas por escravos que percorriam as ruas da cidade portando facas, estoques ou qualquer instrumento perfurante. Os capoeiras mantiveram em vigilância a capital da Colônia e a Corte no Império. Ainda nesse período, a capoeira estava ligada à condição escrava e à origem africana. A ideia de que a capoeira é uma invenção escrava originada no Brasil é a mais aceita por seus estudiosos, pois não se tem relatos ou notícias de tal prática na África. O autor também explica que a capoeira não era usada somente contra policiais, soldados ou senhores violentos. Ela servia também para acertar diferença e marcar hierarquia dentro da própria massa escrava. Segundo o autor, o ponto mais importante foi a percepção de uma identidade cultural própria, com certeza, construída em códigos africanos de identidade tribal combinados com rivalidades locais produzidas pela experiência da escravidão urbana. As punições para os escravos presos como capoeiras eram brutais, 300 açoites, trabalhos forçados

na Ilha das cobras ou ainda na estrada da Tijuca na periferia da cidade. Os capoeiras então representavam a vanguarda da violência escrava na reação às truculências do Estado escravagista. (SOARES, 1994, p. 25-29).

A malta de capoeira denominada nagoa ou nagôs teria uma ligação com africanos e baianos, seguidores da religião dos orixás, ou pelo menos próximos. Guaiamum seria uma tradição nativa, “crioula”, natural da terra, ligada aos escravos nascidos no Brasil. (SOARES, 1994, p. 48).

No romance *O cortiço*, não há diferenciação entre as maltas de capoeiras, mesmo porque o interesse de seu autor foi apenas de narrar como se dava a luta dos capoeiras entre si ou contra qualquer outra pessoa, o que foi muito bem explorado no romance. Como no romance o autor faz alusão à comunidade baiana na Corte carioca, retomamos outro trabalho de Soares (1998-1999) que mostra que boa parte dos capoeiras presos naquele período era de origem baiana. O autor ainda faz associação aos nagoas capoeiras do Rio de Janeiro com os nagôs da Bahia, temidos pelos senhores de escravos em Salvador devido à sua capacidade de organizar rebeliões e fugas em massa. (SOARES, 1998-1999, p. 153).

A Guerra do Paraguai colaborou muito para a desarticulação das maltas de capoeiras. Pois a maioria dos capoeiras foram recrutados para a guerra, muitos morreram e quando o conflito acabou, os capoeiras que retornaram continuaram com suas rivalidades. Uma série de confrontos sangrentos ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Esses combates aconteceram intermitentemente nas últimas três décadas do período imperial. Há relatos deles por toda a cidade, e sua motivação era variada. (SOARES, 1994, p. 57).

A relação entre capoeiras e política também é explorada pelo autor. Em 1888, ano da abolição da escravatura, houve grandes mobilizações de maltas de capoeiras. Violentos confrontos entre nagôs e guaiamuns também ocorreram. A atuação das maltas atingiu seu apogeu de sofisticação nesse período. (SOARES, 1994, p. 57-59).

Após a abolição, surge então a milícia de capoeiras da Guarda Negra, que se tornou célebre em seus ataques aos Republicanos. Tais ataques se estenderam no país inteiro. A Guarda Negra foi o episódio da política dos capoeiras mais foi enfocado pelos historiadores. Tal processo abriu diversas possibilidades de

interpretações, desde o 13 de maio até a proclamação da República. (SOARES, 1994, p. 227).

Ainda de acordo com o autor, a Guarda Negra foi fundada na redação do jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, na data comemorativa da Lei do Ventre Livre, quando ela completava dezessete anos. José do Patrocínio foi o patrono e líder natural da Guarda Negra.

A primeira menção à Guarda Negra foi publicada num artigo de jornal em 1888, aludindo ao fato de que houve, em casa de Emílio Roudé, o abolicionista, amigo e parceiro de Aluísio Azevedo no teatro, o acordo da fundação de uma associação de nome Guarda Negra da Redentora. Esse programa de ação e formação de uma agremiação política possuía estatuto, eleições internas e uma rede de alianças que ia desde os jornais da Corte até os libertos do interior. (SOARES, 1994, p. 231).

O autor aponta então para a existência de dois projetos de Guarda Negra surgidos no segundo semestre de 1888: o primeiro, citado acima, e o segundo, ligado ao gabinete de João Alfredo (Presidente do Conselho de Ministros de D. Pedro II), que pretendia formar um braço armado clandestino contra os republicanos, fazendo com que estes se aterrorizassem. A esse mesmo projeto, pretendia incorporar populares sob seu campo de influência. Esse projeto vingou, porém João Alfredo perdeu o controle de sua milícia, que passou a praticar ataques indiscriminados em várias reuniões e encontros republicanos. (SOARES, 1994, p. 233-234).

Com o advento da República, os capoeiras foram os primeiros a sofrer as represálias do novo regime. Tanto os capoeiras como a Guarda Negra representavam grande ameaça ao controle da situação na Corte, e o novo regime sabia que esse controle era necessário para estabilizar a República. Sampaio Ferraz (o cavanhaque de aço), promotor de justiça do Império na Corte, foi nomeado chefe de polícia do governo provisório e, tendo carta branca para agir, deixou de lado todo o aparato jurídico, dando início a sua perseguição aos capoeiras. Com o parlamento fechado e longe da influência dos políticos, Sampaio Ferraz prendeu a maioria dos capoeiras mais conhecidos e destemidos do Rio de Janeiro. Sua estratégia foi buscá-los em suas residências. Sem dar aos presos nenhum direito à defesa, deportou centenas deles para a ilha de Fernando de Noronha, pondo um suposto “fim” ao episódio dos

capoeiras. A capoeiragem durou aproximadamente um século na Corte Imperial. (SOARES, 1994, p. 236).

O suposto “fim” da capoeiragem no Rio de Janeiro começou a se desencadear em 1890, ano da publicação do romance *O cortiço*. De acordo com os biógrafos Raimundo de Menezes (1956) e Jean-Yves Mérien (2013), Aluísio Azevedo teve contato e até mesmo amizade com capoeiras, chegando a ser perseguido por um deles em suas andanças pelos cortiços cariocas. Sabendo que Aluísio Azevedo era amigo de Emílio Roudé, um dos fundadores da Guarda Negra, o autor naturalista com suas ideologias também não percebeu e jamais perceberia a importância dos capoeiras naquele período. O romancista reproduziu n’*O Cortiço* (1890) as mesmas visões preconceituosas sobre os capoeiras veiculadas pela imprensa da época.

Outro autor que trabalha a temática dos capoeiras no Rio de Janeiro é Antonio Liberac Pires (1996). Em sua dissertação de mestrado, ele trabalha na perspectiva dos anos após 1890 até 1937. Preocupado em fazer uma revisão na história dos capoeiras no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, Pires trabalha muito a questão cultural e racial ligada à capoeira, procurando desconstruir algumas visões binárias e deformadoras em relação ao assunto. Muito do que já foi dito por Soares está contido em sua dissertação.

Para entendermos melhor a capoeira como um símbolo de cultura africana e de resistência no Brasil, dialogaremos então com um dos principais intelectuais negros no Brasil que se propôs a abordar esse tema. Muniz Sodré (2005) nos dá um conceito de cultura brasileira, ou de cultura no Brasil, a partir de elementos da cultura negra vinda para cá com o tráfico negreiro.

Explanando sobre seu conceito de cultura, Muniz Sodré, (2005) retoma a questão da formação da sociedade brasileira iniciada no século XVI, que foi um processo de agrupamento, num gigantesco território que deveria ser conquistado, de elementos americanos (indígenas), europeus (os colonizadores portugueses) e africanos (escravos negros, trazidos principalmente da costa da África). No mesmo campo ideológico do colonizador, fixaram-se as organizações hierárquicas, formas religiosas, concepções estéticas, relações míticas, música, costumes, ritos, característicos dos diversos grupos negros. Apesar do esforço brasileiro de quebrar as formas econômicas, políticas, familiares e míticas de todos os negros sem distinção. É sabido que, em plena vigência da escravatura, com todos os seus aparatos e táticas de assimilação e cooptação ideológicas, tais como concessões de

pequenos privilégios, oportunidades de ascensão social para mestiços, etc., os negros desenvolviam formas paralelas de organização social. Exemplos disso são a criação de caixas de poupanças para compra de alforrias de escravos urbanos, conselhos deliberativos próprios para resolver disputas internas entre nação ou etnia, ou para preparação de ações coletivas (como fuga e revoltas), confrarias de assistência mútua e a manutenção do iorubá como língua ritualística. (SODRÉ, 2005, p. 90).

No capítulo intitulado “Capoeira, um jogo de corpo”, de seu livro *A verdade seduzida* (2005), Muniz Sodré atrela outras denominações como *vadiação* e *brincadeira* ao jogo da capoeira na Bahia. Quem a vê pela primeira vez faz a pergunta: capoeira se luta, joga, brinca, dá-se entre amigos ou companheiros, como? A explicação quase que pedagógica nos ajuda a compreender os mistérios que envolvem a capoeira até os dias de hoje: Forma-se uma roda composta de, no mínimo, um tocador de berimbau (instrumento constituído de arco com uma cabaça presa a uma das extremidades, funcionando como caixa de ressonância, e retesado por um fio de aço, tocado de forma ritmada por uma vareta). Outros instrumentos como pandeiros, reco-reco e caxixis também contribuem para o ritmo. Todos os participantes da roda acompanham com um canto denominado chulas, que são específicos das rodas de capoeiras. Em seguida, dois homens entram no círculo abaixando-se na frente dos músicos, dando início ao jogo. No espetáculo, mobilizam-se totalmente os corpos dos jogadores, mãos, pés, joelhos, cotovelos, dedos, cabeças se combinam em esquivas e golpes de nomes variados. (SODRÉ, 2005, p. 153).

O objetivo é o envolvimento, a atração do oponente a um ponto em que se pode definir como impacto/queda no caso da luta ou ainda a possibilidade dos mesmos no caso da brincadeira. Mas nenhuma finalidade restrita comanda o jogo, nem há uma divisão radical entre as formas de luta e as de brincadeira ou as formas de ataque e de defesa. O estilo individual do jogador se define inicialmente pela ginga, o balanço incessante e maneiroso do corpo, que faz com que se esquive e dance ao mesmo tempo, mesclando gestos, firulas, sorrisos ou ainda mandinga como preferimos (algo relacionado ao mágico, feiticeiro, malícia, encantamento) capazes de desviar o adversário do seu caminho previsto, ou seja, seduzi-lo. (Sodré, 2005, p.154).

O autor continua dizendo que o capoeirista jamais se imobiliza, e sua ginga evolui em roda, como outros elementos da cultura africana no Brasil, por exemplo, o samba tradicional ou o espaço das danças religiosas negras. É a mesma estratégia da aranha: evitando o confronto direto, o capoeirista seduz o adversário num espaço circular, envolvendo-o, enlaçando-o. Se não o vence, retira-se astutamente, transforma-se num “pé-de-mato”, foge. A capoeira implicava, como toda estratégia

cultural dos negros no Brasil, um jogo de resistência e acomodação. “Luta com aparência de dança, dança que aparenta combate, fantasia de luta, vadiação, mandinga, a capoeira sobreviveu por ser jogo cultural”. Um jogo de destreza e malícia em que se finge lutar, e finge-se tão bem que o conceito de verdade da luta desaparece aos olhos do espectador e – ai dele – do oponente distraído. (SODRÉ, 2005, p. 154/55).

Finalizando o conceito de capoeira de Muniz Sodré, a capoeira negra é um jogo sem leis, – logo, sem método – para que cada novo instante seja preenchido por um novo gesto. O golpe eficaz tem de ser inesperado. Embora o repertório gestual seja finito, suas combinações são abertas. O capoeirista, consciente de seu corpo, improvisa sempre e, como o artista, cria. Nesta arte-jogo da capoeira, malícia (ou mandinga) é uma palavra-chave, por indicar precisamente a perícia negra de contornar a ideologia ocidental do corpo e aplicar em segundos uma atitude nova. (SODRÉ, 2005, p. 160).

Muniz Sodré também fala do corpo negro, ou seja, negando a tentadora explicação de que a capoeira seria a tendência à rebelião do corpo contra as consequências físicas da colonização, o autor vai além e nos diz que o que há na capoeira é um envolvimento emocional, um sentimento de raiz e tradição, ausentes do esporte puro e simples. Logo, o autor afirma que “a capoeira é mais a afirmação de um corpo orgulhoso de sua vitalidade e ciente de seus segredos, de sua mandinga”. E foi também o caminho de um estilo “individual”, de uma catarse corporal, em face das desavenças ou da dança, assim como o grito, nos primórdios do *jazz*, identificava o negro rural norte-americano. (SODRÉ, 2005, p. 161).

Avulta assim a hipótese de um corpo definido pela plasticidade necessária aos herdeiros de uma cultura em movimento de autopreservação e continuidade. O corpo do capoeirista negro, ajusta sinergias neuromusculares com imperativos de resistência cultural. É um corpo sempre aberto como estrutura, capaz de incorporar a dispositivos marciais a alegria da dança e do ritmo. Tudo isso em simbiose faz com que o jogo da capoeira seja uma extraordinária diferença cultural. No momento em que se joga a capoeira, os movimentos do indivíduo libertam-se de qualquer causa externa, de qualquer justificativa racional outorgada por um Outro, possibilitando um desfrute instantâneo do real. O ritmo do berimbau então põe em jogo, integrados, corpo e alma do negro. (SODRÉ, 2005, p.162).

Atualmente, a capoeira é considerada patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (IPHAN) e está presente em diversos países.

A partir das explanações dos autores sobre capoeiras e sua ligação com a narrativa do romance *O cortiço*, podemos concluir que a capoeira segue outros rumos após a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Foi, sem dúvida, uma das maiores formas de resistência negra, seja individual ou em grupos. Os capoeiras também tiveram ligações com políticos para poderem sobreviver e se organizavam na hierarquização social, em bairros, cortiços, freguesias, locais de trabalho e até mesmo nas prisões.

Com a mudança de regime político, saem de cena alguns agentes, e entram outros. Todas as mudanças ocorridas na cidade carioca afetaram diretamente as relações que os capoeiras mantinham com a sociedade. Os capoeiras que viviam no final do império no Rio de Janeiro são colocados à margem do processo de construção da identidade nacional. Eram a representação do ócio, da vagabundagem, do mestiço degenerado e não estavam aptos à disciplina do trabalho rumo ao progresso da nação.

Sem intenção, Aluísio Azevedo contribuiu historicamente, mostrando-nos como era ser um capoeira no final do Império na Corte carioca. Nosso romancista mal tinha consciência de que aquelas maltas de capoeiras seriam consideradas um dos maiores símbolos da resistência negra no Brasil.

*Figura 5 -
Roda de capoeira hoje*



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das representações do negro no romance *O Cortiço* se deu tanto do ponto de vista literário, como do ponto de vista histórico. A obra foi estudada como fonte e objeto de pesquisa e ao situar historicamente o romance em seu tempo, conseguimos observar muito do que foi o pensamento das elites no final do século XIX. Aluísio Azevedo abordou muitos assuntos que estavam em discussão na época, enquanto contava a história de personagens que viviam nos cortiços cariocas, de acordo com a estética naturalista, e buscando representar fielmente a sociedade brasileira.

As ideias naturalistas e as teorias raciais presentes no romance cristalizaram o debate sobre miscigenação e identidade nacional travado no Brasil pelos intelectuais que se pautaram por uma suposta visão científica. No momento em que o romance foi publicado apenas Sílvio Romero já havia publicado uma obra que sistematizava essas ideias no Brasil. Vale ressaltar que tais ideias já estavam sendo discutidas nos jornais e círculos intelectuais por aqui desde 1870. Euclides da Cunha e Raimundo Nina Rodrigues publicaram suas obras posteriormente.

A instituição escravidão permeia o romance do início ao fim e não é questionada em nenhum momento do romance, não existe a causa humana no que diz respeito ao futuro dos escravos. Ao incorporar o romance como um projeto de país, o pioneiro deles, diga-se de passagem, percebe-se claramente que ele não continha o negro como elemento cidadão.

Partindo da ideia de Antonio Candido de que *O Cortiço* é uma alegoria do Brasil, com sua mistura de raças e nacionalidades, identificamos nos destinos e relações entre as personagens um projeto de país. A alegoria, neste caso, tenciona a noção naturalista de representação mecânica do mundo. Ela é uma ideologia transformada em projeto nacional, não um estado de coisas. Ela figura o projeto das elites brasileiras no momento da abolição da escravatura e da proclamação da República. Daí a importância de o romance ter sido publicado no momento de grande ebulição social do país.

Com relação às personagens, atentamos para o fato de que o ponto de partida da criação de Bertoleza baseia-se na observação. Entretanto, o desenvolvimento da personagem no romance é marcado pela submissão. A análise mostrou que sua criação se baseou em uma visão ideológica sobre o negro, influenciada pelas teses raciais da época. O autor, portanto, parte de um tipo existente,

mas a desenvolve de maneira incongruente, ao projetar sobre ela uma visão preconcebida, de que os negros se extinguiriam (suprimidos por si mesmos, como acontece com a Bertoleza).

Pelo lado da cidadania, temos a personagem negra como realmente uma “coisa”. A forma como Azevedo cria a personagem em nada contribui para a sua inserção na sociedade. Bertoleza não sai de dentro do cortiço e mal sai da cozinha durante todo o romance. Ela não tem relações de sociabilidade com ninguém e comporta-se sempre como escrava mesmo pensando ser livre. Os adjetivos negativos colocados pelo narrador também foram interpretados por nós como uma estratégia narrativa que, ao longo do romance, é utilizada de forma insistente, de modo a inspirar no leitor a ojeriza. A tentativa de construir uma imagem de força do negro ligada ao trabalho e à submissão foi evidenciada na figura da personagem negra Bertoleza. Ressaltamos que essa imagem do negro também está presente no pensamento de Silvio Romero que dizia que o negro era próprio para o trabalho árduo e aprende com facilidade, aliando-se ao branco, convivendo lado a lado com ele. (ROMERO, 1960, p. 119-120).

No romance, o horror ao trabalho, como atividade pouco nobre, liga-se à figura do negro e se estende para o português, porém, este pode ascender socialmente, o negro não. O romance ao tratar da escravização, vincula o negro ao escravo de forma natural, além disso, passa a imagem do branco tutelando o negro como se ele não tivesse sido sujeito de suas ações e agenciador de sua liberdade.

A personagem Rita Baiana não causa repugnância e possui uma grande distância de Bertoleza. Figura completamente diferente, ela é desejável e perigosa. Visão ideológica também. Rita Baiana representa a mulher sensual, como uma metáfora da natureza brasileira. Criação literária de um escritor branco com valores eurocêntricos. Ela é figura exótica, feiticeira, encantadora, sedutora, sensual e corruptora do homem branco. “Bonita como a branca e fácil como a negra” a mulata seria capaz de provocar desordem ou descenso social na ordem hierárquica estabelecida do cotidiano dos brancos. A beleza dessa personagem mulata é atribuída à “positiva” ascendência branca do pai, antes que da mãe, uma mulata cafuza. A hierarquização, racial é evidente na contraposição estabelecida pelo autor entre Bertoleza e Rita Baiana.

A personagem Florinda segue com as mesmas características de Rita Baiana, é bonita e desejada pelos homens. A mulher mulata representa o prazer na

trama. Notamos que, tanto Rita Baiana como Florinda, possuem boa mobilidade e sobrevivem bem naquela sociedade apesar de todas as adversidades. Já a crioula Bertoleza, mesmo vivendo do seu trabalho, e pagando jornal ao seu senhor, é mostrada como uma mulher que não serve à miscigenação, não tem filhos. Ela não é desejada, torna-se “coisa” e, ao final, desaparece.

As mestiças velhas, representadas pelas personagens Paula e Marciana, são guardiãs de culturas ancestrais, figuras ligadas à terra. No decorrer do romance, elas enlouquecem e morrem, dando lugar ao novo. Elas contrastam com a modernidade. A morte das duas faz alusão à morte desse mundo e desses costumes que não se ajustam ao progresso e devem se extinguir.

Já a personagem Alexandre mostra o caminho possível aos mulatos ao se colocar ao lado da ordem e ao aderir ao processo de branqueamento. Ele é premiado com a ascensão social, mas teve que abrir mão da cultura africana de seus antepassados. Alexandre representa o mulato em seu “primeiro estágio”, como diz Silvio Romero. Ele é casado com uma mulher branca e o atributo dele no romance é apenas gerar filhos. Esses filhos seriam já de pele mais clara, se tornariam brancos e assim a forma branca iria prevalecendo segundo as concepções da teoria do embranquecimento.

Os mulatos Firmo e Porfiro são considerados vagabundos e capoeiras, lembrando que era contravenção penal praticar a arte de origem africana, porém ambos possuíam profissões não braçais, humildes é verdade, mas que exigiam algum conhecimento técnico. Além disso, sabiam tocar instrumentos como o violão e o cavaco, que seriam depois proibidos de serem utilizados no período republicano. O livro mostra que eles não se entregam à ordem social, por fim eles também se extinguem pela morte ou se dissolvem na anomia das camadas mais baixas.

Os portugueses brancos exploram os brasileiros, enriquecem e instauram a nova ordem capitalista (figurada na Vila São Romão, planejada e higienizada) na qual o negro está à margem; ele não participa dessa nova ordem.

Ainda que involuntariamente, Aluísio Azevedo, como escritor naturalista, observou e nos mostrou, por meio dessas personagens negras e mestiças, vários elementos da cultura africana ou ainda da “pequena África” existente no Rio de Janeiro

no final do século XIX. Uma cultura transplantada que resistiu, a ponto de exercer grande influência em seu novo meio. Este é que consideramos o lado positivo da obra.

Aluísio Azevedo, em seu romance, mostra as dificuldades e as contradições de lidar com elementos de cultura diferente, no caso, a cultura africana enraizada e presente no Brasil. É controverso quando aponta as habilidades e destrezas dos capoeiras no universo urbano e também quando mostra que os mulatos brasileiros possuíam profissões mais especializadas (técnicas) que os imigrantes europeus.

O autor do romance tinha certa admiração pelos “tipos brasileiros”, como atesta seu amigo Pardal Mallet em sua crônica de jornal, no entanto, essa suposta admiração de Aluísio Azevedo pelos mulatos e mulatas não altera a sua visão preconceituosa e afinada com a ideologia das teses raciais em relação a eles. A representação de tais personagens no romance demonstra o lugar que deveria ser ocupado pelos mulatos na sociedade. Nenhum deles ascende socialmente, não desaparecem como os negros (Bertoleza), mas também não saem do lugar. A exceção de Alexandre que contribui para o processo de branqueamento da sociedade. A narrativa mostra que o ideal de Brasil era outro, sem a presença desses “tipos”.

Aluísio Azevedo projetou em seu romance as ideologias do pensamento dominante de seu tempo, deixando à mostra, entretanto, a ambiguidade do pensamento brasileiro da época: o mestiço representa a degeneração, mas, ao mesmo tempo, a beleza e o encantamento natural do país.

Não encontramos no romance posicionamentos diretos em relação a Abolição, apenas a ironia contra os abolicionistas. Em relação à República, também não aparece nenhuma menção, assim como também à Monarquia. Porém, atentando para o que escreveu um de seus biógrafos acerca da publicação do romance e confrontando com as fontes históricas, o romance parece realmente ser um presente para a República. Ali estavam boa parte do que a República deveria combater em seu processo civilizatório: cortiços, negros, mulatos, capoeiras, curandeiras, etc.

A partir das considerações feitas acima, retomamos o pensamento de Michel de Certeau (2012), segundo o qual o texto literário é um desencadeamento das ações formais que organizam uma efetividade histórica, reconhecendo-lhe o estatuto de um

discurso teórico que se pode reconhecer e produzir modelos lógicos indispensáveis a qualquer “explicação” histórica. (CERTEAU, 2012. P. 100).

Mostramos, neste trabalho, que o romance *O Cortiço*, funciona de várias formas como um modelo lógico, capaz de ser reconhecido por nós agora, após 120 anos da publicação do romance. No modelo histórico de Aluísio Azevedo, assim como de Silvio Romero, os negros desapareceriam e a sociedade se ordenaria, segundo valores eurocêntricos, e se branquearia paulatinamente.

Faz parte das ambiguidades do romance, entretanto, que ele tenha um valor documental importante justamente para a cultura daqueles que condenou. As festas promovidas por Rita Baiana, a prática do curandeirismo da personagem Paula, os cantos de Marciana, ditando o ritmo da lavagem das roupas, e os capoeiras e seus modos de defesa mostraram o riquíssimo espectro cultural das classes baixas daquela sociedade. Essas atitudes conferem às personagens negras do romance grande força de identidade e resistência, apesar de estas serem desumanizadas pelo narrador.

Na década seguinte à publicação d’ *O Cortiço*, o escritor negro Lima Barreto começa a publicar várias obras literárias que combatem diretamente as teorias raciais. No campo científico, o médico psiquiatra negro Juliano Moreira tornou-se importante cientista que também refutou as teses raciais e a ideia de uma hierarquia dos povos pautada na diferença entre países de climas variados ou raciais diversificadas. Coincidentemente, Juliano Moreira foi diretor do hospício onde Lima Barreto ficou internado. Ambos são importantes intelectuais negros que resistiram à imposição das teorias raciais e questionaram abertamente sua validade.

As personagens negras criadas por Lima Barreto podem ser objeto de estudo de futuros trabalhos acadêmicos, sendo interessante, inclusive, sua comparação com as personagens de Aluísio Azevedo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALVES, G. J. **Público e privado n'O Cortiço, de Aluísio Azevedo**. *Dialogia*, São Paulo, v.4, p. 57 – 68, 2005. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v4/dialogv4_3c.pdf>. Acesso em 23 fev. 2014.
- ARAÚJO *et al.* **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.
- ARRUDA, Angela. **Representações das mulheres no imaginário brasileiro: da colonização ao surgimento da nação**. CADERNO CRH, Salvador, n. 33, 2000, p. 49-73, jan. /jun. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=95>>. Acesso em 12 fev. 2014.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo, Annablume, 2003.
- _____. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BASTIDE, Roger. **A poesia afro-brasileira**. São Paulo, SP: Livraria Martins Editora, 1943.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia sagrada**. Rio de Janeiro. Imprensa Bíblica Brasileira. Brasil, 1969.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre; **O poder simbólico**: tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. **Representação da mulher negra na literatura brasileira**. XII Seminário Nacional e III Seminário internacional Mulher e Literatura. Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural. UESC, Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/Mesas/Maria%20Consuelo%20Cunha%20Campos.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2013.
- CANDIDO, Antonio, 1991. **De cortiço a cortiço**. Novos estudos CEBRAP, nº 30, 1991, páginas 111-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002014000100010&script=sci_arttext>. Acesso em 31 mar. 2103.

_____. **Dialética da Malandragem** (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). In Revista do instituto de estudos brasileiros, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89. Disponível em:
[http://www.casdvest.org.br/pcasd%2Fuploads%2Ftassio%2FAn%E1lises%2FArtigo%20-%20Dial%20E9tica%20da%20malandragem%20\(Antonio%20Candido\).pdf](http://www.casdvest.org.br/pcasd%2Fuploads%2Ftassio%2FAn%E1lises%2FArtigo%20-%20Dial%20E9tica%20da%20malandragem%20(Antonio%20Candido).pdf). Acesso em 10 jul. 2015.

Carula, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. - Campinas, SP: [s.n.], 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em:
http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/media/dissertacao_carula_karoline.pdf. Acesso em 09 abr. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15ª ed.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim; O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2ª ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, L. A. M. **Uma leitora diante do espelho.** (Autores do livro a história contada discutem resenha de Ligia Cademartori). Publicado no Correio Braziliense de 20 de setembro de 1998. Disponível em:
 <http://www.unicamp.br/cecult/resenhas_outras/resenha_histcont2.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural.** Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1990.

CORRÊA, MARILZA. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu** (6-7). Campinas, 1996: pp.35-50. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100201&script=sci_arttext>. Acesso em 30 maio 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição.** 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: esboços sociológicos.** Brasília, DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

CUTI (Luiz Silva). *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo negro, 2010.- (Coleção consciência em debate/coordenada por Vera Lúcia Benedito).

DE CERTEAU, Michel. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. – (Coleção História e Historiografia; 3).

_____. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses, revisão técnica de Arno Vogel – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em S. Paulo no século XIX**: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGEL, Magali Gouveia. **A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto**. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

FANINI, Angela Maria Rubel. **Os romances- folhetins de Aluísio Azevedo: aventuras periféricas**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84646/199185.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 26 fev. 2014.

GENNARI, Emílio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, 1988. São Paulo.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: editora 34, 2009. (3ª edição).

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

LOTIERZO, Tatiana H. P. e SCHWARCZ, Lilia K. M. **Raça, gênero e projeto branqueador: "a redenção de Cam", de modesto brocos**. Disponível em <<http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254>> acesso em 10 maio 2014.

MARTINS, Hildeberto Vieira. **Entra em cena a ciência, ou onde os caminhos se cruzam e as histórias se repetem**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300670554_ARQUIVO_TextoCompletoANPUH_2011.pdf>. Acesso em 03 ago. 2014.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª ed.rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MENEZES, Raimundo de. **Aluísio Azevedo uma vida de romance**. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1957.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo: vida e obra**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **Discurso proferido pelo Senador Abdias Nascimento por ocasião dos 110 anos da abolição no Senado Federal em 13 de maio de 1998**. Disponível em: <
<http://www.senado.gov.br/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=226669>. h>. Acesso em 03 maio 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Leonardo Afonso de M. **Literatura e História Social: A 'Geração Boêmia' no Rio de Janeiro do fim do Império**. **História Social**, nº 1, Unicamp, 1994. Páginas 29-64. Disponível em:
<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/68>>. Acesso em 09 dez. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy (org.). **Escrita, linguagens, objetos: leituras de história cultural**. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano- Paris**, Rio de Janeiro. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890- 1937)**. Campinas, SP: [s.n.], 1996. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000133744>>. Acesso em 19 nov. 2013.

PROENÇA FILHO, Domício. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a17v1850.pdf>> - Acesso em 27 de jan. 2009.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira, meio século de história literária**. Tradução de Ana Maria Martins. Rio de Janeiro, 1965 edições tempo brasileiro.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, João, RIBEIRO, Joaquim. **Historia do Brasil: curso superior. 15 ed. rev. e completada / por Joaquim Ribeiro**. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1954.p. 407.

ROCHA JUNIOR, R. A. João Ribeiro entre História, Gramática e Filologia. **Revista Philologus**, v. 12, p. 7, 2006. Disponível em:
<<http://www.filologia.org.br/revista/36/06.htm>>. Acesso em 05 jun. 2014.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP; 1997. (Coleção Cidade aberta).

_____. **História Urbana**: História na cidade? In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco A. Filgueiras. (orgs.). **Cidade & História: Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

RUSSO, Nuno. **Esgrima Lusitana**. Disponível em: <<http://liceu-aristotelico.blogspot.com.br/2010/05/esgrima-lusitana-ii.html>>. Acesso em 29 jun. 2014.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **O canibalismo amoroso**: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, Maria Veloso Motta e MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SAYERS, Raymond. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1956.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Dos males da dádiva**: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos. **Quase cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**: ensaios. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Silvane Aparecida da. **Racismo e sexualidade nas representações de negras e mestiças no final do século XIX e início do século XX**. São Paulo, 2008. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp062100.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição**: os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção identidade Brasileira).

_____. **A verdade Seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro. Dp & A. Lamparina, 2005.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

VAZ, Lilian Fessler e SILVEIRA, Carmen Beatriz. **O papel da habitação em 100 anos de urbanismo** – de “problema” a “solução” da questão da área central da cidade do Rio de Janeiro. IV seminário de História da cidade e do urbanismo. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/509/485>>. Acesso em 17 jul. 2013.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernização excludente e moradia no Rio de Janeiro.** In: Seminário de história urbana, 1, Salvador 20-23 de novembro de 1990. Cidade & História/ organizado por Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes. Salvador: UFBA Faculdade de arquitetura, mestrado em arquitetura e urbanismo. ANPUR, 1992. 303 p. Um CD. 17 jul. 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tias baianas tomam conta do pedaço** – espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, nº6, 1990, p. 207-228. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2303/1442>>. Acesso em 07 maio 2014.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. **As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre o seu acervo pessoal e suas publicações.** In Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Nº 36, julho-dezembro de 2005, p. 59-73. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2241/1380>>. Acesso em 03/03/2012.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FONTES

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 8. ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2001.

RIBEIRO, João, RIBEIRO, Joaquim. **História do Brasil**: curso superior. 15 ed. rev. e completada / por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.

Publicações científicas

COUTY, Louis. **O Brasil em 1884**: esboços sociológicos. Tradução de Ligia Vassalo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília, Senado Federal, 1984.

Obras de referência

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

Fontes disponíveis em suporte eletrônico digital:

Senado Federal. Disponível em

<<http://www.senado.gov.br/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=226669>> Acesso em 03 maio 2014.

Hemeroteca digital. Disponível em

<<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em 12 set. 2014

Periódicos:

Gazeta da tarde (1880 – 1899)

Diário de notícias (1890 – 1899)

Gazeta de notícias (1890 – 1899)

Novidades (1888- 1899)

O pensador (1880 -1889)

O Pharol (1890 – 1899)

Revista Ilustrada (1890 – 1899)

O Álbum (1890 – 1899)

O Paiz (1890 – 1899)

A Semana (1890 – 1899)

Revista Brasileira 1880 -1900)

Diário do Comércio (1889-1899)

Vida Fluminense (1890 – 1899)